



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "C" AO Nº 134 – TERÇA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2014 – BRASÍLIA-DF

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Ata de Comissão Temporária

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

| | | |
|--|--|--|
| <p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (63,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (63,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p> | <p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23</p> <p>Líder Humberto Costa - Bloco (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (49,55,67,102)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,128)</p> | <p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17</p> <p>Líder Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)</p> |
| <p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 10</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 0</p> | <p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p> | <p>PSB - 4</p> <p>Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (69,101)</p> <p>Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129)</p> <p>PROS - 1</p> <p>Líder Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)</p> |

EXPEDIENTE

| | |
|--|--|
| <p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p> | <p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários</p> <p>Quesia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p> |
|--|--|

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATA DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

1.1.1 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias

Ata da 4ª Reunião, realizada em 11 de junho de 2014

4

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 11 de junho de 2014, às 14 horas e 28 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo** e com a presença dos Senadores Senadores **José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Anibal Diniz, Alvaro Dias, Antonio Carlos Rodrigues, Gim e Ruben Figueiró**; e dos Senhores Deputados **Marco Maia, Sibá Machado, Eduardo Cunha, Lucio Vieira Lima, Hugo Napoleão, José Carlos Araújo, Carlos Sampaio, Onyx Lorenzo, Júlio Delgado, Fernando Francischini, Rubens Bueno, Arnaldo Faria de Sá, Márcio Junqueira, Afonso Florence, Iriny Lopes, João Magalhães, Izalci, João Carlos Bacelar, Marcos Rogério**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Acir Gurgacz, Mário Couto, Jayme Campos e Ataídes Oliveira, Aguinaldo Ribeiro, Bernardo Santana de Vasconcelos, Enio Bacci**. Presentes, ainda, os parlamentares não-membros **Antônio Imbassahy, Jesus Rodrigues e Carlos Zarattini**. Na oportunidade, ocorreu a oitiva da Sra. Graça Foster, Presidente da Petrobras. Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 1ª, 2ª e 3ª Reuniões da Comissão.

As Sras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois não. Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Cunha, Líder do PMDB.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Apenas para fazer formalmente a entrega da referência que eu fiz na primeira reunião, qual seja o voto do relatório da P-36 feito na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Eu apresentei um voto sobre o assunto, que está aqui à disposição. Eu prometi juntar à CPMI, para que V. Exª possa distribuir cópias para todos e agregar ao trabalho do Relator no que ele entender necessário.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Aos Parlamentares que quiserem cópia do material entregue, comunico que será disponibilizado no *site* da Comissão.

Há mais algum Parlamentar que gostaria de fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva da Srª Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras, que prestará o seu depoimento na condição de testemunha e estará compromissada na forma da lei.

Antes, porém, eu gostaria de informar a V. Exªs os atuais números da Comissão.

Requerimentos apresentados: 630; Requerimentos apreciados: 238; aprovados, 237; indeferido: 1, aquele que fazia referência ao chamamento da Senhora Presidente Dilma Rousseff; requerimentos a serem apreciados, 375; e pendentes, faltando dados como CPF e CNPJ, 17, cujos dados têm que ser preenchidos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho. Deputado, Onyx, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, há esse volume de requerimentos ainda por ser apreciado e isso exige que esta Comissão delibere sobre eles. Muitos desses requerimentos são importantíssimos para a chegada de documentos a esta Comissão e informações, para que a gente possa efetivamente começar a trabalhar. Nós os aprovamos, já decorre mais de uma semana esse processo, e até agora os documentos que foram solicitados ainda não chegaram até a nossa CPMI. Provavelmente comecem a chegar na próxima semana.

Então, eu queria sugerir a V. Exª e à Mesa diretiva da CPMI, que, na próxima semana, tenhamos uma reunião, se não houver a oitiva, mas que ela seja para deliberar sobre requerimentos, a fim de que nós possamos acelerar o processo de chegada de documentos e possamos despachar esses mais de 300 requerimentos que estão pendentes de apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem, Deputado. Vou aguardar o Presidente da Comissão, Senador Vital do Rêgo, para marcar uma reunião administrativa a fim de que a gente possa

apreciar todos esses requerimentos e mais alguns que venham a ser apresentados em complemento desses 17. Tenho certeza de que, chegando, ele já marcará...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Pela ordem, Presidente. Um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Para um esclarecimento, Deputado Eduardo Cunha. Desculpem. O Eduardo Cunha tinha pedido.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, na reunião administrativa passada, nós aprovamos um conjunto de requerimentos em globo, entre os quais o Relator gentilmente acolheu os requerimentos que foram feitos pela Bancada do PMDB, que substituíram outros requerimentos na sua quase totalidade da lavra do Deputado Rubens Bueno. Explico o que era: em vez de pedirmos os contratos de cada empresa, fizemos requerimentos genéricos de todos os contratos envolvendo os temas. Ocorre que, quando eu listei aqui a exceção que estava sendo votada, nós nos baseamos nos números de requerimentos do Deputado Rubens Bueno. E depois eu fui informado – cheguei até a procurar o Relator Marco Maia para falar sobre isso – de que ao conjunto em globo foram acrescentados outros requerimentos que tinham idêntico teor ao daqueles que nós excluímos, da lavra do Deputado Rubens Bueno.

Senador Vital, é importante isso, já que V. Exª acaba de chegar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Me atualize.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Eu disse o seguinte, na semana passada, com V. Exª presidindo juntamente com o Senador Gim, nós aprovamos em globo os requerimentos entre os quais foi acolhida uma tese de que nós requeríamos todos os contratos por cada tema. Com isso, tiramos os requerimentos que tinham especificamente, apenas as empresas. E eu listei o número dos requerimentos que estavam sendo excluídos em função do requerimento novo de todos os contratos. Ocorre que, depois, provocado pelo Deputado Moreira Mendes, Líder do PSD, ele alertou que havia requerimento que tinha sido incluído no globo – e não estava na minha lista, feita *a posteriori* – que tinha idêntico teor ao do Rubens Bueno.

Então, a minha indagação a V. Exª é – eu entendo que eles são prejudicados, porque são de idêntico teor – se valeu a tese. Eu quero esclarecer, senão eu teria cometido o erro de não ter excluído o idêntico teor do número do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Entendi.

Todos estão contemplados nos requerimentos anteriormente feitos por V. Exª.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Isso. Era isso que eu queria esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Satisfaz V. Exª?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Satisfaz.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos à frente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Primeiro eu gostaria de, me permitam, dizer boa tarde a todos. Boa tarde. Peço desculpas pelo atraso, mas estava muito bem servida a Comissão pela Presidência do Senador Gim Argello, meu Relator, Srs. Senadores e Deputados.

Bem, eu continuo com o pela ordem ou podemos otimizar a reunião para que avancemos?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Pela ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Então, vamos, me ajude, Gim: Afonso, depois, Imbassahy, depois Arnaldo Faria de Sá; um, dois, três.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Fora do microfone.) – Presidente, foi feita uma sugestão pelo Deputado Onyx e o Presidente em exercício, Gim, no sentido de, em uma próxima reunião, já serem pautados os requerimentos pendentes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Na próxima reunião administrativa, marcada para a próxima semana, a depender dos senhores, nós vamos votar todos os requerimentos administrativos. Está bom assim?

Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, apenas esclarecer e informar para todos com relação à remessa dos documentos dos autos referentes à Operação Lava-Jato. Se V. Exª poderia nos dar uma informação atualizada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Secretaria... Quanto à remessa dos autos, os ofícios foram expedidos imediatamente após a deliberação. Eu tenho os ofícios expedidos da Comissão própria do Senado e da Comissão Mista, dos requerimentos aprovados pela Comissão Mista. E tenho também um ofício singular, que é um ofício à Presidência e à Relatoria do Supremo Tribunal Federal para que possa me

permitir o compartilhamento entre a Comissão própria, digamos assim, do Senado, e a Comissão Mista. Então, esses ofícios foram todos expedidos e estamos esperando resposta.

Arnaldo Faria de Sá com a palavra pela ordem, para, assim, começarmos a nossa reunião.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente, essa questão do compartilhamento depende só de V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, não depende só de mim, não. Depende de quem está na presidência dos autos para que eu tenha acesso aos autos que estão em segredo de justiça. E aqueles que não estão em segredo de justiça eu posso compartilhar.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Aqueles que não estão em segredo de justiça V. Ex^a pode compartilhar. E quando será a reunião administrativa? Quando será a próxima reunião administrativa?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos marcar. O senhor vai ter...

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...vai ter a notícia no momento certo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Quarta-feira é bom.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Só uma questão, complementando a fala do Deputado Arnaldo Faria. Hoje saiu a douda determinação – é questão de economia processual – do Ministro Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já fiz o ofício para o juiz.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Pronto. Acabou. Está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É rápido. Quando você vai dizendo, eu já vou fazendo. Eu já fiz, já assinei o ofício, porque os autos voltaram para o Paraná.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Só para esclarecer, os autos voltaram para a Justiça do Paraná...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...voltaram para o Paraná, e eu já fiz o ofício para o juiz.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Mas a parte que cabe...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E notícia nova: já foi entregue ao juiz.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Mas a parte que cabe ao doleiro Youssef e ao Deputado André Vargas fica no Supremo. E eu gostaria que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aí nós vamos continuar com o ofício anterior.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bom, eu gostaria de saber dos senhores o seguinte: antes da entrada da Presidente Graça Foster, eu tenho duas opções, e os senhores vão decidir comigo. Nós temos um pingue-pongue de dez minutos – e aí vamos obedecer aos dez minutos e os senhores vão me permitir cortar os microfones ao final dos dez minutos – ou fazemos como temos feito sempre nas comissões parlamentares de inquéritos: cinco minutos para que o depoente, para a testemunha ou para o convidado tenha à disposição o tempo necessário para responder. Os senhores sabendo que são dez minutos, não podem vir a mim para dizer que a nossa convidada usou sete minutos ou dez minutos, já que ela pode fazer isso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Presidente, é exatamente esse o problema.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Presidente, uma...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu acho que nós devemos continuar com os cinco minutos. Posso fazer assim?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Presidente, queria fazer uma sugestão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente. A questão dos dez minutos, por vezes, nós formulamos uma pergunta para o pingue-pongue para fazermos a segunda em seguida e, na resposta dela, ela demora sete, oito minutos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sei, mas não acontece.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – ...e acabaram os dez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não acontece. E eu, com os dez minutos, corto. Então eu posso continuar com os cinco minutos?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu prefiro cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Presidente, a sugestão é que V. Ex^a determine à Secretaria que faça a contagem do tempo gasto pelo Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, o Regimento diz que é pingue-pongue, Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – No pingue-pongue.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, me permite só uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Se for pingue-pongue são dez minutos; se não for, são cinco.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Os cinco minutos do Parlamentar para fazer as indagações.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Mas tem que ter réplica. Precisa ter réplica.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A réplica vai na reinscrição. Cinco minutos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – A réplica na reinscrição não dá, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Presidência...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – O problema é a réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...coordena os trabalhos. Os senhores decidem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Presidente, pingue-pongue não é CPI.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, tem que ter réplica.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou falar.

A fim de concentrarmos o nosso tempo na atividade prevista para esta reunião, a Presidência reitera que somente poderão ser formuladas questões de ordem, reclamações, relacionadas com a matéria em pauta – isso V. Ex^{as} já sabem –, conforme o que dispõe o art. 404, do Regimento Interno do Senado, bem como o art. 96, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Ainda sobre o uso da palavra, esta Presidência esclarece que, nos termos do art. 14, inciso VIII, do Regimento Interno do Senado, poderão falar para explicação na reunião apenas dois integrantes da reunião. Ao Líder é lícito usar a palavra uma vez em qualquer fase da sessão pelo prazo máximo de cinco minutos.

Eu entendo que 10 minutos são livres para o pingue-pongue. Não mais do que isso. Cinco minutos eu garanto a cada um dos senhores. Vamos com cinco minutos? Os senhores concordam?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Presidente, não há...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, apenas uma...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A réplica vem na reinscrição.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Apenas um registro, Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Só uma pergunta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Isso não é CPI. É impossível questionar alguém desta forma, em cinco minutos!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O encaminhamento de cinco minutos está bom, Presidente. Assim, permite o debate.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Carlos Sampaio...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, posso fazer uma proposta objetiva? Cinco com dois de réplica.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Nessa minha colocação, eu posso fazer, por exemplo, dois minutos de pergunta e deixar três para a minha réplica?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não. O senhor vai fazer...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não? Eu faço dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não. A réplica está na reinscrição.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não? Mas não dá. Sr. Presidente, assim não dá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A reinscrição eu garanto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu estou dentro dos meus cinco. Estou dizendo que eu pergunto em dois e tenho a minha réplica em três.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A réplica, meu querido Carlos Sampaio, a quem quero agradecer, pois V. Ex^a sempre ajuda muito, está exatamente no pingue-pongue. Se for feito o pingue-pongue, a réplica está garantida.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Exatamente, Presidente. Esse encaminhamento está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Cinco minutos!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Calma aí, Presidente. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos votar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Só um pouquinho. Calma, aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A ordem dos trabalhos é minha, pessoalmente minha. Os senhores sabem disso. Estou consultando, de forma democrática o Plenário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Para colaborar, Presidente. Fica ao interesse de cada um: cinco e cinco ou dez; cada um escolhe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agora anunciem antes para mim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Anunciando antes. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Definido.

Que entre a Dr^a Graça Foster, Presidente da Petrobras, por favor.

Os senhores anunciam, agora que seja rigorosamente no tempo, rigorosamente no tempo.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, uma questão de ordem.

Gostaria de pedir a V. Ex^a que dispense a Presidente Graça Foster de repetir pela quarta ou quinta vez a mesma palestra, de 40 a 50 minutos, contando os saldos positivos que a Petrobras teve nos últimos anos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Só consulto se a nossa convidada tem direito à palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ela tem livre de exposição.

A depoente fará sua exposição em 20 minutos e com tempo flexível por esta Presidência. Em seguida, será interpelada pelos senhores Parlamentares inscritos – eu vou obedecer rigorosamente à lista de inscrição –, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado o prazo para resposta, ou dez minutos, como nós já combinamos.

A palavra aos senhores Parlamentares será concedida na ordem de inscrição com preferência para o Relator, para a Presidência e para os autores dos requerimentos, na seguinte ordem – esta será a primeira ordem após a Relatoria e a Presidência: Deputado Onyx; segundo, Deputado Francischini; depois, o Deputado Rubens Bueno; Senador Alvaro Dias; Deputado Sibá Machado; e Deputado Sandro Mabel.

A seguir, vou obedecer rigorosamente à lista de inscritos.

Com a palavra, a Sr^a Presidente Graça Foster.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente, quero saber quem é o advogado da depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não tem advogado. Por que o senhor está perguntando isso?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não tem.

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES. *Fora do microfone.*) – É testemunha.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Presidente, ela vem como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ela vem como testemunha, como depoente. Presidente Graça Foster.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Boa tarde, Presidente, Senador Vital do Rêgo; boa tarde, Deputado Marco Maia, nosso Relator, Relator da CPMI, e ao Vice-Presidente, Senador Gim Argello. Obrigada a todos por esta oportunidade adicional de vir aqui falar da Petrobras.

Eu começo falando da Refinaria de Pasadena e mostro esse importante quadro, que trata exatamente do histórico das refinarias adquiridas no exterior no período de 1999 até 2007, com o fechamento da Operação de Okinawa em 2010, e passo também, e principalmente, pela Refinaria de Pasadena.

Chamo a atenção para esse eslaide. Além dos aportes feitos na aquisição dessas refinarias, é importante chamar a atenção para o investimento pós-aquisição, principalmente nas duas refinarias da Argentina, Bahía Blanca e San Lorenzo. Na sequência, também Pasadena e Okinawa, investimento pós-aquisição *versus* capacidade de processamento, capacidade de refino e localização dessas refinarias.

Chamo a atenção para Bahía Blanca: tivemos um investimento, de 2001 a 2013, pós-aquisição, troca de ativos da Repsol YPF, de US\$205 milhões, e temos que atualizar essa refinaria para que ela esteja pronta para 2016, atendendo às especificações de diesel e gasolina na Argentina, o que totalizará US\$593 milhões para processar 30 mil barris de petróleo.

Na sequência, fizemos um investimento, um desinvestimento para San Lorenzo e teríamos também obrigações na Argentina, para 2016, para US\$550 milhões, que totalizaria US\$638 milhões para processar 50 mil barris por dia.

Pasadena. Depois da aquisição de Pasadena, US\$685 milhões já foram investidos, após a aquisição, para processar 100 mil barris por dia.

E, na sequência, Okinawa, 100 mil barris – uma capacidade real de processamento de 100 mil, uma capacidade efetiva de processamento de 50 mil barris, conforme constou no Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica. Investimentos de US\$153 milhões.

Então, esses investimentos pós-refino são, de fato, pesados. São investimentos permanentes. No caso de Pasadena, temos uma média de US\$80 milhões a US\$85 milhões de investimento, bastante em linha com o que tem sido feito nos investimentos da Petrobras em refinarias de igual porte.

Essas aquisições tiveram como origem o Plano de Negócios da companhia, o Plano Estratégico traçado em 1999. Então, vieram as aquisições de todas essas refinarias, começando com Bolívia e chegando a Okinawa; anteriormente, Pasadena, depois, as duas refinarias na Bahia.

A Refinaria de Okinawa é uma refinaria localizada num dos melhores *hubs* de movimentação de petróleo e derivados nos Estados Unidos, importante centro consumidor. Existem sete refinarias, mais a Refinaria de Okinawa, totalizando 2,2 milhões de barris de petróleo/dia. É como se pegássemos todas as 12 refinarias do Brasil e centrássemos, colocássemos todas elas no centro de São Paulo, por exemplo, um grande centro consumidor do Brasil. Então, 2,2 milhões somente o *hub* onde está inserido Pasadena. É, sem dúvida nenhuma, no nosso entendimento, um dos maiores centros de consumo de movimentação de derivados dos Estados Unidos. Os Estados Unidos consomem 18 milhões de barris de petróleo por dia de derivados. O Brasil consome em torno de 2,2 milhões ou 2,3 milhões de barris por dia. Então, a localização de Pasadena é, realmente, bastante favorável a qualquer negócio de qualquer refinaria naquela região.

Esse eslaide é extremamente importante porque ele consolida várias das apresentações que tenho feito sobre o tema, e de outros depoentes que aqui estiveram participando de audiências públicas recentemente, mas são relatos importantes de decisões e valores pagos pela Petrobras à Astra Oil relativos a 50% mais 50%, 100% das ações de Pasadena.

E o primeiro grande momento de tomada de decisão foi no dia 3 de fevereiro, quando o Conselho de Administração da Petrobras, nos termos do Resumo Executivo, nos autoriza, autoriza a Petrobras a adquirir, por intermédio da Petrobras América, 50% dos bens e direitos da Pasadena, *trading*, e a participar, através da PAI, com 50% na PRSI Trading. O valor autorizado pelo conselho e fechado no *closed* foi de US\$359 milhões, mais US\$70 milhões que se deram no fechamento das contas.

A discussão das duas cláusulas de *put option* e da cláusula Marlim. No resumo executivo não havia menção às cláusulas de *put option* e Marlim, não houve citação nem intenção manifestada de compra dos 50% remanescentes da refinaria de Pasadena. Ao fazer a aquisição, a documentação que foi apresentada, a documentação que foi entregue, a apresentação de Power Point não coloca – inclusive a apresentação – a decisão ou a possibilidade real de que nós de fato estivéssemos adquirindo 100% da refinaria.

No nosso entendimento, o entendimento da nossa Companhia, pelas análises que temos feito, entendemos que as cláusulas de *Put Option* e Marlim juntas agregavam valor ao negócio Pasadena por conta da *revamp*, que era o grande ponto de virada de diferença desse projeto. A *revamp* dessa refinaria traduziria um novo refino, um novo ativo de refino nesse *hub* que comentei com os senhores e as senhoras.

No dia 3 de março de 2008, portanto dois anos após a aquisição dos 50%, a Diretoria Executiva da Petrobras levou ao Conselho de Administração a proposição para nós, Petrobras, adquirirmos os outros 50% restantes, da totalidade de 100%. Então, um valor de US\$788 milhões foi o que nós, Diretoria Executiva, apresentamos ao Conselho de Administração da Petrobras.

Na sequência, no dia 20 de junho de 2008, a Diretoria informou ao Conselho que instruiu seus advogados a darem entrada em processo arbitral porque o grupo Astra não estava cumprindo as suas obrigações do dia a dia do refino, como por exemplo os aportes necessários para que nós conduzíssemos as atividades com a segurança necessária dentro daquela atividade de refino, padrão do Sistema Petrobras. Então, havia de fato uma grande discussão entre as partes e nós entendemos que seria seguro e oportuno informar, instruir os nossos advogados a fazer a entrada no processo arbitral.

Dia 13 de junho, passados em torno de quatro anos dessa decisão da Petrobras do dia 20 de junho de 2008, fechamos um acordo extrajudicial com o sistema, com as empresas, com a empresa Astra, com o grupo da Astra, a Transcor Astra, e fechamos a operação por US\$820 milhões. Essa proposição foi aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras.

Quanto se pagou pela refinaria de Pasadena? Cem por cento. Nós pagamos US\$554 milhões. Quanto se pagou pela *trading* constituída? US\$341 milhões. Ou seja, a aquisição da primeira metade da refinaria de Pasadena significou para a Petrobras US\$429 milhões; a segunda metade, US\$820 milhões, com uma parcela de US\$354 milhões, relativa aos demais gastos com a aquisição. Então, nós estamos falando de um total de US\$1,249 bilhão de dólares; esse foi o valor efetivamente pago, desembolsado pela Petrobras à Astra, contemplando 100% das ações.

Dessa forma, nós temos outras informações nesse mesmo eslaide. Esse material tem muito mais o objetivo de passar informações à CPMI, para que possa fazer parte do acervo que vai permitir a esta Comissão fazer as suas avaliações, mas é importante deixar claro, mais uma vez: a Astra desembolsou em torno de US\$350 milhões para dispor de 100% das ações relativas a essa refinaria. Foram US\$360 milhões o desembolso da Astra à Crown.

Pasadena. O valor médio de aquisições é US\$8,25 mil por barril de capacidade, em linha com outras aquisições para óleo leve entre 2006 e 2008. Nós apresentamos nesse eslaide informações extremamente importantes que tratam exatamente do primeiro momento da aquisição, dos 50% iniciais de Pasadena.

E aqui nós temos uma média da leitura do mercado no momento dessa aquisição. Analistas consideraram a aquisição positiva nos 50%, destacando o preço por barril pago pela Companhia abaixo da média da indústria em transações similares. E nós trouxemos aqui algumas posições da Merrill no dia 6 de fevereiro – portanto, de quando nós anunciamos o fechamento – do Credit Suisse, do Deutsche Bank e do Itaú. Em todos os casos, a operação foi considerada positiva pelo mercado.

Então, no primeiro caso: “Dados os termos da transação, consideramos a aquisição de forma positiva”; outra do Crédit Suisse: “com a inclusão dos investimentos necessários para concluir a conversão da refinaria, acreditamos [e esta é muito importante] que o múltiplo da transação cresce e fica em torno da média recente da indústria” e “A transação é positiva para a Petrobras”. Também do Deutsche Bank: “esse acesso deve permitir à Petrobras beneficiar das altas margens prevalentes [que prevaleciam naquela época] nos EUA para refinadores de óleo pesado, agregando valor a sua produção de petróleo pesado de Marlim Sul.” E o Itaú faz uma consideração também importante, ainda que considere positiva a aquisição, ele coloca que o resultado final iria “depende muito da quantidade de investimento gasto em sua modernização” e que a Petrobras ainda não tinha revelado as suas estimativas.

Mas o mercado considerou extremamente positiva a aquisição dos 50%.

Resumindo a avaliação à luz da situação atual.

Quando nós olhamos esses gráficos, nós verificamos esse grande vale entre 2008 e 2011, 2012, crise mundial e perda de margem. Essa avaliação, naquele primeiro momento, das grandes margens, o mercado considerou positiva, e nós consideramos –avaliação da nossa equipe, que avalia Pasadena nos dias atuais – um negócio potencialmente bom, bastante em linha com o que disse o mercado. A nossa avaliação atual está mantida: um negócio potencialmente bom. O negócio 50% de Pasadena.

Na sequência, nós olhamos esse mergulho das margens. Quando nós fizemos a compra dos outros 50%, o mercado não emitiu nenhum parecer – nós temos um fato relevante –, o mercado não se pronunciou. E nós confirmamos, na data de hoje, exatamente, que o negócio, como ele se apresentou depois da crise e como se apresenta hoje, não é um negócio de grande atratividade; ele é um negócio de baixo retorno. Todas as análises que nós fazemos, mesmo olhando esse desempenho recente com óleo não convencional nos Estados Unidos, as margens se recuperando de óleo leve, esse seria um bom projeto se nós tivéssemos feito, à época, *revamp* de 100 mil barris ou se fossem 200 mil ficaria muito melhor.

Ganhamos um prêmio por todo esse investimento. Nós temos investido em Pasadena, como eu disse, um pouco mais de US\$600 milhões, recuperando a refinaria, e ganhamos dois prêmios de honra ao mérito pela nossa melhoria no refino naquela região, naquele *hub*.

Quando a gente olha todo esse conjunto, a Petrobras considera que não foi um bom negócio. A refinaria de Pasadena, nos dias atuais, não foi um bom negócio, com as condições atuais.

Com relação a nossa atuação, nós temos estado desde novembro de 2012 atendendo aos órgãos de controle; nós temos respondido sistematicamente aos requerimentos de informações que são solicitados a nós sistematicamente; nós temos uma comissão interna de apuração, que já está na sua segunda edição. Nós postergamos os prazos, porque Pasadena é um caso de 8 anos, desde o primeiro momento em que começamos a trabalhar – até mais do que isso, quase 10 anos, se considerarmos que tudo isso começou a ser discutido em 2004. Pessoas já deixaram a Companhia, já mudaram as diretorias, já mudaram de área e nós estamos realmente buscando pessoas, inclusive, que se aposentaram, para que elas colaborem conosco nas informações, e a gente vem atendendo aos órgãos de controle sistematicamente. Estamos absolutamente atualizados em relação ao Ministério Público Federal, CGU, TCU, aos requerimentos de informação.

Fecho essa fala sobre Pasadena, registrando que as cláusulas não foram anexadas e que nós, na Petrobras, consideramos que, dentre as opções que temos hoje, as condições que se apresentam hoje no mercado, realmente Pasadena não se mostrou ser o bom negócio que projetamos no início, quando trabalhamos a *revamp* de Pasadena.

O segundo eixo trata da SBM Offshore. São indícios de pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SBM Offshore para obtenção de contratos junto à Petrobras. E passo a descrever também esse Eixo nº 2.

A Petrobras possui atualmente, nós possuímos 125 plataformas em operação. É um número muito grande, em nível mundial. Vou fazer referência aos senhores para dar essa referência, essa ordem de grandeza. São 120 plataformas em operação, sendo 29 do tipo FPSO, significa unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de óleo.

Apresento para os senhores e senhoras as unidades próprias. O que são unidades próprias da Petrobras? São as construídas e operadas pela Petrobras. Temos empresas que trabalham conosco, projetamos, especificamos, contratamos, acompanhamos a construção, habitamos essa plataforma com pessoal da Petrobras, operamos, portanto, essas unidades. E há as unidades afretadas, que são unidades construídas e operadas pela afretadora. A unidade de produção não pertence à Petrobras; a Petrobras tem um aluguel: paga serviço de operação e paga aluguel a essas plataformas.

Existe um mercado bastante competitivo em que competem nesse mercado a SBM, a Modec, a BW Offshore, entre outras, mas essas são as grandes empresas.

Apresento ao senhores unidades afretadas e unidades próprias recentes: FPSO Cidade de São Paulo, que está no pré-sal, no Campo de Sapinhoá. Ele tem 120 mil barris de capacidade fornecidos, afretados à Petrobras pela Schahin/Modec. A Schahin é uma empresa brasileira, e a Modec, uma empresa japonesa. O primeiro óleo dessa unidade vem em janeiro de 2013, e o total do contrato, em 20 anos, é de US\$4,2 bilhões. É o contrato, em 20 anos, de uma única unidade de produção.

Apresentamos agora o FPSO Cidade Paraty, à direita, uma unidade afretada à SBM. Está no Projeto Pílo-to de Lula Nordeste. O primeiro óleo entrou em 6 de junho. O total do contrato é de US\$4,4 bilhões por essa segunda unidade afretada.

Para que os senhores tenham uma comparação, uma unidade própria, um FPSO P-58, uma unidade própria da Petrobras, nossa unidade, propriedade de Petrobras: Parque das Baleias, 180 mil barris por dia. O custo total dessa unidade é US\$5,4 bilhões, que é quanto custa ao Capex e o Opex, quanto custa o capital e quanto custa operar no mesmo período. Estamos falando de contratos vultosos, de grandes valores por uma única unidade de produção, dos benefícios da Petrobras fazer uma contratação, da Petrobras afretar.

Podemos fazer mais. Por quê? Porque só começamos a pagar o aluguel, os serviços, quando eles começam a produzir o primeiro óleo. Então, naqueles 33, 34, 36 meses, 42 meses de construção, não desembolsamos. Então, nós temos uma alívio no nosso balanço. O risco de sobrecusto também fica por conta da empresa que nós de quem estamos alugando. Há maior agilidade na fase de especificação de projetos de conversão. E se nós olharmos todas essas unidades, nós temos a evidência de que essas unidades afretadas conseguem nos entregar um óleo mais cedo do que as unidades próprias.

Para os senhores terem ideia da grandeza do que nós estamos falando, a frota mundial dessas unidades, desses FPSOs, em lâmina d'água maior do que 300m – e veja bem que nós temos unidades dessas com 1.500m, 2.000m, mais do que 2.000m de lâmina d'água no mundo –, se nós considerarmos os 300m de lâmina d'água, nós temos 96 FPSOs no mundo. Existem 46 afretados e 53 próprios. Então, há uma tendência de as empresas terem, não é regra, evidentemente, mas 50%, 50%, em torno disso. Dessas unidades, 68 estão em operação, e 28 estão em construção. Olhem como cresce a Petrobras! Isso é fato, isso não é o que a gente vai fazer. Isso são contratos. Das 28 que estão em construção no mundo, 19 são da Petrobras.

A Petrobras tem, no Brasil, cinquenta... Não a Petrobras, o Brasil tem em suas águas, em atividade exploratória, em atividades de produção, 50FPSOs. Cinquenta unidades. Dessas 50 unidades, 47 são da Petrobras ou trabalham para a Petrobras. Então, a relevância da Petrobras é muito grande. E como nós temos a grande parte das unidades construídas no mundo e no Brasil, isso significa um número expressivo de empregos que a indústria naval *offshore* gera no Brasil, hoje. Mas olhando as empresas operadoras, a Petrobras, a Eni, a Shell e a Exxon, a Petrobras tem 23 unidades FPSOs afretadas, sendo 17 em operação e 6 em construção. Dessas 23, nós temos 8 afretadas da Modec e 8 afretadas da SBM. Então, existe um equilíbrio entre Modec e SBM, que são concorrentes nos processos competitivos. Nós temos 3 afretadas da BW Offshore, da Teekay, Saipem e Petro-serv. Então, as grandes líderes no Brasil são exatamente Modec e SBM.

Mas esse eslaide é surpreendente, e nós da companhia ficamos surpresos com esse eslaide sempre. São 50 unidades no Brasil, e 47 unidades que trabalham para a Petrobras.

Focando, agora, na SBM Offshore. Desde 1996, foram assinados contratos para fretamento de nove FPSOs. Nove contratos FPSOs, afretamentos, e uma unidade própria da Petrobras – que a Petrobras contratou a SBM para projetar, construir e operar por três anos. O total de contratos que nós temos com a SBM Offshore é de US\$27,67 bilhões. Então, são volumes muito expressivos. Isso é o que temos com a SBM.

Eu passo, rapidamente, aos senhores, à esquerda: Cidade de Ilhabela, um contrato de US\$5,2 bilhões com a SBM. Essa unidade Cidade de Ilhabela está produzindo o primeiro óleo dela este ano, 150 mil barris por dia, um conteúdo local de 65%. São 20 anos de contrato.

À direita, nós temos todas as contratações. Nós temos duas contratações por inexigibilidade. A primeira, em dezembro de 1996, e a terceira contratação por inexigibilidade em junho de 2001. Em junho de 2001, o FPSO Brasil veio substituir exatamente a P-36, a plataforma da Petrobras que afundou no ano de 2001. No dia

15 de março de 2001 houve o acidente em 15 de março de 2001 e, no dia 20, nós perdemos essa unidade. E nós fizemos a contratação desse FPSO Brasil.

Nós temos Marlim Sul, Anchieta, Capixaba, P-57, todas essas já operando. Essas unidades todas foram feitas na modalidade convite (Decreto nº 2.745/98). E nós temos Cidade de Paraty, Cidade de Ilhabela, Cidade de Maricá e Cidade de Saquarema, unidades que foram contratadas dentro do sistema de contratação que nós chamamos de JOA. Quando nós temos sócios nos campos de petróleo, nós não aplicamos o Decreto nº 2.475 e fazemos uma contratação direta. Também é um processo competitivo, extremamente restritivo, em que temos de mostrar aos nossos parceiros, porque somos operadores, que aquela foi a melhor opção. E temos várias etapas de aprovação com esses parceiros.

Então, nós também fazemos solicitação de propostas aos licitantes. No mínimo, são três empresas, quando possível. No caso dos projetos que passam pelo Decreto nº 2.475, nós solicitamos, fazemos uma contratação depois de um processo competitivo com três empresas.

Fluxo de pagamentos para a SBM Offshore. Como é que nós pagamos a SBM no Brasil e no exterior? Em todo contrato com essas empresas – e estou focando aqui a SBM Offshore, pela motivação que se apresenta –, nós fazemos o pagamento... Sempre cada unidade de produção tem dois contratos: um é o contrato de serviços, que pagamos em reais no Brasil, com a equipe da SBM Offshore que está na unidade de produção fazendo a operação da unidade. Cada um desses navios, cada uma dessas unidades de produção tem uma empresa no Brasil para receber esse pagamento pelos serviços de operação.

E o pagamento do afretamento? Da mesma forma, nas empresas abertas para cada um desses navios, em Luxemburgo, na Suíça, na Holanda, na Libéria, o contratado e o contratante... Nós estamos contratando a SBM, e ela define a empresa no País em que faremos esse pagamento.

Quando nós temos sócios, no caso, como eu defini, Tupi Nordeste, Alfa Lula Alto, Beta Lula Central, nós temos a Tupi BV, onde a Petrobras tem 65%; a BG, 25%; e a Galp, 10%. No outro caso, como no caso de Guará Norte, nós temos outra empresa, a Guará BV, todas duas na Holanda, em que a Petrobras faz um *cash call*, chama os recursos dos parceiros. Remetemos os recursos para estas empresas, Tupi-BV e Guará-BV, e estas empresas fazem o pagamento nas empresas definidas pela SBM Offshore.

Nesse caso específico, tenho várias informações nesses eslaides. Chamo a atenção para o valor dos contratos: US\$27,7 bilhões. E nós deixamos aí várias informações para uso dos senhores.

Também da mesma forma, desde o início deste ano, a Petrobras cria a Comissão de Apuração Interna, em fevereiro de 2014. Desde então, nós temos sistematicamente atendido aos órgãos de controle, aos requerimentos que nos são solicitados. É importante dizer que todas as informações sobre o assunto têm sido sistematicamente atualizadas e sistematicamente informadas à CGU e ao Ministério Público também.

Passo agora ao tema que trata da segurança das plataformas, sobre denúncias de que plataformas estariam sendo lançadas ao mar, faltando uma série de componentes primordiais à segurança do equipamento e dos trabalhadores.

A curva de produção da Petrobras 2011/2020; 2011, 2012, 2013, 2016, 2020.

Chamo a atenção dos senhores para esse empilhamento; são as unidades de produção, algumas próprias, outras afretadas, unidades de produção consórcios, unidades de produção 100% de Petrobras.

Chamo atenção para o ano de 2013, em que nós levamos ao mar, ao final de 2013, nove unidades, nove sistemas de produção. Por aqui os senhores verificam a quantidade de trabalho que tem sido feito no Brasil por essa indústria naval e *offshore*.

E para a gente centrar, para que eu possa – desculpa – centrar a minha fala, nós chamamos a P-62, uma unidade própria da Petrobras, no Campo de Roncador, Módulo 4, que chamou bastante a atenção, pelo menos tivemos várias informações na imprensa, nos meses recentes. Então, a unidade de produção, a P-62.

O que nós temos? A P-62, como eu disse, Campo de Roncador, é uma unidade própria da Petrobras. Se a gente considerar Capex e Opex, nós estamos falando de uma unidade de US\$4,11 bilhões, 180 mil barris de óleo por dia, 6 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

Chamo a atenção para a direita; o somatório das capacidades instaladas dessas unidades de produção totaliza um milhão de barris de petróleo por dia de capacidade física adicionada à nossa capacidade de produção.

Então, nós vamos destacar, nesta apresentação, alguns dos sistemas que tratam da segurança das unidades de produção.

À esquerda, nós temos o que nós chamamos de sistema de ancoragem, que é constituído pela varanda de ancoragem, que são o guincho de tensionamento... A unidade, as linhas dela são tensionadas em função das estacas que nós laçamos no fundo do mar. Nós amarramos essa unidade de produção quando ela está na alocação. Temos os guias de ancoragem – são termos bastante técnicos, muito interessantes. O material fica aqui para os senhores, para a Mesa.

Nós temos algo extremamente importante, as acomodações e utilidades, as baleeiras, as bombas de incêndio e sinalizadores. Então, fizemos alguns destaques que é possível vermos com esses eslaides que eu apresento.

P-62, os sistemas operacionais e as autorizações para sair dos estaleiros. Não existe a menor possibilidade de a Petrobras sair do estaleiro, após concluída uma unidade de produção, sem as autorizações, sem as anuências. São várias anuências, durante um longo período, durante a quase totalidade da vida da construção da unidade de produção.

Então, eu mostro, à esquerda, por exemplo o Estaleiro Atlântico Sul, Ipojuca, Pernambuco. Chega o casco, que é essa parte debaixo da P-62. Esse casco chega de algum lugar ou do Brasil; esse, no caso, veio de Cingapura. E os módulos, que são várias unidades de processo, que eu mostrei aos senhores, são construídos em vários lugares, parte no Brasil, parte no próprio estaleiro que vai fazer a integração, uma outra parte em outras regiões do País. Existe uma média de 20 a 24 meses de trabalho de construção, de integração desse casco e desses módulos.

Em dezembro de 2013, portanto quase dois anos depois da chegada do casco ao estaleiro, começa um processo em que nós precisamos das autorizações para que a gente possa deixar o estaleiro. E são pelo menos sete sistemas extremamente importantes para que essas unidades possam sair dos estaleiros: o sistema de salvatagem, que é constituído pelas baleeiras, botes de resgate, balsas, plano de segurança; outro sistema importante é o de suporte à vida, que é a habitabilidade, a geração de energia, esgoto, ar comprimido, água, ar condicionado, movimentação de carga e comunicação da plataforma; detecção e combate de incêndio; lastro e deslastro; ancoragem; homologação do heliponto. Então, existem sete certificadoras, ou sete entidades que vão dar a certificação da Petrobras de tal forma que nós possamos deixar os estaleiros.

Para sair dos estaleiros, nós precisamos das seguintes autorizações: autorização da Receita Federal – e esse é um ponto extremamente importante, porque nós conseguimos autorização da Receita Federal ainda em meados – 15 ou 16 – de dezembro, e, quando nós conseguimos autorização da Receita Federal, nós conseguimos uma informação muito importante para a balança comercial do País, que é o reconhecimento da exportação ficta. Então, nós não precisávamos chegar ao dia 31 de dezembro, sair do estaleiro para ter esse reconhecimento tão importante para a Petrobras e, certamente, para o Brasil. E a exportação ficta se deu – eu tenho a data aqui – no dia 16, pela Receita.

Um outro dado, a certificação extremamente importante é a da Anvisa, que trata do termo de inspeção sanitária, habitabilidade e segurança. Os certificados que nós precisamos ter de lastro e deslastro, ancoragem, sinalização da embarcação, isso tudo vem pela certificadora que nós contratamos em processos de licitação. A certificadora certifica o projeto e atesta que nós executamos a obra de acordo com o projeto.

Na sequência, vem a Marinha. Isso é um dia atrás do outro. São vários processos, são vários *checks e re-checks*, vários questionamentos. Então, nós temos o atestado de inscrição que é dado para nós pela Marinha, que repassa salvatagem, suporte à vida, detecção e combate. Depois, a Polícia Federal. Todos esses juntos nos autorizam a sair do estaleiro. Então, não é uma anuência, são várias anuências. A Secretaria Regional do Trabalho também, o Ministério do Trabalho, tudo isso são anuências que nós precisamos ter para sair do estaleiro.

E a coisa não para por aí. Nós saímos do estaleiro, nós tivemos a exportação ficta no dia 17 de dezembro de 2013. No dia 30 de dezembro, nós deixamos o estaleiro e levamos 21 dias para chegar à locação. Quando nós estávamos em curso, exatamente no dia 10 de janeiro de 2014, nós tivemos um incêndio no gerador elétrico temporário. Quando nós saímos da unidade, o gerador definitivo estava auditado, certificado, comissionado e reconhecido por todos aqueles que checam o sistema de geração de energia. Só que, quando você está em curso, ainda não está produzindo petróleo, o consumo de energia elétrica é bem mais baixo do que quando você está com uma unidade com 180 mil barris. Então, nós temos esses geradores, a Petrobras costuma utilizar-se desses geradores elétricos temporários. Houve um vazamento do óleo do sistema de lubrificação, material extremamente quente, houve um *flash*, e a Brigada de Incêndio, que está em todas as plataformas, fez o combate imediatamente.

Nós tivemos várias inspeções da Secretaria Regional do Trabalho, que nos fez uma série de exigências adicionais, uma série de comprovações com relação aos peritos. Ela não interditou a plataforma; ela disse: “Essas áreas só podem partir depois de cumprida uma série de requisitos”. E nós trabalhamos no cumprimento com prazos definidos.

Nós tivemos a aprovação da Agência Nacional de Petróleo, a aprovação da documentação de segurança operacional. Nós tivemos da Agência Nacional de Petróleo a autorização de uso do sistema de medição. No dia 05 de maio, nós já estávamos na locação, a Marinha veio, certificou, nos deu a declaração de conformidade, o cartão de tripulação de segurança, isso tudo para que produzíssemos o primeiro óleo. Senhores e senhoras, verifiquem que há toda uma outra equipe dos mesmos órgãos fazendo esses mesmos *checks*, com outros ob-

jetivos – agora, o objetivo do primeiro óleo: o MTE, a Secretaria Regional do Trabalho e, finalmente, a licença, a importante licença do Ibama para que pudéssemos iniciar a operação. E nós tivemos a produção do primeiro óleo – 18 mil barris – no dia 12 de maio de 2014. E é uma data muito marcante e muito importante para a nossa empresa, para a Petrobras.

Seguindo, já me aproximando do final deste eixo, não para por aí. As auditorias, as visitas à plataforma, a todas as plataformas se dão sistematicamente. Estar autorizado hoje não significa estar autorizado amanhã. Por isso é que nós falamos que é preciso mais segurança, mais rigor, para que a gente tenha a certeza da sustentação da produção.

Então, nós tivemos algumas visitas da Agência Nacional do Petróleo logo depois do primeiro óleo; tivemos uma auditoria no dia 13 de maio; a agência nos fez uma série de exigências, uma série de cobranças, e a gente já estava produzindo; questões *a posteriori* em relação ao sistema de ancoragem. Nós tínhamos uma autorização da certificadora de que nós poderíamos trabalhar com 13 das linhas já tencionadas. A ANP nos visitou, nos auditou e recomendou que parássemos a produção. Ficamos parados por cinco dias, mostrando, em várias reuniões, as certificações da agência. Tiramos todas as dúvidas, recebemos todas as orientações, até que a ANP nos autorizou, cinco dias após, a voltar à produção. Hoje, já desde o dia 7 de junho, nós temos as 21 linhas tencionadas, interligadas, certificadas.

Os nossos indicadores.

Os nossos indicadores, no ano de 2013, mostram que a nossa companhia cresce. Nós temos mais refino, mais plataformas, mais termelétricas, mais obras, muito mais obras, muito mais movimentação de petróleo e de gás. O consumo é muito grande de combustível no País. Neste ano, 2013, do ponto de vista da segurança e do meio ambiente, a Petrobras teve o melhor ano histórico; o melhor ano histórico nós tivemos nos últimos 60 anos.

Nós temos o que chamamos de TOR – Taxa de Ocorrências Registráveis. E nós temos uma exposição maior, porque, lembrando aos senhores, no ano de 2013, foram US\$45 bilhões de investimento, e nós temos uma exposição crescente. Empregado de empreiteiras nas obras nós consideramos como exposição nossa. Todo transporte contratado de Petrobras é exposição de Petrobras, mesmo que não seja de pessoas da Petrobras. Então, nós tivemos uma exposição maior e uma redução de 21% na Taxa de Ocorrências Registráveis.

Número de acidentes fatais: nós trabalhamos por zero. Tivemos uma redução, no ano de 2013. Tivemos 4 mortes, 4 fatalidades. Evidentemente que nós não achamos esse número um bom número. Nós trabalhamos pelo zero. Mas tivemos, sim, resultados muito bons, comparados com anos anteriores. Tivemos 13 fatalidades no ano anterior e 16. Ou seja, ainda que tivéssemos toda essa exposição adicional, nós tivemos resultados melhores.

Volume de vazamento de óleo e derivados: também tivemos uma redução significativa no ano de 2013. Esses números, evidentemente, são auditáveis. Esses números são mostrados em diversos relatórios, relatórios que apresentamos ao mercado no Brasil e no exterior. Tivemos também uma redução de 52% de vazamento.

Temos uma série de programas na companhia que nos levam a alcançar cada vez mais resultados melhores e muito melhores. E temos investido – é importante que eu diga aqui – no Programa de Aumento da Eficiência Operacional. São mais de US\$2 bilhões, em 2 anos, que nós colocamos nos programas. Não é mais... É principalmente, mas não é mais a produção; quando você trabalha de uma forma mais segura, você tem a sustentabilidade da produção, mas você tem empregados que estão mais seguros, que estão mais seguros no seu dia a dia, no seu trabalho. São dois elementos fundamentais: a vida, acima de qualquer coisa, e o bom resultado para a companhia.

Nós temos o que chamamos de unidades móveis, que nós contratamos em taxas de área; unidades de manutenção que colocamos como se fossem uma sonda, uma unidade do lado de uma unidade de produção para fazer a manutenção. O custo diário varia de US\$150 mil por dia a US\$400 mil por dia. Três anos atrás ou dois anos atrás, nós tínhamos duas unidades de manutenção; hoje, nós temos sete unidades de manutenção já contratadas, operando, prontas para atender, para dar maior segurança à nossa companhia.

Caminhando para o Eixo 4...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, aproveitando que a Presidente Graça Foster... Já tem 50 minutos, Presidente!

Nós vamos passar a tarde inteira e vamos avançar a noite, e as perguntas vão entrar no mesmo que ela está respondendo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ela está no último... Ela tem liberdade...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – É uma palestra institucional que nós estamos assistindo, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço, Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu assisto ao DVD da Petrobras, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Muito obrigada, Presidente, por me permitir falar um pouco mais sobre algo tão importante, que são indícios de superfaturamento na construção de refinarias. Nós estamos falando aqui, especificamente, da Refinaria Abreu e Lima.

Refinaria RNEST. Junto a essa refinaria, que nós estamos muito próximos de concluir. Estão partindo agora o primeiro trem de refino. Os trens de refino são esses Trens 1 e 2; são esses dois grupos em verde. Nós estamos partindo essa refinaria agora no mês de novembro de 2014. Nós temos o que chamamos de *off-site*, em azul, que é tudo o que trabalha para que a gente possa rodar essas plantas. Nós temos toda a parte de infraestrutura, e nós temos os dutos que nós chamamos de extramuros, e nós temos o píer (Porto de Suape), tanques de produtos.

Então, o coração da refinaria é constituído por estes dois trens pintados, assinalados na cor verde. Esta é uma foto aérea da refinaria, uma área de 2,5km, que vai dar um pouco mais de 6,3km², que contempla todo o conjunto de refino. Em verde, nós temos os *on-sites*, que são as unidades de processo, principalmente a de Destilação Atmosférica – é importante chamar a atenção para a destilação atmosférica –, a de Coqueamento Retardado, a de Hidrorrefino, a de Geração de Hidrogênio – são unidades importantes –, o Pátio de Coque.

Em azul, nós temos os tanques de petróleo, os tanques de produtos intermediários, a estação de tratamento de água, tratamento de despejos industriais. Nós temos ali a casa de força.

Então, esse é o conjunto dessa refinaria.

Importante chamar a atenção para o Extramuros. Nós temos aí uma foto aérea da expansão do Porto de Suape, e as rodovias para atendimento à RNEST. A construção é da refinaria, mas tem toda a infraestrutura ao redor dessa refinaria.

A refinaria aparece no plano mais adiante, mais atrás da refinaria, e todas essas linhas circundadas em branco mais claro são os reforços ou as construções que nós tivemos que fazer. Então, dragagem do canal de acesso, prolongamento do molhe. Nós temos o reforço e engordamento do molhe, a tubovia, a criação de dois píeres. Depois – não basta –, nós tivemos que trabalhar também, investir na construção dessas estradas.

Eu gostaria de destacar aos senhores que nós investimos, a Petrobras investiu R\$464 milhões, aquilo que nós chamamos escopo com ressarcimento e que é rebatido para uma redução na tarifa. Nós temos uma compensação sobre esse investimento, que é um Termo de Adiantamento da Tarifa, uma redução nessa tarifa para utilização do porto.

E há uma parte em que nós temos prioridade de utilização do Porto, mas não temos nenhum ressarcimento, que é exatamente o prolongamento, engordamento e reforço do molhe, tubovia e parte das obras da dragagem do canal de acesso.

Construir uma refinaria no Brasil, mais especificamente construir a RNEST, não é apenas ou tão somente esta foto em que eu mostro *on-site*, *off-site*, intramuros. Nós temos que construir os extramuros, tudo aquilo que está fora. Acontece muito pouco ou, em alguns lugares, não existe esse investimento fora do coração da refinaria. Extramuros e mais rodovias foi o que foi feito. Quando nós falamos da construção da refinaria, estamos falando nesse conjunto.

Atrasos – e aqui nós temos a curva física e a curva financeira: nós tivemos um atraso em relação ao projeto inicial, a Fase I, que é um estudo de oportunidade; nós tivemos um atraso de três anos em relação ao que nós projetamos para a partida do primeiro trem, no ano de 2014. Nós temos hoje, como eu disse, uma realização de 87,4%, uma previsão de 88%, ou seja, nós estamos bastante em linha com o nosso plano de realização física do mês de março de 2005.

Com relação ao acompanhamento financeiro em relação à Fase 1, a Fase 1 em relação à Fase 3, nós saímos de um projeto de US\$2,4 bilhões, chegamos à Fase III com um projeto diferente do primeiro, uma concepção, uma estruturação do refino completamente diferente da primeira, de US\$13,36 bilhões, e planejamos concluir essa refinaria, junto com extramuros, junto com as rodovias, porque são 25km de rodovias, chegando a US\$18,49 bilhões. Ou seja, importante é deixar claro aqui que estaremos concluindo essa refinaria a US\$18,5 bilhões.

Esse projeto inicial, de US\$2,5 bilhões, não foi o projeto construído. Existem evidências da IHS-Cera, que é uma consultoria que temos, da qual as grandes operadoras se utilizam, de que por US\$2,4 ou US\$2,5 bilhões, em 2005, em lugar nenhum do mundo seria construída essa refinaria, isso excluindo todos os *off-sites*, excluindo aqui os extramuros, as rodovias. Então, esse projeto, Fase 1, nunca saiu do que chamamos da prancheta. Foi um trabalho grande, um trabalho intenso, feito pelas equipes da Petrobras, durante um período de seis meses, como eu mostro à frente, mas esse projeto, por conta do desconhecimento que tínhamos do óleo que efetivamente estaria sendo entregue, não saiu da prancheta.

A evolução do projeto. Na parte de cima, a Fase 1, a identificação de oportunidades. Naquele esquema de refino – por isso pedi a paciência dos senhores – é importante olhar ali a unidade de destilação atmosférica. Nós tínhamos ali um trem, um projeto com óleo hipotético, que viria a nós, e esse projeto não saiu da pran-

cheta. O que se usou para quantificar o Capex, aquele do 2,4, foi uma base de dados muito bem trabalhada, diga-se de passagem, mas foram utilizados, esses dados foram extrapolados a partir de custos de expansão de unidades de refino que nós vínhamos desenvolvendo na Petrobras. Nos últimos 20 anos, nós não construímos refinarias novas, mas nós fizemos expansão de capacidade próxima a 600 mil barris de petróleo por dia. Então, o Diretor Cosenza, que é o Diretor de Abastecimento, tem colocado com muita propriedade que a grande questão que tivemos nesse projeto, que nunca saiu da prancheta, desse primeiro trem, é que as referências de Capex, de custo que nós utilizamos, não foi de uma refinaria nova, de uma refinaria *greenfield*, mas sim de expansões de custos unitários de valor evidentemente muito baixos, porque você tem toda infraestrutura da refinaria. Se você vai fazer a expansão de capacidade, um desengargalamento de 30 mil barris, 40 mil barris, esse custo é bastante mais baixo. Aí é uma questão importante que temos que considerar. Nós partimos para o *off-site*, a infraestrutura já na Fase 2. Existiu a Fase 1 completa, seis meses de Fase 1, e passamos para a Fase 2.

Entendemos que nós estaremos utilizando um petróleo de Carabobo. Esse petróleo não poderia estar misturado ao nosso petróleo Marlim. Isso tudo foi aparecendo, surgindo com os estudos que foram feitos, com os levantamentos em bancada, análises. E entendemos que poderíamos ter uma única unidade de destilação, porém dois trens.

Passaram-se mais quase dois anos – ou passaram-se praticamente dois anos –, e nós entendemos e entendíamos que nós deveríamos ter dois trens de refino, inclusive com uma unidade de destilação para cada trem de refino. Então, são praticamente duas refinarias em uma, para que a gente pudesse ter separado esses dois volumes de óleos. Apesar de terem a mesma densidade, eles eram de naturezas, são de naturezas diferentes, do ponto de vista da quantidade de enxofre que se apresenta, do ponto de vista de metais pesados, de compostos olefinicos. Então, petróleos de propriedades física e química diferentes, que não poderiam ser misturados.

Demonstrou-se necessária uma severidade de processo muito maior para poder trabalhar essa mistura de petróleos. E nós tivemos uma evolução da Fase 3 para a Fase 4 em mais escopo. Houve uma variação cambial bastante grande; 95% dos custos dessa refinaria são custos em reais. Então, houve uma apreciação do real. No início do projeto, o projeto era três dólares por reais. Nós, hoje... Na época da composição, 1,98. Então foram necessários – quando você converte para dólar – mais dólares para que a gente pudesse fazer todos esses pagamentos. Houve uma apreciação do real frente ao dólar.

Então, a estrutura de refino é outra estrutura de refino completamente diferente.

Há algo que é extremamente importante para Petrobras. Eu queria pedir a paciência senhores, mas para nossa empresa. E estou aqui representando a Petrobras, representando seus 85 mil empregados. A Petrobras é uma empresa que tem governança. A disciplina na execução dos processos, na aplicação dos processos é uma meta, e é uma disciplina importante de ser seguida na companhia. Nós não podemos aceitar – definitivamente – algumas colocações de que a gente não tem procedimento, de que a gente não tem processos a seguir.

Nós temos aprovado em ata na reunião de Diretoria – isso desde o ano de 200, e tivemos uma revisão recente, em agosto de 2012 – com relação ao rigor na aprovação. Eu já estive no Senado em outras épocas, mesmo antes da CPI, da CPMI, falando dos procedimentos de aprovação de fase. Nós temos procedimento.

Especificamente em relação à RNEST, ali na Fase 1, que eu registro que é o estudo da identificação de oportunidade que nós temos, o típico para duração desse estudo são de três a nove meses. No caso da RNEST, essa Fase 1 não durou um segundo; essa Fase 1 levou seis meses de trabalho muito forte dos especialistas do Abastecimento da Petrobras e do Centro de Pesquisas da Petrobras. Nós trabalhamos muito forte; nós temos relatórios.

E, lá atrás, em 2005 – naquela época, não mais em 2012 e para frente –, o Gerente Executivo do Abastecimento, da Diretoria de Abastecimento, poderia, Sr. Presidente, aprovar a Fase 1, mas o Diretor de Abastecimento da Petrobras, à época, submeteu à aprovação da Diretoria Colegiada da Petrobras pela importância do empreendimento. E essa Fase 1 foi aprovada pela Diretoria da Petrobras lá em setembro de 2005. Na sequência, passamos pela Fase 2, pela Fase 3. A Fase 3 levou 35 meses pela dificuldade que era para nós obtermos esse óleo, a severidade desse petróleo pesado sintético oriundo da Venezuela.

Então foi um trabalho muito grande, e eu devo aqui colocar essas palavras, porque isso é um pleito da força de trabalho da Petrobras. Definitivamente, podemos ter cometido todos os erros, mas foi um trabalho técnico, um trabalho de quem fez a última refinaria em 1980.

Seguimos com a Fase 4, que é esta fase em que estamos agora. A terraplenagem foi antecipada para outubro de 2007. Não há impedimento que se faça antecipação de fases, mas temos tido uma disciplina, um rigor muito grande com relação à antecipação de fases. E temos projetado que a RNEST seja uma refinaria que entre em operação agora, em novembro de 2014.

Então, a Fase 1 dessa refinaria passou por um rigor muito grande. Os técnicos do Centro de Pesquisas da Petrobras trabalharam de forma profunda na avaliação desta Fase 1. Ela não foi feita sem zelo, não foi feita sem o cuidado.

A governança da Petrobras para assinatura de contratos para a RNEST. Usamos o Decreto 2.745 e, por conta disso, temos que seguir o Manual Petrobras para Contratação, publicado no Diário Oficial da União. E tivemos uma publicação recente, ano passado, em 8 de maio de 2013. Fizemos várias mudanças, vários ajustes nesse manual porque trouxemos um comitê importantíssimo na aprovação de fase, que é o Comitê de Investimento, e existe uma ação muito forte do ponto de vista orçamentário. Então, mudança de fase passa sim por um rigor muito grande.

Importante dizer que existem dois momentos. Vou deixar este material para que os senhores possam lê-lo com a atenção que acharem devida. Mas temos ali contratação pela Empresa e Refinaria Abreu e Lima. Por cinco anos essa empresa existiu. Foram cinco anos em que criamos etapas adicionais no processo dessa empresa. Por que essa empresa existia? Esta empresa existia porque tínhamos a PDVSA como nossa sócia. E, por cinco anos, trabalhamos firme para que a PDVSA viesse. Nós, Petrobras, tínhamos o maior interesse que a PDVSA viesse porque seria de 40% o investimento com a PDVSA. A PDVSA não veio, e incorporamos a empresa, no final de 2013.

Agora, é importante colocar que tudo começa na Petrobras, mesmo com a Refinaria Abreu e Lima. A Gerência Executiva do Abastecimento na hora da instauração do processo de contratação, a Gerência Executiva do Abastecimento e da Engenharia elaboram um documento interno Petrobras. Este documento interno Petrobras é liderado pela Engenharia da Petrobras, mas, quando segue para a Diretoria da Petrobras, tem a anuência do diretor de abastecimento. Então, o processo é liderado, o número do documento sai da Engenharia, mas é um processo que segue um ritual. Não é aleatório, existe um ritual, e esse processo todo começa na Gerência Executiva, que aprova que seja feito o início da contratação. Uma vez aprovado, o nosso Gerente Executivo do Abastecimento recomendava à Refinaria Abreu e Lima que instaurasse o processo, mas ele já estava recomendado pela Petrobras. Se tivesse um sócio na Refinaria Abreu e Lima poderia ter uma grande discussão em torno, mas não havia esse processo. Se aprovado pelo Conselho – estou terminando – da Refinaria Abreu e Lima, cria-se a comissão de licitação composta por integrantes do Abastecimento e da Engenharia. A Engenharia lidera, mas não tem o poder absoluto; o poder é da Diretoria da Petrobras. Vai à apreciação da Refinaria Abreu e Lima, que assina o contrato lá na ponta, o Conselho da Abreu e Lima. Depois que a empresa Abreu e Lima saiu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Presidenta Graça, só para...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Cinco minutos, Sr. Presidente, por favor, os cinco minutos que preciso para fechar.

Depois que acabou o processo, terminamos com a empresa, entendemos que a Venezuela não atendia às nossas expectativas – não a Venezuela, a PDVSA –, nós incorporamos a empresa. E, novamente, o processo encurta, mas passa todo pela Gerência Executiva do Abastecimento e de Engenharia da Petrobras.

Aditivos seguem o mesmo procedimento. Se a empresa tem uma demanda, tem um pleito, ela manda para o engenheiro, para a Diretoria da Engenharia. Tudo isso é discutido com o Diretor do Abastecimento e com o Diretor da Engenharia, que lidera o processo, sempre com a anuência do Diretor de Abastecimento.

Quando existia a Refinaria Abreu e Lima, recomendava-se a avaliação. A Refinaria Abreu e Lima, se entendia que está aprovado, encaminhava à criação da Comissão de Avaliação do Pleito e à assinatura do aditivo. Depois que saiu, fechamos. Não temos mais a refinaria, a empresa Abreu e Lima, e o processo se dá da mesma forma, todo dentro da Petrobras.

Para fechar, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Secretário e presentes, nós temos, então, aqui, a RNEST sendo avaliada sistematicamente ano a ano. Na Petrobras, nós trabalhamos com uma unidade geradora de caixa. Nós temos 100% do refino no Brasil. Nós olhamos o negócio refino, as 12 unidades, a RNEST e o Comperj, dentro desse pacote de refinós. E o auditor que audita a Petrobras reconhece que o parque de refino da Petrobras ganha valor com as sinergias de Comperj e com as sinergias de RNEST e que, nesse resultado, num teste de *impairment*, são mantidas a integralidade do valor dos ativos e a capacidade de geração de caixa.

Nós aqui temos o atendimento a todas as requisições. Desde o ano de 2006, nós temos passado por vários, vários e vários questionamentos do TCU, do Ministério Público, requerimentos de informação de diversos e importantes Parlamentares que nos perguntam.

Nós, a pedido do Conselho de Administração da Petrobras, há dois meses, iniciamos uma Comissão de Avaliação Interna de apuração dos processos dos quais seguiram cada um desses contratos de RNEST. E temos mantido atualizados todos aqueles que nos perguntam, que nos arguem sobre nossas refinarias, especialmente a RNEST.

Muito obrigada, senhores. Obrigada a todos da Mesa e aos senhores por me ouvirem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço à depoente.

Uma informação importante para V. Ex^{as}: estou aqui ao lado do meu Relator e do meu Vice-Presidente, marcando, definindo para o próximo dia 18, às 14h30, a reunião administrativa desta Comissão.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Parabéns, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Dia 18, 14h30.

Às 10h15, vamos ter uma reunião da CPI própria do Senado e, às 14h30, vamos ter a CPMI.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, uma questão de ordem, antes do Relator, só para contribuir.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Presidente, para esclarecimento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Peço para V. Ex^a avaliar o art. 138 do Regimento do Senado, que, de maneira clara, para toda e qualquer convocação de Ministro de Estado, estabelece um prazo limite de 30 minutos. E trabalhar com alguma tolerância nesse prazo, sem rigidez, porque não podemos ter aqui manobras que objetivem gastar o tempo da CPI. A CPI quer questionar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas era importante a CPI...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Presidente, só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Deputado José Carlos Araújo. Eu vou passar a palavra, depois do José Carlos Araújo, ao nosso Relator. V. Ex^a tem também...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Estava previsto o depoimento de 20 minutos, Sr. Presidente, ou o dobro, se V. Ex^a quiser, à vontade de V. Ex^a.

Já que se gastou mais de uma hora, queria saber se V. Ex^a vai recalcular o tempo que vai dar aos Deputados e Senadores para perguntarem. É proporcional, Sr. Presidente. Tem que ser proporcional, não pode ser diferente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É regimental. Vamos manter o Regimento. Deputado Marco Maia, com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, só para correção, o artigo é o 398, inciso X. Eu alterei os números.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado, meu Líder.

Sr. Relator, com a palavra.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Boa tarde, Senador Vital.

Boa tarde ao nosso Vice-Presidente, Senador Gim Argello.

Boa tarde as Sr^{as} e aos Srs. Senadores e Deputados aqui presentes.

Boa tarde a Sr^a Maria das Graças Foster, Presidenta da nossa querida Petrobras.

Eu quero pedir um pouco de paciência aos nobres colegas Deputados e Senadores, já que estamos iniciando esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito em que faremos a primeira oitiva de uma testemunha. Essa oitiva se somará ao conjunto de outras oitivas que deveremos realizar durante os próximos meses, o que vai exigir de todos nós, neste momento, muita tranquilidade e muita paciência, até porque nós, ao nos colocarmos à disposição desta CPMI – tenho convicção – o fizemos sempre com o intuito maior de poder investigar, ouvir, escutar, perguntar e ao final de tudo isso produzir um relatório que seja o mais próximo daquilo que a sociedade brasileira espera de uma investigação dessa natureza e com essa dimensão, principalmente por se tratar de uma empresa da importância e da grandeza da Petrobras para todos nós.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, permita-me uma questão de ordem, que tem a ver com o Relator?

O senhor vai fazer o compromisso para a Presidente Graça Foster falar a verdade, já que ela é uma testemunha e não é acusada nesta CPMI?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós já fizemos isso, já fizemos isso. Na fala do Senador Gim Argello já foi oficiado esse termo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Portanto, todos nós, aqui, temos que ter a preocupação primeira de aproveitar essa oportunidade para fazer todas as perguntas que forem necessárias, que forem importantes, que forem fundamentais para o processo de investigação. Digo isso porque sei que o papel e a tarefa do Relator nem sempre são as mais agradáveis, nem sempre são as mais tranquilas, e nem sempre o Relator ocupa o tempo que V. Ex^{as} gostariam que o Relator ocupasse ao proferir as suas perguntas e os seus questionamentos, até mesmo porque, sobre o Relator, paira a responsabilidade de, ao final de todos os trabalhos da CPMI, produzir o relatório, a síntese do que aqui foi tratado, investigado, perguntado, analisado, apresentado pelos depoentes.

Então, sei que muitas vezes eu talvez seja mais longo do que o necessário e outras vezes serei mais breve do que aquilo que V. Ex^{as} tinham como expectativa que eu o fosse; em outros momentos, talvez até nem pergunte ou faça grandes questionamentos.

Faço essa preliminar porque esta é a primeira oitiva que realizamos aqui, e tenho a convicção de que vamos precisar aqui, em alguma medida, de nos ajudar no sentido de construir a melhor investigação possível.

Como V. Exª, Presidente, incumbiu-me da responsabilidade de aqui relatar e pela importância de estarmos recebendo aqui nesta primeira audiência nossa Presidenta da Petrobras Maria das Graças Foster, eu hoje serei um pouco mais elástico nas minhas perguntas e nos meus questionamentos pela importância e por aquilo que representa e pela contribuição que a Presidenta pode dar a esta investigação e a este processo que hoje aqui se inicia.

Eu queria combinar, aqui, Presidente, que prefiro fazer a pergunta, e S. Sª respondê-la.

Obviamente, quanto mais rápida for a resposta, mais rápida será a outra pergunta e, com isso, teremos uma agilidade maior nos nossos questionamentos. Mas V. Exª pode também, e deve, dar todas as explicações que achar necessárias e convenientes a esta oitiva.

Bom, eu queria primeiro fazer aqui, antes de entrarmos nos questionamentos acerca de cada um dos quatro eixos que orientam as investigações desta CPMI, eu gostaria de fazer duas ou três perguntas mais gerais sobre a Petrobras que, na minha avaliação, são fundamentais para que nós possamos enxergar e compreender o que a Petrobras vive hoje e o que ela porventura irá viver no seu futuro. Faço aqui duas perguntas inicialmente. Primeiro, quais são, na sua avaliação hoje, as principais diretrizes que orientam a Petrobras na sua estratégia e na sua política de negócios? Como a Petrobras está enxergando isso hoje?

E a segunda, a Petrobras está...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Relator está com a palavra.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Pelo amor de Deus, Presidente! Nós vamos passar vergonha no Brasil inteiro. Esta CPMI vai ser carimbada na testa na hora que acabar hoje...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Relator está com a palavra.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – ...como, a gente, coveiro da CPI. Nós vamos passar vergonha para o Brasil inteiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Relator está com a palavra, por favor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu quero, eu quero, eu quero que me... Eu não tenho, meu Presidente, não tenho absolutamente nenhuma pressa de sair daqui. Se nós tivermos que ficar aqui até 1h, 2h da manhã, 3h, até amanhã de manhã, ficaremos aqui.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então, fale por último o Relator, Sr. Presidente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E não há nenhuma pressa, nenhuma pressa em fazer nenhum tipo de questionamento. Se alguém está com pressa, tem que ir para casa. Volte mais tarde para fazer os questionamentos que forem devidos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a segunda pergunta, Presidenta, é: a senhora entende que a Petrobras hoje está devidamente preparada para enfrentar os desafios que o setor apresenta atualmente? *(Risos.)*

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Presidenta. *(Risos.)*

Peço, peço...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Nós estamos apurando é o passado, não é o futuro, não, nem o presente. Isso é desrespeito ao Plenário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aí peço silêncio, em respeito ao Plenário. Por favor. Ao Relator. O Relator merece respeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Srª Presidenta com a palavra.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Bom, senhores, Sr. Relator, a estratégia da Petrobras, os caminhos da Petrobras para os próximos anos, até 2020, eu sempre digo que a indústria de petróleo é uma indústria de ciclos que parecem longos: oito anos. Mas oito anos é um tempo muito curto para a Petrobras, para qualquer empresa operadora. Então, a nossa curva de produção, que é o grande mote da nossa companhia, nós vamos estar, em 2020, com uma produção de 4,2 milhões de barris de petróleo por dia, 80% dessa produção está contratada. Os senhores viram que eu falei em contrato de 27 bilhões só de uma empresa. São contratos. E há outros tantos em curso, de outras empresas.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, Secretário, Vice-Presidente, nós estamos aqui com o nosso futuro, 2020, contratado. A estratégia está definida. Nós lançamos o planejamento estratégico 2030 em março, que mostra

que o Brasil será, sim, na visão de vários previsores, inclusive de Petrobras, um País que vai produzir mais de 5 milhões de barris de petróleo por dia, o Brasil, a partir do ano, na média do ano 2020/2030.

Se nós estamos devidamente... Nós somos uma empresa de 60 anos, uma jovem empresa de petróleo, uma empresa que tem o que de mais importante precisa ter uma empresa de petróleo, que é conhecimento técnico. Nós temos a liderança mundial em várias disciplinas, em especial na área de produção de petróleo no mar. Nós estamos devidamente preparados.

Temos, senhores, brigado muito nos últimos anos pela disciplina. Isso tem sido... É aquilo que vai nos posicionar cada vez mais e melhores para que possamos fazer mais com menos. Então, este é um ponto importante: a disciplina. Essa é uma posição, é um divisor de águas. Quando você tem tantas oportunidades como o Brasil tem na indústria de petróleo, tem um mercado crescente, a disciplina é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu gostaria de passar de novo a palavra ao Relator, pedindo aos senhores o seguinte: o Relator tem 139 perguntas. Ele tem um roteiro. Centro e trinta e nove. Ele tem um roteiro. Esse Relator foi escolhido por esta Presidência com o apoio de todos os senhores. Vamos respeitar, porque ele tem um roteiro das perguntas. E, ao longo das perguntas do Sr. Relator, os senhores vão analisar que curso ele imagina dar à sua investigação.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, vamos reconvocar a Graça Foster, apresentar de novo a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Apresente requerimento.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quando foi inaugurada a última nova refinaria da Petrobras no Brasil?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – A nossa refinaria...

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, tem que indeferir, Presidente. Indefere, Presidente. Pergunta repetida, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nossa refinaria...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – É prova do Enem?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – ...seu deu em 1980. Nossa última refinaria aconteceu em 1980 e essa última refinaria, em 1980, nos traz vantagens ou dificuldades para que a gente pudesse ter tido mais êxito. Ou seja, em vez de termos seguido uma estratégia de busca de refino no exterior, talvez se tivéssemos começado mais cedo o refino no Brasil, nós teríamos hoje uma oportunidade melhor de refino no País. Então, 1980, Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k. Nós podemos afirmar hoje, Presidenta, que a Petrobras retoma a sua capacidade de empreendimentos na área do refino?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Na próxima resposta ela esclarece ao senhor. Vamos dar continuidade.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Quero solicitar que os Parlamentares mantenham silêncio se não a gente não consegue ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Srª Presidenta com a palavra.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Sr. Relator, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, nós tivemos a nossa refinaria em 1980 e a oportunidade que tivemos foi a RNEST. A oportunidade que tivemos foi o Comperj, importantíssimo para o Rio de Janeiro, importantíssimo para o parque de refino da Petrobras. Eu entendo que, com Premium I e com Premium II, que são projetos importantes e à luz de toda dificuldade que temos tido com RNEST principalmente, nós estamos retrabalhando e chegamos a um projeto bastante maduro, simplificado de Premium I e II. Então, a minha resposta ao senhor é: sim, nos entendemos que aprendemos com o RNEST. São lições aprendidas que eu tanto tenho dito. Isso é positivo, não é negativo.

Existe um processo na Petrobras que se chama transferência do aprendido. Quando nós tivemos a última refinaria em 1980 – e por isso a importância que dou a essa última refinaria –, nós tivemos um processo longo sem o aprendizado. E agora nós estamos prontos, sim, senhores da Mesa e todos presentes, para fazer um belo projeto de Premium I e Premium II, Maranhão e Ceará, muito desafiadores, porque de novo nós nos deparamos com a infraestrutura que temos que construir, que nós temos que trabalhar com o Governo do Estado, com o Governo Federal. São desafios importantes a serem superados pela Petrobras.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Uma última pergunta nesse bloco. O Decreto nº 2.745, de 1998, que regulamenta a Lei do Petróleo, a Lei 9.478, de 1997, na sua avaliação, atende aos interesses do País e da Petrobras hoje?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Olha, eu diria que sim. Nós temos os manuais e os procedimentos e o rigor na disciplina. Nós temos um trabalho bastante grande junto ao Tribunal de Contas da União, trabalho importantíssimo.

É o que eu tenho dito: os órgãos de controle, os órgãos de Governo, aqueles que nos pedem, que nos fazem os requerimentos precisam de informações. E nós precisamos ter cada vez mais e mais disciplina e mais rigor para informarmos aos órgãos de controle o que eles precisam. Então, eu diria que, trabalhando disciplinadamente com todos os processos, procedimentos, nós chegamos a um bom termo junto com os órgãos de controle. Nós precisamos ter agilidade necessária. Cada vez mais, nós temos mais empresas operando no Brasil, empresas inclusive parceiras nossas, e nós precisamos ter agilidade. E o decreto nos dá essa agilidade. Mas nós precisamos corresponder com a disciplina.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem. Eu passo agora ao grupo de perguntas referentes ao eixo 1 do plano de trabalho traçado por esta CPMI, ou seja, o processo de aquisição da refinaria de Pasadena, no Texas, Estados Unidos.

O primeiro questionamento é sobre a compra e venda de refinarias no exterior. A Petrobras adquiriu empresas, refinarias, em diversos países, a partir de 2000. Olhando um pouco o quadro, em 2001 a Petrobras promoveu a troca de ativos com a Repsol YPF visando ao controle da refinaria de Bahía Blanca, na Argentina. Essa operação, segundo informações divulgadas pelas análises, pela imprensa, teria dado um prejuízo de 2,5 bilhões à Petrobras. A Petrobras também comprou a empresa Perez Companc na Argentina, em 16 de outubro de 2002, pelo valor de US\$1,027 bilhão. Essa informação é correta?

A Petrobras comprou ainda a refinaria San Lorenzo, na Argentina, em 2002. A refinaria foi vendida em 2010. Por quanto a Petrobras comprou e por quanto vendeu a refinaria de San Lorenzo e por que motivo a refinaria foi vendida? Qual a capacidade dessa refinaria?

A Petrobras também comprou a refinaria de Okinawa, no Japão, em 2007. Quanto a Petrobras pagou por Okinawa e qual a capacidade dessa refinaria?

A Petrobras adquiriu duas refinarias na Bolívia, na década de 1990, que foram nacionalizadas em 2006 e 2007. Quanto a Petrobras pagou e quanto recebeu pela nacionalização? Qual a capacidade dessas refinarias?

Por fim, olhando para todas essas aquisições, compras, vendas, nacionalizações, qual a avaliação que a senhora faz desse conjunto de empreendimentos?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nós seguimos o planejamento estratégico. Então, para fazer refino, você tem que ter petróleo no Brasil. A gente importa petróleo. A gente não tinha a descoberta do pré-sal. No meu entendimento, a orientação dada à época, em 1999, foi correta, de que a gente buscasse refino no exterior, para agregar valor ao nosso petróleo, para ele ser menos descontado pelo frete pelo qual tínhamos que passar para chegar ao destino. Então, no meu entendimento, foi corretíssimo. Nós demos prosseguimento a esse planejamento estratégico na sequência.

Na questão da Bolívia, as duas refinarias que nós adquirimos na Bolívia... Eu estou usando a minha mesma apresentação, o.k.? Nós fizemos aquisições na Bolívia. Tivemos um refino bastante bem sucedido nesse relacionamento do Brasil com a Bolívia. Mais tarde, veio o processo de nacionalização da Bolívia. Nós retornamos a refinaria para a YPFB e, na média dos valores que nós temos registrados hoje, é alguma coisa em torno de US\$100 milhões entre o que nós fizemos nas aquisições de Cochabamba e de Santa Cruz. Nós fizemos depois uma venda de US\$123 milhões. Então, ficamos, senhor, bastante próximos do que investimos e de como saímos. Mas fizemos bons resultados na Bolívia no refino.

A questão da Repsol, a venda de ativos. Até hoje isso é uma grande discussão, porque alguns empregados da Petrobras no Rio Grande do Sul, a Refap, ficaram muito incomodados com a entrada da Repsol. Passou a ser uma outra empresa e houve um incômodo bastante grande. Tivemos troca de ativos de E&P nessa transação toda. Então, existe uma ação no Supremo, em avaliação, e é uma questão importante de ser acompanhada, de ser tratada.

Em Bahía Blanca, por exemplo, nós fizemos investimentos de... Houve uma troca de ativos de um pacote, então não há um valor específico da refinaria. Mas os investimentos... Esse é um ponto importante, muito discutido, inclusive, aqui. Hoje você compra a refinaria e você tem que continuar investindo. Não tem como não investir, e é muito investimento. Nós fizemos US\$205 milhões de investimento em Bahía Blanca e nós temos mais urgentes investimentos a fazer, de mais US\$388 milhões, para uma capacidade de refino de 30 mil barris. Essa aquisição foi em 2001. Então, quando eu comparo os 100 mil barris de Pasadena, com US\$650 milhões de investimento, a 30 mil, eu acho que o negócio de Pasadena é um investimento menor para uma capacidade de refino maior.

Na Argentina, San Lorenzo também foi uma aquisição, na época, de Perez Companc. O número que nós temos é US\$1,025 bilhão, quanto foi essa transação de Perez Companc.

San Lorenzo: fizemos uma desinvestimento, e fizemos esse desinvestimento em San Lorenzo, porque, senão, teríamos que colocar já pronto, agora em 2016, mais US\$550 milhões e mais US\$400 milhões, depois de 2016, quase US\$1 bilhão na Refinaria de San Lorenzo, para fazer 50 mil barris por dia. Quer dizer, um negócio bastante ruim. Então, foi feito um desinvestimento. O valor desse desinvestimento não sei se tenho aqui, mas, na verdade, venda fizemos sim; foi por US\$102 milhões, entre o ativo e os estoques que nós tínhamos lá. Então, US\$102 milhões.

Nos Estados Unidos, Pasadena. Entendo que haverá mais tempo para poder falar de Pasadena, em outra pergunta que os senhores fizerem.

Okinawa e Pasadena; duas grandes intenções de fazer o *revamp*. Especificamente em Pasadena não fizemos o *revamp*, o projeto não se completou. Em Okinawa também não, mas principalmente Pasadena, pela importância daquele *hub* e pelo bom negócio que teria sido. Mas o fato é que, olhando para tudo isso, não tínhamos o petróleo que temos hoje, o potencial de produção que temos. E a nossa produção está aumentando; hoje, estamos produzindo 480 mil barris de petróleo por dia – é um fato que nunca disse – no pré-sal. É um recorde novo que estamos atingindo; estamos pertinho de 500 mil barris por dia, bem perto. Nós não temos esse petróleo. Então, o refino no Brasil passa a ser extremamente importante depois das grandes descobertas.

Olhando para isso, lá atrás, no Planejamento Estratégico, em 1999, não foram, na ótica de hoje, olhando para trás, os melhores negócios em refino, mas foram os negócios que fizemos à luz das informações que tínhamos na época. E vale para todos eles, não só para uma refinaria aqui e lá.

Okinawa, só para fechar: 100 mil barris de capacidade instalada; o mercado compra 50 mil. No estudo de viabilidade técnica e econômica, nós consideramos 50 mil barris.

Então, esse conjunto de refino não trouxe para a Petrobras os bons resultados, olhando hoje, mas olhando lá trás, à época, parecia ser um negócio adequado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Só para informar os senhores jornalistas, profissionais e assessores que nós já disponibilizamos, com telão, a sala 03, ao lado, para confortavelmente recebê-los.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito obrigado.

Sobre a negociação com Astra Oil Company para a compra de Pasadena, Presidenta, como surgiu o interesse da Petrobras pela refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, e por que a Petrobras não optou por construir uma refinaria nova, uma *greenfield* nos Estados Unidos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu tive dificuldade para me concentrar na pergunta.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sobre a negociação com Astra Oil Company para a compra de Pasadena, primeiro, como surgiu o interesse da Petrobras pela refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, e, segundo, por que a Petrobras não optou por construir uma refinaria nova, uma *greenfield* nos Estados Unidos?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – É difícil uma refinaria nova nos Estados Unidos pelo licenciamento, assim como é difícil no Brasil. Mas nos Estados Unidos, os registros que temos é de que as consultorias apontavam como extremamente difícil o licenciamento no tempo em que gostaríamos. Já estávamos produzindo em Marlim, e o interesse por uma refinaria nos Estados Unidos, uma refinaria já operando para óleo leve, era o fato de que o custo era menor, a aquisição era menor, o desembolso da Petrobras era muito menor. Então, optamos por fazer uma pesquisa, e isso foi feito no ano de 2003, no ano de 2004.

Já em 2002, havia uma grande pesquisa sobre onde poderíamos atuar. Fizemos oferta a várias empresas, perdemos para várias outras empresas, que compraram na nossa frente e, em 2004, 2005, começou a aproximação junto a Astra.

Por que uma refinaria nos Estados Unidos? Porque é um *hub*. E por que Pasadena? Porque é um *hub* extremamente importante, um dos maiores *hubs* de movimentação de petróleo e derivados lá nos Estados Unidos, Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A Petrobras, à época, chegou a buscar outras alternativas de refinarias com capacidade de refino e demais características semelhantes às de Pasadena?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nós procuramos refinarias em outras localizações. Nós não fomos bem-sucedidas. Tivemos algumas propostas, mas perdemos todas. Chegaram na nossa frente, e a gente acabou ficando com um portfólio muito menor.

E como havia o interesse em fazer o *revamp*, e a Refinaria de Pasadena tinha, e tem, um terreno bastante grande, e já tinha, já tem, a licença ambiental, então, o interesse por Pasadena foi amplificado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A Astra assumiu o controle de Pasadena em janeiro de 2005, após negociações que se desenvolveram ao longo do segundo semestre de 2004, com a Crown Central Petroleum, até

então proprietária da refinaria. A Petrobras chegou a tratar com a Crown sobre a aquisição de Pasadena antes das negociações com a Astra?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, senhor. Não há registro da Petrobras nesse sentido.

Eu, aqui, faço uma organização de todas essas informações. Entrei na Diretoria Executiva da Petrobras em setembro de 2007, então, falo muito em registros, e esse processo foi longo, começou em 2002, 2003, essa busca de refino no exterior, 1999. Então, não há registro de que a Petrobras tenha negociado diretamente com a Crown, a aquisição direta Petrobras-Crown. Não há esse registro.

É um ponto importante que foi colocado: havia uma série de passivos com a Crown, a Crown não dispunha, era um ativo de uma certa fragilidade e que não produzia os 100 mil barris, ele funcionava meio vago-lume, ora 30 mil, 40 mil. Então, o que temos de registro é que a Astra desembolsou, colocou recursos na Crown para que essa refinaria atingisse 100 mil barris, resolveu questões tributárias, questões ambientais, e a Diretoria da Petrobras dificilmente trataria uma discussão de uma aquisição com fragilidades relevantes, como foi o trabalho que a própria Astra fez com a Crown. Tudo isso são registros que temos, organizados, na companhia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Essas perguntas agora, a senhora já as trouxe durante sua apresentação, mas é importante...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – É importante.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... que a gente aqui escute de V. Sª mais uma vez.

Foi noticiado que a Petrobras pagou, em 2006, US\$360 milhões pela Refinaria de Pasadena, e que, um ano antes, em 2005, teria sido vendida para a Astra por apenas US\$42,5 milhões. Essa informação procede e era de conhecimento dos negociadores da Petrobras?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Essa informação não procede, US\$42,5 milhões. Nesse processo todo em que nós temos essa organização, nós começamos uma comissão de apuração na companhia, que ainda está em curso, a verificação dos processos, e isso foi extremamente importante para que a gente pudesse resgatar parte dessa história importante de Pasadena. Quanto a essa questão dos US\$42 milhões, isso está demonstrado... E os órgãos de controle vão receber o relatório, assim que fecharmos essa comissão. De que nós temos registro é que a Astra teve um desembolso, ela desembolsou US\$360 milhões. Ela investiu nesse refino, ela investiu numa contratação, numa adaptação do parque de refino para que pudesse alcançar os 100 mil barris, ela investiu na qualidade, na melhoria da severidade do refino, para que pudesse melhorar a qualidade do refino. Então, houve, realmente, desembolso em torno de US\$360 milhões, pela Astra, à Crown.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Na sua avaliação, o fato de a Astra negociar com a Petrobras a Refinaria de Pasadena logo após a sua aquisição não pode significar que aquela empresa teria conhecimento do interesse da Petrobras no negócio? Pode ter havido alguma especulação neste...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – É, a Astra, pelos registros também, vinha há muito tempo estudando o nosso óleo pesado, o óleo pesado de Marlim. Há muito tempo que digo é 2004. Então, há indicativos disso. E a Astra é uma *trading*, ela precisava ter uma âncora de refino. Então, muito interessante para ela ter uma refinaria com quem soubesse refinar, com quem soubesse operar. E ela buscou a Petrobras, e a Petrobras entendeu que seria uma boa oportunidade fazer o *revamp* não a refinaria *as is*, como ela estava, mas uma refinaria “revampeada” para 100 mil, 200 mil barris. Seria uma âncora importante.

Então, a Astra começou, Sr. Relator, Sr. Presidente, Vice-Presidente, senhores, pedindo, trabalhando com a Petrobras 70% de aquisição. E ela queria poderes. Nós com 70% e ela com 30%. E ela queria os poderes de quem tinha uma participação maior.

Depois, conseguimos trabalhar com 50% a 50%, igual, meio a meio, e a Astra manteve conosco o propósito de fazer *revamp* para cem mil barris. Então, entendemos que não havia esse interesse de comprar para vender, ela queria realmente uma participação com a Petrobras, por conta da âncora de refino que era importante para ela, toda *trading*, toda comercializadora. Seria importante que ela tivesse essa âncora de refino nos Estados Unidos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Sobre os pareceres de empresas de consultorias, a Petrobras contratou cinco empresas de consultoria para auxiliá-la na compra de Pasadena: Deloitte, Pricewaterhouse e outras. A senhora poderia nos dizer se alguma dessas consultorias emitiu um parecer recomendando que o negócio não fosse realizado?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não há essa evidência. O que existe, e é assim que eles operam, é que, para cada uma dessas consultorias, eles se manifestam, colocam-se, emitem uma posição em cima do estudo que eles fizeram e colocam uma série de ressalvas sobre outros elementos importantes. E aí, senhor, é importantíssima a disciplina quando se sabe das ressalvas. E, quanto a essas ressalvas, é necessário mitigá-las. Então, tem que haver um trabalho dentro da companhia para mitigar todo esse procedimento, to-

das essas ressalvas. Mas não há, em nenhuma das contratação que fizemos, um posicionamento firme de que não fizesse o negócio, que não fosse adiante.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Em novembro de 2005, a Petrobras contratou o Citigroup para a emissão de uma opinião imparcial.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Qual foi a conclusão do Citigroup?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Ele disse que era *fair*, que era firma, que era positiva e que tínhamos o respaldo para dar continuidade ao processo. Isso foi feito nas duas etapas, tanto dos 50% iniciais quanto dos 50% finais. O banco se posicionou recomendando a transação, com as suas ressalvas. E essas ressalvas precisam sempre ser muito bem trabalhadas dentro da companhia. Mas o Citibank, nos dois casos, especialmente no segundo caso em que as margens estavam melhores ainda, porque foi em 2008, à véspera da crise mundial, recomendou. Porque não interessa... O refinador não perdoa. Se ele não está cobrindo os custos e não tem a margem que ele quer, ele fecha e acabou. Então, as margens viraram, o consumo caiu. Mas, antes, ele deu duas posições muito positivas para a Petrobras. Eu digo muito positivas, eu digo especialmente positiva a segunda.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Sobre as avaliações técnicas, a Petrobras está sendo criticada porque a *due diligence*, ou diligência prévia, teria sido realizada em apenas 25 dias, entre o dia 23 de maio de 2005 e 17 de junho de 2005. Esse prazo é curto. Quanto tempo durou a avaliação jurídica e financeira sobre Pasadena?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Esse um mês que o senhor comentou não existe. Não é isso que consta desses relatos. Nós fizemos diversas apurações, contratamos mais de 40 – contratamos não, chamamos, convidamos, para participar da comissão de apuração interna da Petrobras – diretores, ex-diretores, gerentes. O prazo que temos é em torno de dez meses, que foi o prazo levado por nós para fazer todas essas avaliações. E é isso que aparece na nossa comissão de avaliação, a nossa comissão interna de avaliação.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Pasadena, na sua avaliação, poderia ser considerada, na época, uma refinaria obsoleta, ultrapassada tecnologicamente?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Essa é uma outra colocação que tem sido posta na imprensa à luz do que a imprensa conhece, e que alguns técnicos da Petrobras teriam dito que ela era uma carroça velha ou coisa desse tipo.

Mas o fato é que, em nenhum depoimento, em nenhum dos relatórios técnicos – nós temos hoje uma documentação muito boa e tenho certeza de que os órgãos de controle e a Comissão vão dispor de todo esse material –, não há registro oficial, nenhum requerimento, nenhum relatório técnico, nenhum depoimento foi dito que essa refinaria era isso tudo de velha, ou de carroça velha – não sei muito bem o nome.

O fato é que sempre foi dito que essa refinaria carece de investimentos. Tanto é que nós investimos – o número exato não está mais aqui na minha mente, estava quando eu fazia a apresentação – US\$650 milhões. Mas eu tenho que fazer investimentos imensos agora em Bahía Blanca; eu tenho que fazer investimentos... a gente investe em torno de mais de US\$80 milhões por ano, quando pouco, nas refinarias do Brasil. É muito investimento para ficar igual, a mesma capacidade... Não estou falando em obras de expansão de capacidade.

Então, não há nos registros nenhuma fala, nenhum depoimento que foi inadequado. Não há.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem. Sobre a compra dos primeiros 50% de Pasadena, o Sr. Nestor Cerveró, Diretor Internacional da Petrobras à época da aquisição de Pasadena, disse à CPI da Petrobras no Senado que a Diretoria Executiva da Petrobras pretendia comprar 70% da refinaria de Pasadena...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Tema que teria sido objeto de discussão daquela instância. Essa informação confere? Se positivo, por que as negociações não avançaram?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Isso é fato. A gente tem isso registrado em ata na Companhia: 70% eram o nosso interesse. A gente também, Presidente, queria ter a *trading* conosco. Nós fazemos operação de *trading* em vários lugares do mundo. Esse não é a nossa maior *expertise*, muito menos à época. Então, ter uma *trading* com tantos contratos de capacidade de movimentação de clientes, de cadastro, era importante para a Petrobras e a gente fazia muita questão, à época, de ter conosco a Astra. E queríamos 70%, queríamos fazer o *revamp* para 100 mil barris.

Mas a Astra queria poderes iguais aos da Petrobras. Isso realmente não fechou com a Astra esses 70. É fato, o meu colega Nestor colocou isso e é fato, consta nos registros.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Em dezembro de 2005 a Astra teria apresentado à Petrobras uma contraproposta final para venda dos primeiros 50% da Refinaria de Pasadena no valor de US\$359,2 milhões, des-

dobrados da seguinte forma: US\$189 milhões por 50% das ações da refinaria, a serem pagos no fechamento do negócio; US\$85,1 milhões por 50% das ações da *trading* ou primeira parcela a ser paga um ano após o fechamento do negócio; e US\$85,1 milhões pelos 50% restantes das ações da *trading* ou segunda parcela a ser paga dois anos após o fechamento do negócio.

Pergunto-lhe, então: essas informações estão corretas? A Diretoria Executiva da Petrobras debateu essa proposta da Astra?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Essas informações estão corretas: US\$359 milhões foi o valor que a Diretoria levou. Eu não estava na diretoria, eu não participei da aquisição dos 50%, eu entendo que sim. Que a diretoria da Petrobras debateu, como faz, as aquisições: 50%, foi esse e o valor que nós encaminhamos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É de conhecimento público, Presidenta, que, na documentação elaborada pela Diretoria Internacional da Petrobras, para subsidiar a decisão do Conselho de Administração da Companhia sobre a aquisição de Pasadena, que não constavam as cláusulas contratuais Marlim e Put Option, opção de saída, com sua descrição, condições de exercício e formação de preço de opção. Para a senhora, o conhecimento dessas informações poderia ter determinado uma tomada de decisão diferente da adotada então, ou seja, a compra de Pasadena poderia ter sido rejeitada?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Os registros que nós temos é que essas duas cláusulas não foram debatidas nem na Diretoria Executiva. Não consta da ata. No Documento Interno Petrobras – temos o que chamamos de DIP, Documento Interno Petrobras –, tinha, no seu documento principal, no texto, também não constava a descrição dessas duas cláusulas. Para a apresentação ao Conselho de Administração, também não foram mostradas nem no resumo executivo nem na apresentação em Power Point.

Entendo, Sr. Presidente e Sr. Relator, que deve ter havido uma grande discussão por conta dessas duas cláusulas, porque nós... O registro mostra que não havia sequer uma discussão sobre a possibilidade de ter que comprar 100% da refinaria. Então, se essas cláusulas tivessem sido colocadas, a cláusula de Put Option...

A cláusula de Put Option não existe sozinha. Você tem a Put Option e a Put Price, que é quanto você paga para sair. Então, isso precisaria ter sido levado ao Conselho, precisaria ter sido mostrado ao Conselho, no meu entendimento e dos técnicos que me assessoram.

A cláusula Marlim é muito específica. É uma cláusula que garantiria a rentabilidade para ambos, tanto para a Petrobras América quanto para a Astra.

Acredito que teria tido uma discussão bastante relevante no Conselho.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E de quem é a responsabilidade pela documentação a ser encaminhada ao Conselho de Administração sobre matérias para deliberação deste Colegiado, como no caso da aquisição da Refinaria de Pasadena? Pode considerar admissível essas informações não constarem no referido sumário executivo?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Tudo parte das áreas, Sr. Presidente. Temos a Área do Gás e Energia, a Área Internacional, sou Presidente da Área Internacional, Diretora da Área Internacional, Presidente da BR, da Petrobras. Temos a Área de Exploração e Produção, com seu diretor, de Abastecimento... Tudo parte da área. Existe a disciplina da companhia, e nada nasce na mesa do diretor. É muito difícil. O diretor trata de milhões de questões. Imaginem a mesa da Presidente.

Fui diretora de Gás e Energia por quase cinco anos, e chega muito a nós. Então, o diretor discute, sim, o resumo executivo, discute o documento interno, interage com os gerentes executivos, que certamente interagem com as bases. Agora, o responsável por ter toda a documento à disposição da Diretoria, à disposição do Conselho de Administração é o diretor. No documento de encaminhamento está escrito Diretor da Área Internacional. Agora, ele tem toda sua equipe. É comum que o gerente executivo, que assessora o seu diretor, faça uma rubrica no resumo executivo. Ele faz a rubrica. Ele tem uma participação importante.

Agora, quem leva toda essa documentação ao Conselho? O gerente executivo faz, tem a certeza de que todos os documentos estão nas mãos da SEGEPE, que é a secretaria da Petrobras, a secretaria que documenta o Conselho de Administração. Então, o secretário, o Hélio, não sabe o que é que tem que entregar para o quê, para que agenda, para que pauta. Então, isso tudo é elaborado, documentado, organizado e entregue pela diretoria.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora sabe informar se a Diretoria Executiva da Petrobras, à época, tinha conhecimento das cláusulas Marlim e Put Option apresentadas na proposta da Astra?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – O diretor?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A Diretoria.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – A Diretoria? A Diretoria tem, ligada ao diretor, o gerente executivo, ligado ao gerente executivo, gerentes gerais, gerentes. O diretor tem uma discussão com seus gerentes executivos. Não consigo imaginar que possa não ter sido extremamente discutido dentro da Diretoria

da Área Internacional, pelo diretor e pelos gerentes executivos. Não há evidência de que eles não conhecessem essas duas cláusulas em hipótese, no meu entendimento, alguma. Não haveria como, no meu entendimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Essa pergunta que lhe faço agora já foi feita em várias oportunidades, a senhora já respondeu aqui em outras vezes em que foi questionada, mas esta CPMI, é óbvio, precisa lhe fazer essa pergunta também. É possível atribuir a responsabilidade pela decisão da compra de Pasadena a uma única pessoa?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não. Não é possível. E não é possível atribuir a responsabilidade, no meu entendimento, ao Diretor da Área Internacional. Não é possível atribuir a ele, porque a diretoria colegiada da Petrobras aprovou por unanimidade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – De quem é a responsabilidade pela compra de Pasadena?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – É da diretoria colegiada que submeteu ao Conselho de Administração e que aprovou também de forma unânime.

Então, não há uma responsabilidade. Não há!

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A responsabilidade seria...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Da diretoria.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... da diretoria.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Desculpa. Desculpa. Da diretoria.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não há uma responsabilidade única.

Sobre a administração e ampliação da refinaria de Pasadena e as divergências com a Astra.

A partir de setembro de 2006, Pasadena passa a pertencer à Petrobras. De que forma foi organizada a administração da refinaria, quem passou a presidir a refinaria e quem passou a presidir a comercializadora, a *trade*?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nos dois casos eu não tenho o nome dessas pessoas aqui comigo, mas foram pessoas escolhidas num acordo de acionistas, eu creio, porque é lá que consta, no estatuto, que seria liderado, seria presidido pela Astra Oil. Seriam representantes deles pelo fato de que temos uma refinaria nos Estados Unidos... Quem conhece o mercado, as instalações...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora poderia nos informar, oportunamente, os nomes?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Posso falar, passar os nomes, sim, senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Para a Petrobras... Também aqui são questões que você já respondeu em outras oportunidades, mas esta CPI precisa também registrá-las. Para a Petrobras, o retorno operacional e financeiro de Pasadena foi positivo, ou melhor, dentro do esperado logo de imediato?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, de forma alguma, mesmo porque tudo mudou. Esse é um projeto em que as premissas não se mantiveram. As premissas não se mantiveram. As margens, que eram a grande motivação para justificar o envio do nosso petróleo pesado para lá, nós as perdemos. Perdemos as margens, o mercado perdeu, e até hoje não se recuperou completamente. Então, há margens menores.

Nós não fizemos a *revamp*. Essa era uma condição para que tivéssemos o retorno do capital, do investimento do Capex que dedicamos à refinaria de Pasadena. Então, sem margem, sem a *revamp*, com o mercado mais curto, não tivemos o retorno que esperávamos. Não tivemos.

Temos melhorias, por ora, por conta do óleo leve que lá está, mas aquela não é a refinaria, a que lá está, ainda que muito melhor do ponto de vista operacional, até uma refinaria premiada, mas aquela refinaria não é a refinaria que nos remuneraria da forma com que encaminhamos o projeto ao Conselho de Administração, que aprovou. E é extremamente importante o fato de que o mercado financeiro, os nossos analistas, os analistas do mercado que estudam a Petrobras reconheceram que, naquele momento... Inclusive, há a fala – não me lembro de qual deles – de um analista que disse que fizemos muito bem, que era positivo – está na apresentação –, que aquelas margens eram margens importantes e que a Petrobras estaria trazendo essas margens para resultado muito rapidamente. Então, eu acho que foi um bom negócio e o mercado reconheceu, sim, também.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu vou fazer três perguntas juntas aqui sobre o *revamp*.

Primeira: a partir de que momento a Petrobras passou a considerar a possibilidade de modernizar Pasadena ou realizar o chamado *revamp*? Quando a decisão de ampliar a capacidade da refinaria foi comunicada à Astra, a sócia? E qual foi a opinião da Astra sobre o *revamp*?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Bom, essa refinaria nunca existiu sem o *revamp*, desde o início. Desde o início, tudo, todas as avaliações que fizemos, o estudo de viabilidade técnica e econômica, a aprovação na diretoria, a aprovação no Conselho, o *revamp* era uma premissa. E a nossa sócia à época, a Astra, tinha exatamente este propósito, o propósito da *revamp*, uma grande, se não tão grande, mas uma comercializadora ou, o que seria maior ainda, depois da *revamp*, estaria em posição melhor na *trading*. Então, ela sempre se manifestou favorável.

O contrato que assinamos previa o *revamp*, estudo de engenharia para avaliar esse *revamp*, de quanto seria, como seria, e nós sabíamos, desde o início, que faríamos 100 mil barris de *revamp*. Em determinado momento, logo depois do *close*, a Petrobras entendeu que deveria fazer um *revamp* para trazer mais resultados ainda, de 200 mil barris. Foi aí exatamente que começou a discussão conflituosa com a Astra Oil.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Existem outras divergências entre a Petrobras e a Astra?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Existem, e até certo ponto previsíveis, não é?

E, quando as premissas não se mantêm, os desencontros e as diferenças são amplificadas. Então, quando você perde margem, perde mercado, você começa, se não for uma empresa com a tradição da Petrobras e de grandes operadoras... Porque uma operadora sabe o risco que é não investir em SMS – segurança, meio ambiente e saúde.

Então, a Petrobras queria fazer de Pasadena uma refinaria do padrão de Petrobras, e, desde o início, queríamos fazer os projetos para a melhoria não só de qualidade, mas a melhoria também da segurança, porque não pode ser, de jeito nenhum, quebra, conserta, quebra, conserta. É igual carro, não é? Tem que fazer todas as revisões para evitar quebrar na subida da montanha. Então, era um pouco assim que a Astra parecia querer funcionar com Petrobras, mas não podíamos porque temos a imagem da Petrobras.

Eu mostrei os nossos indicadores de SMS aqui, muito melhores historicamente, e ali consideramos acidente fora do Brasil, não é? Toda fatalidade, qualquer prejuízo à saúde que tenha no Paraguai, no Uruguai, na Bolívia, qualquer lugar, a gente impacta os nossos indicadores. Então, esse era um problema permanente com a Astra, esse afastamento das boas práticas ambientais.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sobre a reunião do Conselho de Administração em abril de 2008, que rejeita a proposta de compra dos 50% remanescentes de Pasadena, quem autorizou a Petrobras a ofertar 788 milhões pela compra dos 50% restantes de Pasadena em dezembro de 2007? Essa oferta previa prazo e multa, caso o negócio não viesse a ser fechado?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Essa é uma questão muito importante. E falamos daquela carta, a LOI, *letter of intent*, a carta de intenções.

Na Petrobras, para assinarmos uma proposta vinculante com uma empresa de compra, de venda de artigos, você precisa chegar até o Conselho de Administração – qualquer proposta vinculante. Você tem que ter aprovação da Diretoria. Você pode nem efetivar o negócio, mas você tem que ter a aprovação da Diretoria e a aprovação do Conselho.

No caso dessa carta de intenções, ainda que a Astra quisesse caracterizar assim – e houve uma grande discussão na Justiça durante anos –, entendíamos que essa carta não era vinculante, e, por isso, a área internacional negociou diretamente com a Astra essa carta de intenções, levou à Diretoria, que aprovou a proposta, porque era líquido e certo que teríamos que adquirir essa refinaria. E, quando levou para o Conselho de Administração, ele disse que não. Então, retomem as discussões, e não autorizou a aquisição dos 50% remanescentes.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A documentação que embasou a decisão do Conselho de Administração de rejeitar a aquisição dos 50% remanescentes de Pasadena fazia referência à cláusula Put Option?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Na verdade, o Conselho de Administração... Não há um despacho; ele não se manifestou com relação à aprovação; ele postergou, pediu mais informações, fez as postergações, e não haveria, senhores, essa cláusula de Put Option de novo, porque estávamos comprando os 50% remanescentes. Então, como eu já tinha 50, a Petrobras, e nós íamos comprar 50, 50 com 50, 100. Então, não tinha essa cláusula de Put Option.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A Astra tinha como direito garantido a venda de sua participação à Petrobras?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não era a hora que ela quisesse. Ela não tinha que chegar e falar: “Olha, vendi para você; agora está na hora.” Não, tinha que haver uma situação de controvérsia efetiva e formal. Então, a cláusula de Put Option valia somente para a Astra Oil, mas tinha que ter um caso, uma evidência de uma contrariedade material entre as duas partes

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a Petrobras pagou algum valor à Astra no período da sociedade, à título de manutenção da rentabilidade mínima de 6,9%, conforme a chamada cláusula Marlim?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não. A cláusula Marlim, como não fizemos o *revamp*, não se tornou efetiva. Ela agregou valor, essa é que é a importância dessa cláusula – aliás, das duas cláusulas. Ela tornou o negócio melhor para o outro lado. Então, de certa forma, houve uma precificação para valores, ainda que dentro de mercado, mas valores maiores para a Astra, por garantia da rentabilidade dessa operação. Então, não houve efetivamente pagamento à Astra por conta da manutenção a rentabilidade, porque não tivemos o *revamp*.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem. Sobre o acordo final e os custos totais de Pasadena hoje.

Em junho de 2012, mais precisamente no dia 13, o Conselho de Administração da Petrobras autorizou a celebração de acordo para encerrar o litígio judicial com a Astra e o pagamento dos 50% restantes. A senhora pode nos dizer quanto foi pago, afinal de contas, à Astra e qual foi o acordo final, em valores?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nós pagamos à Astra US\$820 milhões pelos 50% remanescentes. E aí incluíam a totalidade, os outros 50% da refinaria, os outros 50% da *trading*, e incluía também demais gastos com a aquisição de US\$354 milhões.

Havia um valor bastante importante dentro desses US\$354 milhões que dizia respeito exatamente ao a rentabilidade, porque a gente não teve o Put Option. Nós tínhamos o direito de tomar decisões. E a Astra também tinha os seus direitos. Se ela saísse da operação, nós teríamos que ressarcir a Astra de alguns empréstimos que haviam sido feitos.

Tudo isso está em contrato. Tudo isso foi avaliado pelos árbitros. Juridicamente, tudo isso foi apontado. Então, nós pagamos efetivamente US\$820 milhões pelos 50% remanescentes.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E quanto a Petrobras pagou por 100% de Pasadena?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nós pagamos US\$1,249 bilhão por 100% de Pasadena. Tudo, tudo, Pasadena, *trading*, todo o conjunto.

O SR. (Não Identificado) – Os honorários?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Tudo, os honorários, juros, quanto custou para pagarmos empréstimos que haviam sido contratados dessa forma.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Paulo Roberto era conselheiro de Pasadena?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora declarou que a compra da Refinaria de Pasadena não foi um bom negócio. É possível traçar o resumo financeiro desse negócio? Aliás, houve prejuízo registrado em balanço de quanto? Qual a situação financeira atual?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nesses três primeiros meses do ano, Relator, nós temos resultados positivos.

Pasadena e outras refinarias, investimos seiscentos e tantos milhões de dólares para ter uma refinaria melhor, assim como investimos no Brasil, em Bahía Blanca, em Okinawa, em San Lorenzo, em Santa Cruz, à época, em Cochabamba, à época. Nós temos os padrões de operação. Essas refinarias são melhores, elas trouxeram resultados melhores para a Petrobras hoje. Existe uma previsibilidade maior da *performance* operacional.

Eu tenho mostrado ao Conselho de Administração. Nós estamos fazendo, pelo menos estávamos até duas semanas atrás, 104 mil barris por dia de capacidade *flat* em nossa refinaria. Isso é decorrência de uma refinaria de boa *performance*.

Os resultados líquidos têm sido...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Relator, Paulo Roberto Costa acabou de ser preso novamente, US\$23 milhões numa conta na Suíça. A Polícia Federal acabou de fazer a prisão novamente. Só para informar o nosso Relator, para contribuir no relatório.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ainda bem que V. Exª é uma pessoa bem informada e está com tempo de olhar aí no computador e no celular, o que nós não temos aqui, porque estamos fazendo os questionamentos, Deputado.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sou parceiro.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Então, nós fizemos esse aporte de Capex, de investimento, e essa refinaria está melhor.

Então, com esse óleo leve que temos – nós, não, o governo americano tem, produzindo lá, várias empresas operadoras –, temos tido resultados positivos muito bons. São US\$68 milhões, que foi o resultado líquido no primeiro trimestre, valor apresentado ao mercado. E até hoje nós temos uma baixa contábil de US\$550 milhões, que nós acreditamos tenhamos alguma chance, ainda baixa que seja, de reverter esse resultado, de ter uma reversão desse resultado.

Mas é outra refinaria. Não é a refinaria que a Petrobras planejou comprar.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Caminhando para o final deste ponto, deste bloco, nós sabemos que há uma série de comissões de apurações da Petrobras tratando sobre o tema Pasadena. A senhora saberia nos dizer se há alguma conclusão definitiva sobre essas investigações que estão ocorrendo?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Olha, senhor, as conclusões, o processo está fechando, o objetivo dessa Comissão é que eu possa ter segurança para falar o que estou falando aqui. Esse é o grande objeto da Comissão. A Petrobras tem atuação limitada à sua atividade. Nós sabemos quem telefona para quem, em uma comissão de apuração; quem esteve na reunião, quem subiu no prédio, quem desceu, quem viajou, quem esteve onde, mas a gente não tem avaliação das tratativas que, eventualmente, possam ter acontecido fora do ambiente de controle de processos da Petrobras.

Então, temos hoje, estamos próximos do final, a menos que apareça algum fato novo, temos uma avaliação muito grande de quanto pagamos, de quem pagou para quem nas aquisições; qual foi o investimento feito; se cumprimos, ou não, os processos; se a documentação estava, ou não, correta; se o conselho foi munido de todos os dados, se a diretoria também. Então, é muito nessa linha, que é a avaliação possível, a apuração possível que a Petrobras faz.

Os senhores verão depois que muito do que eu falo aqui, do que eu tenho falado, é resultado dessa comissão de apuração.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem. Sobre Pasadena e Paulo Roberto Costa, ex-diretor da empresa. Foi só recentemente que a Petrobras tomou conhecimento de que Pasadena possuía um comitê de proprietários e que a companhia era representada nesse grupo pelo ex-diretor Paulo Roberto Costa. A senhora confirma esse fato? Se esse comitê funcionou, qual a sua composição e atribuições?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Senhor, quem não sabia desse comitê era a Graça, porque esse comitê, ele, em si, é corretíssimo. Uma parceria 50/50, em que você acaba de chegar, a Petrobras acaba de chegar numa participação em que há um *revamp* a fazer, a melhoria de qualidade e de *performance* da refinaria, é corretíssimo do comitê de proprietários.

Por que é que a Graça não sabia desse comitê? Há algumas razões para isso. Primeiro, a nomeação do ex-diretor Paulo Roberto foi feita pela Petrobras América. Há alguma coisa de errado com isso? Não. Nós entendíamos exatamente, eu entendia, que a participação deveria ser da própria PAE, ou poderia ter sido do diretor da área internacional, mas é mais do que claro que quem conhece o processo de refino é o diretor da área de abastecimento. Então, correto.

Por que é que eu não sabia? Não sabia por que eu cheguei na diretoria da Petrobras em setembro de 2007, e esses assuntos do comitê eram tratados internamente à refinaria, internamente à área internacional. Nunca houve uma ata de reunião. E deveria ter? Talvez não.

Então, quem não sabia, Sr. Relator, Sr. Presidente, era a Graça; a Graça é que não sabia. Naquele momento eu passei no *shareholders' agreement*, que é o acordo de acionistas, e está lá muito claramente colocado. Esse comitê tinha a atribuição de, nas grandes questões controversas, quando havia um desentendimento, esses dois deveriam atuar, se colocar a favor ou contra, e tomar uma decisão definitiva. Existe um único relato que apareceu nessa...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ele era o único representante da companhia neste comitê?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – O único representante da Petrobras. E do outro lado, senhor, também pela Astra, havia um único representante, então era um de cada lado, e o conselho. E só houve registro de uma única reunião, que foi quando a Petrobras, o comitê do ex-diretor, conduzido por ele, pelo lado Petrobras, teve uma teleconferência, e ele, chamava, embaçado, assessorado lá pela área internacional, que eles deveriam vir para a mesa discutir, acima de tudo, a urgência na área ambiental; que a Astra deveria voltar para a mesa, voltar ao comando compartilhado da companhia, esse foi o ponto.

Mas é muito importante essa oportunidade para dizer que quem não conhecia a existência do Comitê era eu mesma, porque eu não era diretora, à época, depois, fui diretora da área de gás e energia, nunca foi levado esse assunto.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a senhora tem conhecimento sobre qual a participação do ex-Diretor de Abastecimento e membro do Conselho de Administração da Petrobras, Paulo Roberto Costa, nas negociações envolvendo a Refinaria de Pasadena?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nesses registros todos que vieram dessa Comissão de apuração interna não há indicativos de que o ex-Diretor tenha sentado à mesa para negociar valores. Não há registro. Não há registro.

O que nós temos, sim, é a participação da equipe do abastecimento, equipe de refino, essa, ligada ao Diretor, porque a área de conhecimento da Petrobras, quando tem a aquisição de uma termoeletrica num outro país, de uma unidade petroquímica, sempre vão as equipes fora da área internacional para poderem fazer essas avaliações.

Então, as equipes do ex-Diretor Paulo, realmente, tiveram várias participações e assinam alguns dos relatórios.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora sabe da existência de uma reunião deste Comitê que aconteceu em Copenhagen?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Há registros dessa Comissão... Não da Comissão, mas de uma reunião que houve em Copenhagen, sim, em que se discutiu, naquela época, também, essa carta de intenções não vinculantes.

Então, há esse registro.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas não há uma ata, nada?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não há uma ata. Há a própria carta. Essa carta foi negociada pelo Diretor da área internacional, e tivemos a presença do ex-Diretor Paulo, do Diretor Nestor Cerveró e do Presidente Gabrielli.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Sobre a demissão de Nestor Cerveró. O senhor Nestor Cerveró foi destituído...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente. Presidente. Presidente.

O Sr. Relator completa, nesse momento, uma hora de questionamentos, e eu, pacientemente, aqui, aguardarei para fazer essa questão de ordem para V. Exª.

No Regimento Interno do Senado Federal, aqui, onde trata, no art. 412, Dos Princípios Gerais do Processo Legislativo, aqui, diz, no inciso VI: “Decisão dos casos omissos de acordo com a analogia e os princípios gerais de Direito”.

Portanto, vamos ao Regimento Comum. O que é que diz o Regimento Comum? O Regimento Comum diz, por analogia, então, que, nas Comissões, os membros de Comissões Mistas terão 15 minutos para debater. O Relator fala em último lugar, e pelo prazo dobrado, de 30.

Então, este é o artigo – para a Assessoria poder verificar – 13 do Regimento Comum.

E, na analogia com o Regimento da Câmara, que está aqui, no art. 57, determina 15 minutos tanto para os membros da Comissão, quanto para o Sr. Relator.

Eu não quero, aqui, estabelecer nenhum cerceamento ao Relator – até, porque tenho profundo respeito pelo Deputado Marco Maia, ele sabe disso, apesar de nós sermos adversários, temos respeito mútuo –, mas é importante que nós, Sr. Presidente, tenhamos um tempo mínimo, razoável, para que o Relator, então, proceda o seu conjunto de questionamentos. Se ele julgar necessário, abriria um tempo, de igual duração, para os membros da Comissão, depois, retorna o Sr. Relator, e, assim, sucessivamente.

É apenas uma tentativa de um acordo de procedimento, porque, em nenhum lugar, está escrito que o tempo do Relator é limitado.

Então, por esta razão, e nós sabemos que as coisas têm que estar escritas, nós estamos fazendo esta análise.

E uma segunda questão, então, a V. Exª, o competente Dr. Dirceu, está, lá, no Código Penal, no art. 204, que estabelece que as pessoas – aí, o Deputado Carlos Sampaio pode me ajudar, porque é Promotor de Justiça – o art. 204, do Código de Processo Penal diz que, quando a pessoa vem na condição de testemunha, que é a condição que vem a Presidente da Petrobras, ela pode, eventualmente se valer de anotações.

Então, ela fez a apresentação, nós respeitamos, não há problema nenhum com isso. Mas só para evitar que outras pessoas que aqui venham se utilizem do mesmo expediente, que é procrastinador e é meramente político o expediente aqui utilizado, até, porque se tratou de temas que não eram o escopo dessa CPML.

Então, com todo respeito, eu queria que V. Exª respondesse a primeira, agora, porque ela é momentosa, e a segunda, posteriormente, nós vamos discutir na reunião administrativa, para evitar que outros depoentes, na condição de testemunhas repitam uma operação que só tem um objetivo: gastar tempo da CPI.

E nós não temos tempo para gastar. Nós temos tempo para investigar. O que queremos é investigação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para contraditar, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, nós temos uma tradição aqui que se reproduz a cada CPI que é de entender que este é um espaço de investigação, que o Relator, comparando a um inquérito, funciona como uma espécie de delegado, e, como tal, precisa, e é praxe que se dê a ele, do tempo necessário para fazer todas as suas inquirições, até porque, durante as inquirições que ele venha a fazer, muitos de nós podemos estar satisfeitos com a pergunta e com a resposta.

Nós estamos participando de duas CPIs, Presidente, V. Exª também. Estamos com os ouvidos já doendo de tanto ouvir. Eu acho que nesta CPI aqui há muita gente que só está participando e alguns, com toda a certeza, estão muito mais preocupados em aparecer do que propriamente fazer investigação. Que tenham, então, paciência de ouvir detidamente o Relator e as pessoas que estão aqui depondo.

Então, peço a V. Exª que negue essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A questão de ordem é facilmente resolvida.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, Presidente. Eu só...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou responder à questão de ordem...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Apenas para fazer uma tréplica de 30 segundos, dizendo que, no mesmo art. 412...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Permita-me falar aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Presidente, eu não me referi a ninguém.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Impossibilidade de prevalência de norma...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu não me referi a ninguém e nem respondi a ninguém...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ... De acordo de Liderança ou decisão de Plenário...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – ...dos autos, a suposição de que a Presidente Graça quis procrastinar os trabalhos ...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ... Exceto quando a decisão for por unanimidade.

Portanto, para valer isso como norma, como referiu o nobre Senador, teria que haver um acordo entre nós, unânime.

Como é uma questão procedimental que vale para essa e valerá para as próximas, eu estou querendo chegar a um entendimento com V. Exª e com o Plenário para que a gente tenha um procedimento conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Uma coisa é votar procedimentos. Outra coisa é votar proposições. Mas o levantamento que a competente e diligente assessoria dos Democratas nos colocou é de votação de proposições.

Nas votações de proposições, está absolutamente correto.

Eu vou pedir licença à assessoria para que o Deputado Onyx possa trocar simbioticamente comigo esse diálogo.

Então, com relação às proposições, está absolutamente correto. Mas nós estamos fazendo é a instrução processual. E, por analogia e até por procedimento, se não me engano – porque sou um admirador de V. Exª – é a 10ª CPI de que V. Exª participa. Então, V. Exª é um profissional, com competência...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não, senhor, eu só estudo. Só tenho...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com competência. Então, V. Exª sabe que em todas as CPIs é ilimitado o tempo da instrução por parte do Relator, assim como o juiz na fase de instrução processual.

Agora, se V. Exªs entenderem diferente, tomarei a decisão de V. Exªs. Sempre tomarei, mas o rito que levo são os ritos de outras CPIs dentro da instrução processual...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, com todo respeito a V. Exª, com todo o respeito, o objetivo era apenas um, era estabelecer um ajuste procedimental entre nós...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., o.k, o.k. Entendi.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ... usando analogicamente...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Rapidamente, Presidente, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) –o que o próprio Regimento determina.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Entendi, entendi. São coisas diferentes. Eu não queria perder tempo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – É porque não tem regra, Presidente...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Só registrar aqui não consta dos autos a afirmação de que a Presidente Graça, ao responder circunstanciadamente, está procrastinando.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Mas eu não disse isso. Eu não falei nada disso.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu disse, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós temos uma CPI com quatro eixos.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Fui eu que disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... Quatro eixos profundos, que a Presidente está aqui...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Não é verdade que haja procrastinação...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não vamos polemizar. Apenas para lembrar o 204 para a próxima no que diz respeito ao uso de projeções, que não está previsto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – No procedimento administrativo, eu vou levantar o 204. Aí, sim, V. Exª tem toda a razão.

Com a palavra o meu eminente Relator.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Apenas para esclarecer: quantas perguntas ainda faltam na fala do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Cem.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Quantas perguntas ainda faltam...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele pode responder...

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – ... Porque eu não sou profissional. Eu sou novo, estou no meu primeiro mandato, na minha primeira CPI.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Vai aprender logo. Fique tranquilo que V. Ex^a aprende logo.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Com certeza.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu não posso lhe responder aqui porque algumas já estão sendo respondidas... eu pulo, faço fusões de outros questionamentos...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB - PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Volto apenas a dizer a V. Ex^a aqui nós teremos momentos aqui em que o Relator fará mais perguntas, momentos em que o Relator fará menos perguntas, momentos em que as perguntas serão mais contundentes outros em que serão menos contundentes.

Agora, a responsabilidade de escrever o relatório é do Relator. Então, é óbvio que temos que montar uma lógica de investigação, porque, às vezes, há perguntas que parecem não serem lógicas; às vezes, há questionamentos que parecem não ser os mais interessantes para aquele momento, mas este Relator, por ter uma lógica de investigação e de produção do seu relatório, precisa fazê-las.

Então, eu pediria a V. Ex^{as} que tivessem paciência. Esta não é a primeira CPMI da qual participamos. Não é a primeira vez em que estamos e num processo de investigação dessa natureza e ficaremos aqui muitas vezes, cinco, seis, sete, oito, nove, dez horas fazendo inquirições, porque é assim que funcionam as nossas CPIs. E os nossos ...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB - PR) – Pela ordem.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ...convidados ou convocados muitas vezes ficam aqui horas e horas a fio respondendo a perguntas e a questionamentos duas, três, quatro vezes a mesma pergunta, o mesmo questionamento, porque esse é o método, é o sistema, é a forma de fazer a inquirição. Até porque podemos, daqui a pouco, estar querendo fazer com que haja questionamentos, que a pessoa caia em contradição, que ela possa fazer afirmações que possam ser questionadas depois com outros, inclusive, que venham a ser questionados por esta CPMI.

Então, todos que aqui estão, volto a dizer isto, precisam ter paciência. Nós precisamos fazer um bom processo de investigação, que seja o mais transparente possível, o mais claro possível. E todos terão, a seu tempo, a condição de fazer os questionamentos que forem necessários.

Eu prometo a V. Ex^{as} que procurarei sempre ser o mais rápido e o mais breve possível. Nem sempre isso será possível ser atendido.

Muito bem, continuando...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB - PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Até porque esta CPMI, Senador Alvaro Dias é uma CPMI de quatro temas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB - PR) – Eu creio que há um fato relevante neste momento. Eu não sei se a Presidente Graça Foster já foi informada, mas a notícia que chega é da prisão ...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Já foi dito há meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Deputado Francischini já fez o anúncio.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB - PR) – ... e do bloqueio.

Eu quero concluir, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Já foi informado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB - PR) – O bloqueio das contas do Sr. Paulo Roberto, a sua prisão e a constatação das mentiras proferidas por ele na CPI do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB - PR) – ... onde provavelmente jurou dizer a verdade, somente a verdade.

Portanto, Sr. Presidente ...

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB - PR) – ... esta CPMI só se justifica e só se sustenta se ela adotar providências pontuais em relação a fatos que ocorrem. Eu creio que, nesse caso, já há razão para que esta CPMI tome uma providência em relação ao ex-Diretor da Petrobras, o Sr. Paulo Roberto, que se dizia vítima, que se dizia injustiçado e, agora, se confirma a existência dessas contas e da sua prisão, como consequência.

Por isso, não é hora de estarmos aqui escamoteando, não é hora de nós estarmos aqui mistificando, encenando, aceitando esse jogo, essa ação entre amigos, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Presidente, de quem é o requerimento que convidou a Presidente Graça para estar na Comissão? De quem é? V. Exª poderia dizer?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Eu não convidei. Eu convoquei.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – São seis requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – São seis.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Os nomes!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Onyx, Francischini, Bueno, Alvaro Dias, Sibá Machado e Sandro Mabel.

Vamos voltar ...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Interessante, não é? E agora acham que não é importante.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Então, os próprios requerentes aqui deveriam querer que a Presidenta possa falar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – A presença é importante.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Presidente, as questões de ordem não procedem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Agora, o que não se admite é uma prova do Enem ...

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Exatamente, não procedem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – ... com 139 perguntas.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – E já está aprovado também o requerimento do Sr. Paulo César. Então, eu não sei por que esse assunto vir à baila agora. Que os requerentes tenham a oportunidade de ouvir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputada Iriny, com a palavra o Sr. Relator, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Eu não estou desvalorizando a presença da Presidente da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Relator, por favor. *(Soa a campainha.)*

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Estou apenas questionando a forma...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k, o.k.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – ... a condução dos trabalhos, esta encenação a que nós estamos assistindo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Sr. Relator, por favor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Olha, eu acho, inclusive, Presidente, que essa é uma decisão de V. Exª, ou seja, que a próxima convocação para esta CPMI aqui poderia ser do Diretor Paulo Roberto Costa. Ele já esteve aqui na CPI da Petrobras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sim, mas a consequência daquilo que foi aqui colocado talvez seja isso. Bom, sobre a demissão de Nestor Cerveró. O Sr. Nestor Cerveró foi destituído da Diretoria Internacional da Petrobras em 2008 e, logo em seguida, assumiu a Vice-Presidência Financeira da BR Distribuidora.

Em março deste ano, Nestor Cerveró foi demitido da BR Distribuidora. O que motivou esses desligamentos?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Com relação à saída do Diretor da Petrobras da área internacional para a BR Distribuidora, é uma decisão do Conselho de Administração da Petrobras. Eu era Diretora da área de gás e energia naquela época. Eu não fazia parte do Conselho. Então, uma precisão maior eu não tenho para dar das motivações, que é a própria discussão do Conselho de Administração.

Na segunda etapa, eu já era Presidente da Petrobras – foi recentemente – e o que nós, Conselheiros, entendemos naquele dia foi que Pasadena havia atingido um grande nível de questionamento, muitas perguntas, respostas muitas vezes conflitantes que vinham de diferentes áreas na própria Imprensa, muito questionamento. E aí o Presidente do Conselho entendeu que o nosso colega, o Diretor Nestor, ex-Diretor, tinha atingido um nível de desgaste bastante grande, e que isso dificultaria, inclusive, o próprio trabalho dele dentro da BR, e ele foi desligado da Companhia.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Muito bem. A seguir, nós vamos passar a questões que buscam investigar...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Só para registrar, Presidente... o autor do requerimento, que não foi registrado isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... investigar os indícios e o pagamento de propina a funcionários da Petrobras para obtenção de contratos pela companhia holandesa SBM Offshore, o eixo dois do nosso plano de trabalho.

Bom, havia aqui cerca de dez perguntas, Presidente, que diziam respeito aos contratos firmados com esta empresa – você já respondeu sobre eles aqui na sua apresentação; portanto, não vou repeti-los – que iam desde: quais os contratos que havia? Quais os pagamentos que já haviam sido feitos? Quais eram essas situações?

Então, eu vou direto às perguntas que aqui ainda não foram respondidas:

Quando e de que forma a Petrobras tomou conhecimento das denúncias de que a SBM estava sob investigação de autoridades da Holanda, Inglaterra e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, por supostos pagamentos de subornos a funcionários de empresas em diversos países, entre outros o Brasil? E de que forma a Petrobras agiu a partir do conhecimento dessas denúncias?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Bom, sobre esse eixo, nós soubemos na Petrobras dessas investigações e de eventuais pagamentos a funcionários da Petrobras, pelo jornal *Valor*. Então, nós soubemos – se não me engano – no dia 13, fevereiro de 2014, deste ano, e imediatamente o Diretor Formigli, diretor da área internacional, que está aqui presente à minha esquerda, e eu criamos uma comissão de apuração imediatamente para que pudéssemos nos posicionar, inclusive, sobre esse assunto. Então, jornal de manhã, a abertura da comissão já durante o dia, mesmo dia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A Petrobras identificou o indício de pagamento de US\$139 milhões a funcionários ou intermediários por parte da SBM, conforme a denúncia publicada na Imprensa?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – A Comissão de Apuração Interna não identificou, na sua esfera de atuação, dentro das atribuições que tinha e que tem, de pagamento de qualquer vantagem a qualquer um dos nossos empregados. A comissão não identificou.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quem é Julio Faerman e quais as relações dele com a Petrobras? A Petrobras fez pagamentos diretos a esse senhor?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente Marco, uma questão de ordem. Só para economizar processualmente, eu teria uma pergunta posterior que gostaria de complementar que a Presidente Graça já pode responder.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Se fizer isso, tudo o mundo vai ter o direito de fazê-lo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – É porque o procedimento que já tinha sido adotado. Era no intuito de facilitar, mas tudo bem.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Repetindo a pergunta: quem é Júlio Faerman?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Júlio Faerman.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E quais as relações dele com a Petrobras? As Petrobras fez pagamentos diretos a esse senhor?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – A relação com o senhor Júlio Faerman iniciou-se em 1996, com a primeira contratação, com o primeiro afretamento do primeiro FPSO da Petrobras por inexigibilidade.

Então, durante todo o período até não sei exatamente que mês, mas bem no início do ano de 2012, o senhor Júlio Faerman esteve muito próximo à Petrobras, discutindo com a nossas equipes da área de exploração e produção, na engenharia da Petrobras, as proposições, as propostas de afretamento, de modelos de afretamento.

Júlio Faerman teve uma atuação bastante grande, até fevereiro de 2012 – não sei o mês, mas 2012, início de 2012 – com a Petrobras. Júlio Faerman é um ex-funcionário da Petrobras, um antigo funcionário, de muitos anos atrás. Ele trabalhou poucos anos conosco e saiu para trabalhar por conta própria, em outras empresas. Essa é a relação.

A Petrobras nunca fez pagamentos diretos ao senhor Faerman, sempre pagamentos às empresas. Cada empresa, cada FPSO, uma empresa. Aliás, duas: uma no Brasil, para pagamento dos serviços pela operação da unidade; e outra para pagamento no exterior, para o aluguel, o afretamento, da unidade propriamente dita.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Só um minuto, Sr. Relator.

A boa dieta recomenda fluxo de alimentação a cada quatro horas. Determino à Secretaria que providencie barras de cereal para os Srs. Senadores e Deputados.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Vou ajudar também, Sr. Presidente. Vou dar minha colaboração daqui a pouco também, Presidente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – De que forma a investigação da Petrobras colheu o depoimento do Sr. Júlio Faerman, citado na denúncia como um dos beneficiários do esquema?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Sim, nós convidamos o Sr. Júlio Faerman. Ele veio acompanhado de um advogado e esteve com a equipe, com a Comissão de Apuração da Petrobras.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Outro representante da SBM Offshore no Brasil, o Sr. Philippe Jacques Levy declarou ao Ministério Público Federal, no dia 3 de abril deste ano, que integrantes da Petrobras já sabiam das suspeitas de pagamento de suborno a funcionários da estatal desde 2012. A senhora confirma essa informação?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não confirmo. Não confirmo essa informação.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A Petrobras está respondendo a alguma ação no exterior ou no Brasil por conta dessa denúncia?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não. A Petrobras não responde por nenhuma ação em qualquer país por conta dessas questões: Estados Unidos, Holanda, Inglaterra. Não fomos informados.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quem autorizou, quem autoriza, pela Petrobras, a celebração de contratos com a SBM Offshore?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Todos os contratos com a SBM Offshore fiz questão de mostrar aos senhores: US\$4 bilhões, US\$4,2 bilhões, US\$4,4 bilhões, nove FPSOs, alguns em construção, outros em operação, US\$27 bilhões. Todos esses contratos são aprovados pela Diretoria da Petrobras. Um diretor não tem autonomia para aprovar US\$4 bilhões na sua área, um diretor tem autonomia para aprovar, na sua área, até R\$32 milhões.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A Petrobras tem conhecimento de que empregados seus teriam ganho, da SBM, viagens ao exterior ou alguma outra regalia?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – A Comissão de Apuração da Petrobras não tem nenhum registro de que qualquer um de seus empregados tenha ido para o exterior, para qualquer país que seja, a custa dessas empresas, dessa empresa, a SBM.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem. Terceiro eixo do plano de trabalho desta CPMI. (*Fora do microfone.*)

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Você leu o seu plano de trabalho, Deputado, ou não, ainda não? Está na hora de ler.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A essa altura está na hora de ler os eixos de trabalho desta CPMI. Está no requerimento.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu li, lógico.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Eu li atentamente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É mas ele não leu aqui...

É um risco chegar aqui, numa CPI como esta, e não ter lido nem o requerimento de instalação da CPI.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Mas a Presidente Graça Foster leu e bem as perguntas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não, ele faz eu perder aqui o raciocínio aqui...

Eu vou lhe fazer aqui neste tema... A senhora já respondeu também aqui a vários questionamentos sobre este eixo da segurança dos trabalhadores e dos equipamentos, eu só queria saber de V. Exª de quem é a responsabilidade pela autorização ou homologação para a saída de uma plataforma do estaleiro na Petrobras? Quem é que tem essa autorização?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Na Petrobras, nós temos, no estaleiro, o diretor de Engenharia. Ele conduz o processo, porque é o Diretor de Engenharia da Petrobras, Engenharia, Tecnologia e Materiais, no caso o Diretor Figueiredo, ele é o maior responsável que está à frente das construções das plataformas próprias. É um trabalho compartilhado entre a Engenharia, do Diretor Figueiredo, e a área de exploração e produção da Petrobras, mas a autonomia da Petrobras para decidir que uma plataforma vai sair do estaleiro é zero. A Petrobras não tem autonomia. É um conjunto de certificações, que eu apresentei aos senhores, da Marinha, do Ibama, da Polícia Federal, da Receita Federal, da Agência Nacional de Petróleo, são várias autorizações, da DNV, que é certificadora, certifica que o projeto foi concebido e foi construído conforme projetado, conforme a documentação.

Então, o poder que a Petrobras tem para decidir sair de um estaleiro é zero.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora poderia afirmar aqui que a plataforma P-62 foi lançada ao mar completa, sem nenhum componente de segurança faltando?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu posso dizer que sim, porque senão nós não teríamos tido as anuências, as certificações e autorizações que nós tivemos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Há denúncias de que a P-62 teria saído do estaleiro com um sistema de amarração incompleto e sem o sistema elétrico pronto. A senhora confirma esta afirmação, esta denúncia?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – O sistema elétrico estava 100% pronto, e o sistema de amarração estava incompleto e seria completado no percurso entre o estaleiro e a alocação. Então isso foi visto, foi auditado, foi conferido e autorizado.

Nós tínhamos naquele estaleiro, estaleiro Atlântico Sul, dificuldades de manobra, por conta de guindastes que lá estavam, e esse estaleiro, o diretor de Engenharia, o Diretor Figueiredo entendeu que era correto, que era mais seguro sair para a alocação, e todas as certificações foram dadas, e nós fomos trabalhando até a alocação.

Chegamos na alocação, nós temos um tempo bastante grande, eu apresentei, mostrei na apresentação, para concluir, para lançar todas as linhas flexíveis para poder fazer o tensionamento das linhas, a Agência Nacional esteve lá, nos fez uma série de exigências, condicionantes, então o sistema saiu conforme devido e autorizado por todas as entidades que certificam e que nos dão a anuência.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A P-62 saiu do estaleiro em dezembro de 2013. Houve, por algum motivo, um apressamento ou um açodamento no lançamento daquela plataforma ao mar?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu não entendi... Posso, quando não entendi, falar, perguntar...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ela saiu antes do tempo? Ela...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, ela saiu no tempo dela, Presidente...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Foi apressada, de forma...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, ela saiu no tempo dela, porque no calendário da indústria de petróleo e gás não tem final do ano, não tem sábado, não tem domingo... Então a gente paga para fazer um poço, para fazer uma perfuração US\$1 milhão, por dia, de custos. Então a gente... É o tempo todo a indústria de petróleo no mundo buscando a produção, a produção, e as restrições impostas pelos órgãos de controle.

Nós tivemos a exportação ficta reconhecida no dia 16 de dezembro de 2012. Então, nós ainda ficamos mais 14 dias no estaleiro fazendo completação de vários sistemas. Então, não houve essa pressão.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

A senhora é sabedora de que nós temos vários acidentes que aconteceram, nos últimos anos, em plataformas da Petrobras, como, por exemplo, na Plataforma PUB-3, em 2011; na Plataforma PCM-9, em 2013; na Plataforma P-20, também, em 2013; na Sonda SS-53, neste ano de 2014.

A Petrobras possui o efetivo suficiente de profissionais para acompanhar essas situações e para prevenir a não existência desses acidentes?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – A Petrobras trabalha preventivamente. Muito recurso é posto preventivamente. São bilhões de dólares em segurança, meio ambiente e saúde, anualmente. São mais de US\$5 bilhões em recursos, fora os projetos específicos, fora as contingências que nós temos.

Acidentes ocorreram, e não é para acontecer acidente. Nós trabalhamos pelo acidente zero, pelo vazamento zero. Mas eu também mostrei, aqui, na oportunidade que tive, porque são muitas... Esses quatro eixos são... Três diretorias na Petrobras. Então, é muita informação realmente, e nós mostramos, aqui, que, historicamente, esse ano de 2013 foi o melhor ano em termos de vazamento menor e menor número de fatalidades.

Esses acidentes aconteceram, e não são todos de unidades da Petrobras. Por exemplo, SS-53 é uma sonda de perfuração da Noble, contratada da Petrobras. Quem opera essa sonda é uma contratada nossa, então, não foi acidente de Petrobras.

Um acidente de Petrobras com fatalidade foi a Plataforma de Ubarana 3. Tivemos problema no guindaste e, aí, perdemos o controle da lança do guindaste, três pessoas caíram e, infelizmente, foram arremessadas contra o casario. Tivemos uma morte, infelizmente. Mas, apesar do bom ano de 2013, trabalhamos por acidente zero.

Mas, não são apenas unidades nossas, a SS-53 por exemplo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Vamos agora a eixo 4, portanto o último eixo do plano de trabalho, que trata de indícios de superfaturamento na construção de refinarias.

Algumas perguntas a senhora já respondeu em sua apresentação. Eu vou, na medida do possível, pulando-as, aqui, fazendo as perguntas mais relevantes.

A primeira delas: a senhora colocou, aqui, as razões estratégicas de se fazer a Refinaria de Abreu e Lima no Nordeste, enfim, qual a relevância. Mas eu faria um questionamento: a Região não poderia ser atendida pela produção das refinarias existentes? E por que o Estado de Pernambuco foi o escolhido para receber Abreu e Lima?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nós não poderíamos atender às demandas que temos...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, vou pedir para interromper. Vamos ter o mínimo de respeito. O que está acontecendo, aqui, não pode acontecer. Isso é brincadeira. Isso é um desrespeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O que houve?

Vamos lá. *(Pausa.)*

Com a palavra a Srª Presidenta.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Bom, com relação a ser uma refinaria em Pernambuco...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não dá mais para aparecer no Jornal Nacional. A esta hora não dá tempo.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Posso continuar? (*Pausa.*)

Com relação a ser Pernambuco, eu coloquei, aqui, que a gente, quando diz que está construindo uma refinaria, estamos fazendo mais do que a construção da refinaria em si. Nós precisamos investir muito forte em Suape, no Porto de Suape. Nós precisamos investir nas rodovias. Foi necessário fazer investimento na geração de energia elétrica, mas, ainda assim, Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores presentes, de todas as avaliações que nós fizemos, não há a menor dúvida de que Pernambuco era, sim, e é, sim, o lugar mais adequado para que a gente conclua, no menor prazo possível, a refinaria de Pernambuco.

Só falando em diesel, essa refinaria são 230 mil barris por dia. Somente de diesel, nós temos 160 mil barris por dia de diesel. Quisera nós, de Petrobras, ter essa refinaria pronta hoje. Cento e sessenta mil barris de diesel é quase o que nós importamos de diesel. Então, o nosso parque de refino, hoje, não poderia atender, como não atende à Região Nordeste e não atende ao Brasil, por isso é que nós importamos. E, em 2020, se somarmos as refinarias do Nordeste, todas as três: Clara Camarão,...

(*Soa a campanha.*)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – ...RLAM, RPCC, Reman e RLAM, nós teríamos um déficit bastante relevante sem esta refinaria RNEST. Teríamos um déficit em torno de 150 mil barris por dia.

Então, é importante a refinaria, a RNEST, muito importante que ela seja em Pernambuco. E Pernambuco, com todas as dificuldades do porto, com todas as dificuldades de acesso rodoviário, ainda são melhores do que outros acessos em outros Estados.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem. Os jornais *Valor Econômico* e *O Estado de São Paulo*, em maio deste ano, publicaram textos afirmando que as obras de Abreu e Lima foram iniciadas sem aprovação do estudo de viabilidade técnica e econômica. Isso ocorreu de fato?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, não ocorreu. Todas as fases da nossa refinaria obrigatoriamente atendem à sistemática da nossa Companhia. Nós temos obrigação de atender a essa sistemática. E elas todas tiveram o seu percurso, as suas fases, Fase 1, Fase 2, Fase 3, Fase 4. E todas elas tiveram um estudo de viabilidade técnica e econômica quantificado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Por que a Petrobras decidiu pela parceria com a petroleira venezuelana PDVSA para construir a refinaria Abreu e Lima? Na sua avaliação, houve influência política nesta escolha?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Olha, essa questão da integração energética do Brasil – eu, realmente, gostaria da atenção dos senhores – é altamente importante para qualquer país.

Eu veria de uma forma temerária se o líder de uma Nação, independente de que momento fosse, do que fosse, como fosse, independente de qualquer viés político que possa ter, que não busque a integração energética na América Latina.

Um grande e espetacular exemplo de integração energética é o gasoduto Bolívia-Brasil. São Paulo, sem o gasoduto Bolívia-Brasil hoje, a Região Sudeste, teríamos grande dificuldade de abastecimento do mercado de gás.

Então, é uma obra de 50 anos. O gasoduto Bolívia-Brasil começou a discussão há mais de 50 anos. Não uma obra, mas uma discussão contratual de mais de 50 anos.

O governo do nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso começou o projeto. O governo do Presidente Lula deu continuidade ao projeto, estações de compressão, expansão. O nosso País não teria, não seria hoje o grande suprimento que tem de gás da Bolívia.

As relações na Argentina são extremamente importantes. A relação com o Uruguai, com o Paraguai. A relação com a Venezuela. A Venezuela tem a maior reserva provada de óleo do Planeta. E é vizinho do Brasil. Então, não buscarmos essa relação próspera de integração energética, eu acredito que seria algo assim inconcebível.

Então, existem grandes oportunidades no Brasil. Existem grandes oportunidades na Venezuela. Não há como dar as costas para a maior reserva de petróleo do Planeta, que é a da Venezuela.

Então, houve, sim, uma condução do País. Houve, sim, uma interação entre Petrobras e os órgãos de governo no Brasil, PDVSA no exterior, e a decisão empresarial de construção de uma refinaria, a RNEST.

Esse é o ponto, Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Foi noticiado, e a senhora trouxe aqui a este Plenário, que os custos para implantação da Abreu e Lima, previstos inicialmente em torno de US\$2,5 bilhões, já teriam ultrapassado ou teriam a previsão de chegar a US\$18,5 bilhões. Eu gostaria que a senhora comentasse isso de novo, se essa diferença é verdadeira e qual o orçamento real para implantação da refinaria e que fatores provocaram essa diferença?

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Eu não estou conseguindo ouvir, Sr. Presidente.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nós trabalhamos muito forte para concluir essa refinaria em US\$18,5 bilhões. É um trabalho realmente muito duro de segurar os investimentos, trabalhar os contratos.

É difícil fazer isso, segurar os custos, Capex, desta obra e de várias outras, muito mais difícil no início, quando você ainda não tem um projeto completamente definido, como assim é na Fase 1, na Fase 2.

Então, uma vez que temos o projeto na mão, estamos construindo e já temos 87% da construção, a minha tarefa é menos difícil do que tarefas do meu colega Gabrielli, porque você tem um projeto na mão, e trabalhamos firme para manter isso e estamos há dois anos e meio brigando para manter estes US\$18,5 bilhões. Hoje já estamos a US\$15 bilhões essa refinaria; é uma refinaria cara. A diferença em relação ao projeto inicial não é porque a conta foi feita do jeito que disseram que a conta foi feita. Não é isso. Já disse aqui que foi um trabalho de equipe da Petrobras; foi um trabalho que podemos ter errado tudo e mais um pouco, mas foi um trabalho bastante digno o trabalho que foi feito pela engenharia do Cenpes – Centro de Pesquisa da Petrobras – e a engenharia do abastecimento.

Errar, tomar referências – como disse, trabalhamos com custos unitários – na Fase 1 de refinarias já existentes, senhores. Seiscentos mil barris de expansão de capacidade têm o custo unitário menor, muito menor que uma Refinaria de Greenfield. Então, esse foi o trabalho feito: a última refinaria 1980. A partir daí, onde a PDVESA e o petróleo, como é o petróleo, cadê o petróleo, qual a especificação do petróleo? Chegamos na Fase 3, passamos no estudo de viabilidade técnica e econômica com um projeto e uma refinaria a ser construída. Esse é o ponto.

Então, definitivamente, eu represento os empregados da Petrobras, porque sou a Presidente deles, dos empregados da Petrobras, nós não aceitamos que tenhamos feito contas de qualquer maneira. Aceitamos, sim, que nós podemos ter errado, o que é possível acontecer na Fase 1, mas estamos trabalhando duro para ajustar tudo isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras, Sr. Paulo Roberto Costa, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo* deste mês, aliás, na CPI do Senado, em depoimento, afirmou que a Petrobras teria feito uma “conta de padeiro” ao estimar os custos de construção da Abreu e Lima.

Qual a sua opinião sobre essas declarações? A Petrobras admite que tomou a decisão de construir Abreu e Lima com base em uma estimativa falsa? Quem foi o responsável pela estimativa de custo inicial?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – As passagens de fase são conduzidas pela diretoria da área de negócios, ou seja, pela diretoria de abastecimento. Esse é o condutor das passagens de fase. Nego-me a repetir essa palavra. Acho isso uma coisa medonha e, em respeito à Petrobras, a Fase 1 da Petrobras é digna. *(Pausa.)*

Temos equipes que projetam todas as plataformas que estão no mar, equipes fazendo termoeletricas, gasodutos, uma dezena, centenas de ativos. Então, eu não concordo, definitivamente, que possamos atribuir à Engenharia da Petrobras essa condição. Não concordo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sobre licitações, contratos aditivos e existência de sobrepreço e/ou superfaturamento.

Presidenta, a senhora gostaria de ter um prazo, um tempo para ir ao banheiro? Acho que isso seria razoável.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Vou terminar esse bloco com o senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Tudo bem.

Sobre licitações, contratos aditivos e existência de sobrepreço e/ou superfaturamento.

O Tribunal de Contas da União apontou que a Petrobras não estaria observando a Lei nº 8.666, de 1993, no que tange aos procedimentos de licitação e de contratação. Além disso, considerou inadequados os critérios de medição para fins de pagamentos de tempo parado na obra por motivos climáticos, apontou deficiências de projetos e atraso na execução de obras contratadas, por exemplo, das tubovias, sendo que alguns desses apontamentos teriam se repetido, além de sobrepreços em serviços de terraplanagem e erros de caracterização do solo, que elevaram, em muito, os custos de Abreu e Lima.

Como a senhora, Presidente da Petrobras, avalia essa situação e essas análises do Tribunal de Contas da União?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Esse assunto, como eu disse, eu sou a Presidente da Petrobras, eu não sou a diretora da Engenharia, eu não tenho todos os detalhes de tudo isso; eu acompanho, de forma sistemática, o questionamento do Tribunal de Contas da União.

O projeto que nós aprovamos na Fase 3 é um projeto já de uma refinaria, de um Capex bastante elevado, por conta desta duplicidade de petróleo: petróleo da Petrobras, Marlim, petróleo sintético da Venezuela. Tudo isso impôs custos adicionais a essa refinaria. E essa refinaria passou por questões de câmbio: o Real apreciado em relação aos US\$3 por Real. Porque nós tínhamos, lá no início, em 2004 e em 2005, então, custos mais altos, mas tivemos, sim, como foi discutido, inclusive, na CPI do ano de 2009, que trabalhou e discutiu muito a questão do solo, custos muito maiores. E, sob essa ótica, o Tribunal de Contas nos tem arguido sistematicamente. Nós temos planilhas de custo completamente diferentes entre como a Petrobras avalia os custos e como o TCU os avalia.

Então, há esse trabalho de aproximação, de respeito e de aceitação do TCU na nossa rotina, na nossa Casa, dentro da Petrobras, nós temos feito uma aproximação melhor. Nós temos aproximado melhor as nossas memórias de cálculo, as planilhas de cálculo, a forma de mostrar tudo isso ao TCU. Então, por exemplo, em algumas questões – não tenho os números exatos aqui –, como na terraplenagem, nós já temos uma diferença bastante menor entre as nossas contas e as contas do TCU. A diferença inicial era de R\$69 milhões, e, hoje, a diferença está em R\$19 milhões. Mas eu queria corrigir esses números em uma oportunidade que eu tenha de fazer essa resposta por escrito. Então, tem havido aproximação.

Há a questão de chuvas, por exemplo. A gente já viveu alguns momentos na Petrobras – isso não é só na RNEST – em que a gente diz: “Olha, eu não vou pagar chuva.” E aí as empresas colocam toda essa chuva que pode chover e mais um pouco no valor, nas propostas. Então, se chove menos, a gente paga mais, porque não choveu tanto assim, e o contrário também é verdadeiro. Então, nós chegamos a colocar itens de chuva e o TCU nos corrigiu e disse: “Não! Se você está pagando chuva e com equipamento parado, então não houve consumo de combustível; vocês estão errados. Não se pode considerar isso. Se a obra parou, vocês não consumiram combustível para rodar as máquinas.”

Então, são esses acertos que a gente vem fazendo junto ao TCU de uma forma muito positiva. Interessa à Petrobras essa boa relação com o TCU, para que a gente possa andar, ter as nossas agilidades e ter as nossas obras concluídas.

Então, houve várias questões do TCU, e a gente vem respondendo a todas elas sistematicamente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quantos contratos foram assinados visando à implantação da Refinaria Abreu e Lima?

Quantos aditivos já foram firmados?

Qual o valor pago em aditivos?

E, por fim, quem na Petrobras é responsável pela aprovação de termos aditivos aos contratos de Abreu e Lima?

Todos os aditivos passaram por avaliação técnicas e jurídicas?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – É, nós temos... O número exato eu não tenho desses aditivos, desses contratos, mas eu tenho, em números gerais, na ordem de 300 contratos. A gente tem um número bastante grande, para mais de 100 empresas, e temos em torno de 300 contratos, considerando o início da obra até o presente momento.

Nós temos, hoje, já com essa refinaria, com 87% concluída, em torno de 140 ou 150 contratos, 190 contratos vigentes, e temos um pouco mais de 300 aditivos relativos a esses mais ou menos 300 contratos.

Agora, eu queria chamar a atenção também, Presidente, Relator, e todos os senhores e senhoras, que aditivos não significam aditivos de preço sempre, aditivos de mudança de escopo. Há aditivos por diversas razões. Se há uma mudança na tributação, surgem aditivos; se uma obra atrasa, há novos aditivos porque tem a inflação que faz parte da equação de preços dos contratos. Então, é nesse entorno de números, 300 e um pouco mais de 300 de aditivos, mas há aditivos de diversas características,

Agora, tão importante quanto a pergunta que o senhor me faz, é a governança. Então, a governança da Petrobras tanto para o contato quanto para os aditivos está claramente colocada na minha apresentação, que é um grande apoio para mim, é um texto longo que os senhores podem ler, mas tudo começa na Petrobras, pode ter a empresa Abreu e Lima... Começa com os dois gerentes executivos, o gerente executivo da Engenharia, o gerente executivo do Abastecimento; estes dois gerentes executivos são ligados aos diretores. O diretor da Engenharia com a anuência do diretor de Abastecimento tomam caminho até a data da contratação final. Quem assina o contrato lá na ponta é o diretor da Engenharia, mas passou por todos os processos dentro da companhia, diretor do Abastecimento, diretor da Engenharia, diretoria colegiada.

O tempo todo assim. A responsabilidade é nossa.

Agora, se porventura, dentro de uma comissão de avaliação que estamos fazendo, se identificarmos, em algum contrato, alguma questão de origem, ou na área do abastecimento ou na área de engenharia, para aquele contrato especificamente, há um tratamento particular porque existe o processo e ele reflete o que foi publicado no *Diário Oficial da União*. Existe um manual de contratação da Petrobras, existe um processo, agora a confiança é fundamental.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E quem se relaciona com as empreiteiras, no caso de Abreu e Lima?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Olha, no caso de Abreu e Lima e no caso de Petrobras, de forma geral, o maior relacionamento se dá pela Engenharia, a Engenharia está no canteiro de obras, a Engenharia está ali assinando os contratos. Mas é prática na Petrobras que o diretor – e eu fui diretora e sei do que estou falando –, que nós sejamos donos do negócio.

Então, o diretor do Abastecimento é responsável pela receita. Ele tem um orçamento para pagar aquela refinaria, ele é responsável pela receita, ele não pode admitir a obra atrasando.

Então, o que acontece? Acontece que, em dezenas de reuniões, senta o diretor de Engenharia, o diretor de Abastecimento junto com as empreiteiras. Então, a responsabilidade, de novo, é compartilhada, a Engenharia e o Abastecimento, ambos. Mas o líder do processo é a Engenharia, porque obra é engenharia; o diretor do Abastecimento vende gasolina, vende diesel.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Estamos aqui nos encaminhando para o final.

Sobre a participação do Sr. Paulo Roberto Costa nas decisões sobre Abreu e Lima e na Operação Lava-Jato. Primeiro, qual a participação do Sr. Paulo Roberto Costa nas decisões que envolviam Abreu e Lima?

Pode-se afirmar que esse senhor, como Diretor de Abastecimento da Petrobras tinha a palavra final sobre os contratos e aditivos da Abreu e Lima?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Definitivamente, não. Não tinha. Nós começávamos tudo dentro da Petrobras. Então, dentro da área do abastecimento, passando com a Engenharia, as anuências... E quando existia, por cinco anos, a empresa Abreu e Lima, uma vez que a diretoria aprovava o contrato, uma vez que a diretoria aprovava o aditivo, era encaminhado pelo gerente executivo do Abastecimento, onde estava o ex-diretor, e esse aditivo era aprovado ou o contrato era informado à empresa Abreu e Lima, e a empresa Abreu e Lima recomendava que fosse tomado prosseguimento para assinatura dos contratos. E, lá na ponta, assinava o diretor da empresa Abreu e Lima, autorizado pela diretoria da Petrobras. O ex-diretor não tinha o poder soberano sobre as decisões colegiadas da Petrobras. Ele não tinha.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Por que, mesmo após ter deixado a Petrobras, o Sr. Paulo Roberto Costa permaneceu no Conselho de Administração da Refinaria Abreu e Lima?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Ele não permaneceu no Conselho de Administração da Abreu e Lima. Já na primeira reunião, o presidente da empresa, do Conselho de Administração, era e é o Sr. Cosenza, Diretor de Abastecimento da companhia – aqui presente, inclusive; está ali.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Como é o processo de indicação dos administradores da Refinaria Abreu e Lima?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Esses processos de indicação dos conselhos da Petrobras são aprovados, das subsidiárias, pela diretoria colegiada da Petrobras. Os candidatos à ocupação de cargos nos conselhos, o diretor da área leva a proposta para a diretoria, faz a leitura de um breve currículo, e são aprovados o presidente, os conselheiros, os diretores das subsidiárias.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A senhora deve ter conhecimento de que o Sr. Paulo Roberto Costa está sendo investigado pela Operação Lava-Jato, deflagrada em março deste ano pela Polícia Federal. Denúncia do Ministério Público Federal acusa o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras de chefiar um grupo criminoso que atuava dentro da Petrobras.

O que a senhora tem a dizer sobre isso?

Outra pergunta, na sequência: a senhora tem conhecimento de que algum outro funcionário da Petrobras, colaboradores do ex-diretor, está sendo investigado pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público? Se sim, qual ou quais os nomes desses.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – O conhecimento que eu tenho sobre a Operação Lava-Jato, pela dita participação do ex-diretor, é o que eu leio na imprensa, é o que discutimos entre nós. Nós temos 30, 35, 40 anos de empresa; a turma que tem dois anos, um ano de Petrobras temos essas informações todas colhidas pela imprensa, jornais, depoimentos. Infelizmente, infelizmente, eu não tenho nada a dizer sobre isso. É um assunto que estarrece todos nós. Quando a gente lê sobre operações criminosas – não sei se foi esse o termo que o senhor colocou –, nós ficamos, só com a suspeita, muito envergonhados. Com a suspeita.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

De acordo ainda com a Polícia Federal, o ex-Diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa atuaria como lobista das empresas Ecoglobal Ambiental e Ecoglobal Overseas junto a Petrobras, e teria conseguido um contrato na ordem de R\$443,8 milhões, assinado em julho de 2013. A senhora confirma a existência de contratos entre a Ecoglobal e a Petrobras? E tinha conhecimento da atuação do Sr. Paulo Roberto Costa como lobista daquela empresa?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nós fizemos, sobre esse assunto da Ecoglobal e da Astro-marítima, logo que os assuntos saíram na imprensa, mais uma vez, nós decidimos criar uma comissão de apuração interna da Petrobras para que a gente fizesse o levantamento de tudo isso.

Essas duas comissões, nós terminamos essas comissões, os relatórios ainda não foram entregues ao Ministério Público, à CGU. Estão sendo concluídos, fechados. Deve estar saindo da Companhia nas próximas horas, amanhã ou depois. Essas duas comissões foram conduzidas pelo Diretor Formigli, que está aqui à minha

esquerda, Diretor da Área de Exploração e Produção. E, nos dois casos, na Ecoglobal e na Astromarítima, em nenhum dos dois casos a comissão identificou a participação do ex-Diretor. Nós não tivemos essa indicação.

No caso da Astromarítima, é uma empresa já tradicional conosco. Ela constrói, ela faz afretamento para a Petrobras, e não há nenhuma questão com os contratos. Os contratos todos são anteriores a essa empresa do ex-Diretor. Mas, mesmo assim, não houve nenhuma identificação de que tivesse tido alguma interferência do Paulo, mesmo porque os contratos são anteriores, não é?

E na Ecoglobal também não há identificação, não foi identificada participação, contato – a comissão não identificou – de nenhum dos nossos empregados e o ex-Diretor. Não há esse contato. Porém, no caso da Ecoglobal, nós tomamos a decisão de avaliar, reavaliar os contratos, o contrato. Porque foi um contrato de mais de 400 milhões que essa empresa conseguiu conosco, a Ecoglobal. Ela já tinha tido, em tempos anteriores, outros quatro contratos, com boa *performance*. Mas, à luz de tamanha discussão, de tanta polêmica, como nós não tínhamos feito nenhum pagamento ainda, eles estavam no período de mobilização, e uma discussão complicada em relação à sociedade, quem era sócio da Ecoglobal, nomes que estavam na imprensa, então foi feita uma avaliação e nós temos, aí, até amanhã ou sexta-feira para tomar a decisão com relação à continuidade ou não do contrato dessa Ecoglobal.

Mas é importante colocar aqui que a comissão não identificou envolvimento do ex-Diretor com nenhum dos nossos empregados sobre essa questão das contratações.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A próxima pergunta era sobre a Astromarítima Navegação e a Maersk, mas a senhora já respondeu.

Então, a próxima pergunta: a Petrobras tem algum contrato com as empresas MO Consultoria e GFD Investimentos, ambas de Alberto Youssef?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não. Não temos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não há existência de nenhum contrato?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não temos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Bom, eu tenho outras perguntas aqui que eu vou, depois, encaminhar por escrito a V. Sª para, se assim entender, respondê-las, que são sobre a recuperação de ativos da Petrobras e também sobre as obras do entorno da Refinaria Abreu e Lima.

Mas eu queria fazer, apenas para concluir aqui, duas perguntas referentes ainda à Abreu e Lima, que, na nossa avaliação, precisarão ser, no futuro, investigadas por esta CPML.

A primeira: há recursos da Petrobras ou da União aplicados nas obras do entorno do complexo da Refinaria Abreu e Lima?

Segunda: a Petrobras repassou recursos ao Governo de Pernambuco para as obras do complexo portuário de Suape? E, se positivo, por quê? Quanto? E em qual período?

E, terceiro: o Governo do Estado de Pernambuco se comprometeu com obras de infraestrutura no entorno da refinaria?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – O Governo do Estado de Pernambuco se comprometeu com obras no porto, se comprometeu com obras na rodovia, para que a gente acessasse à refinaria. Foi dito, foi decidido que nós, ou pelo menos foi mapeado, estaríamos concluindo essa refinaria em 2010/2011. E o que eu tenho de informação é que o Governo do Estado não poderia atender à Petrobras no tempo em que nós precisaríamos, concluída a refinaria, concluída a infraestrutura, para colocar a refinaria em operação.

Então, foi feito um acordo com a Petrobras, um contrato de adiantamento de tarifa. Nós teríamos um desconto na tarifa de movimentação de óleo e derivados no porto e que nós faríamos um investimento nesse porto e nessas rodovias. Então, existe o contrato. A Petrobras colocou em torno de um pouco mais de R\$780 milhões – eu não tenho aqui o número exato, mas é nesta ordem de R\$780 milhões; ele está na minha apresentação. E há mais 40 milhões a colocar. O fato é que, na entrada do porto, existe uma área que está por conta de o Governo Federal concluir essa etapa. Eu não tenho certeza, mas acredito que há recursos do Estado. A Petrobras já colocou tudo que devia, e a gente, para colocar mais recurso agora, é importante que se resolva a questão que está por conta de o Estado concluir. Então, esse foi o trabalho que fizemos.

O compromisso nosso é em torno de US\$840 milhões. Nós temos ainda uns US\$40 milhões ou US\$50 milhões a colocar, mas é preciso que haja um posicionamento do Governo do Estado, do Governo Federal, para que possamos caminhar.

Agora, nós estamos muito seguros, e obra tem o seu próprio ritmo, mas, pelo que projetamos, nós entendemos que, em novembro de 2014, nós vamos começar a produzir o primeiro trem e, em maio de 2015, o segundo. E esse canal de acesso – esse é o nome técnico – precisa estar concluído para que os grandes navios, que justificaram todo esse investimento, possam entrar e nós movimentarmos grandes volumes. Porque, se

for com navios de porte menor, nós vamos ter perdas na logística. Então, esse é um projeto importante de ser concluído. Mas existem vultosos investimentos da Petrobras, tanto na rodovia quanto no canal, no porto de forma geral, inclusive no seu canal de acesso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem, Presidente. Com isso, eu encerro aqui os meus questionamentos e quero, por fim, agradecer a presença da senhora aqui, Presidenta, e dizer que as suas colocações foram muito esclarecedoras a este Relator. Outros questionamentos, com certeza, virão, mas todos nós temos a certeza de que V. S^a está aqui como uma testemunha deste processo de investigação e contribui com a sua história, na Petrobras, de mais de 35 anos de trabalho a essa empresa, a essa companhia. E todos nós, aqui, percebemos a sua emoção ao falar sobre a Petrobras, sobre essa que é uma empresa que orgulha a todos nós, a maior empresa brasileira. Portanto, obrigado pela sua contribuição.

E quero dizer que esta CPI vai procurar contribuir decisivamente para que o Brasil e a sua maior empresa possam avançar na qualificação de suas contratações e na gestão dos grandes projetos no setor petrolífero do País.

Nós sabemos da importância da Petrobras para o nosso Brasil.

E uma das coisas que nós discutiremos aqui – talvez, tenhamos que conversar mais sobre isso – é a importância de o Congresso Nacional discutir uma nova lei para as contratações da Petrobras, que dê mais agilidade, que seja mais clara e mais transparente.

Era isso, então, Presidente.

Obrigado pela atenção e obrigado pelo tempo que me foi dispensado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou suspender a reunião por alguns instantes. A Presidenta vai se dirigir ao toailete e, quando voltar, nós retomaremos o trabalho.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – *(Fora do microfone.)* – Muito obrigada.

(Suspensa às 18 horas e 08 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 16 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Eu espero que os senhores estejam reabastecidos desse alimento, que é saudável, não tem apelo midiático, mas é saudável, nutritivo e dá energia, e que esta Presidência fez questão de distribuir aos senhores. Espero que a Assessoria também possa receber.

Eu tenho aqui, por ordem de preferência regimental, inscritos os Líderes Onyx Lorenzoni, Fernando Franchini, Rubens Bueno, Alvaro Dias, Sibá, Afonso e Sandro Mabel.

Essa ordem de preferência obedece a autoria dos requerentes. Há uma solicitação de Líder, e o Líder tem preferência, então, concedo a palavra ao Líder Imbassahy, por cinco minutos. E eu peço a V. Ex^a que seja disciplinado em relação ao tempo.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – O.k., Sr. Presidente.

Primeiro, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a sabe que não pode inquirir.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Isso para que nós tenhamos disciplina. E ninguém mais disciplinado do que V. Ex^a – eu quero fazer justiça.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero lamentar profundamente que nós estejamos hoje, no Brasil, fazendo duas CPIs para investigar uma empresa tão querida, que orgulha todo o Brasil: a Petrobras.

Tenho certeza, Presidente Graça Foster, de que V. S^a também se sente desconfortável e, eu diria, até constrangida, pelo fato de, na condição de Presidente, ter que estar aqui, neste momento, para responder tantas e tantas inquirições.

Mas, Sr^a Presidente, foram tantos os fatos que aconteceram com essa empresa, tantas denúncias, tantos indícios e, mais do que indícios, até comprovações de negócios malfeitos, eu diria, até negociatas que chegou a levar um ex-diretor da Petrobras à prisão – foi novamente preso agora o Sr. Paulo Roberto –, que eu gostaria de fazer algumas considerações, uma indagação a V. S^a.

Eu examinei aqui, nos últimos anos, a relação de estreita confiança e, eu diria, até de amizade entre V. S^a e a Presidente Dilma.

Vejo que, desde 2003 até o presente momento, V. S^a praticamente acompanha a Presidente Dilma, como Secretária de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, enquanto a Presidente Dilma, naquela ocasião, era Ministra de Minas e Energia e também Presidente do Conselho de Administração da Petrobras. Depois, a atual Presidente foi ser Ministra da Casa Civil, e V. S^a assume a Presidência da Petroquisa, depois a Presidência da BR Distribuidora e, em seguida, a Diretoria de Gás e Energia da Petrobras, para, hoje, ter sido nomeada, pela

Presidente Dilma, Presidente da Petrobras. O que eu quero constatar é essa relação de confiança tão estreita entre V. S^a e a Presidente Dilma.

E, aí, eu quero fazer a seguinte consideração – durante todo esse período, V. S^a foi privilegiada com importantes informações –: eu gostaria de saber quantas vezes você se reuniu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Na condição de Líder, V. Ex^a não pode indagar.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Então, faço a consideração. Se ela quiser e se puder responder... Fica aqui a nossa consideração..

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a faz a consideração. Não pode indagar.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – De qualquer maneira, eu gostaria muito de saber, Sr. Presidente, quantas vezes atual Presidente da Petrobras se encontrou, reuniu-se com atual Presidente da República, na condição de Ministra de Minas e Energia, ou na condição de Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, ou como Chefe da Casa Civil, ou mesmo com o Presidente da República, para tratar de assuntos relevantes dessa tão importante estatal brasileira.

E eu diria acerca dos assuntos Pasadena, que, por mais que se procure justificar, não se consegue encontrar uma justificativa para aquela negociação; a questão também da construção de Abreu e Lima, cujo ex-diretor falou que se fez uma “conta de padeiro”, algo chocante, é um desrespeito para com a Petrobras, uma empresa que tem tradição de planejamento, de engenharia, de operação e de projeto; não é padrão da Petrobras o que esse cidadão disse – que está preso hoje, novamente, pela Polícia Federal.

V. S^a, de qualquer maneira, constata que essa refinaria começou com orçamento de US\$2,4 bilhões e, a essa altura, está em US\$18,5 bilhões. E mais ainda: durante o depoimento, a fala de V. S^a, a senhora falou que o estudo de viabilidade econômica e financeira dessa refinaria foi aprovado em 2007. Mas nós temos uma ata do Conselho de Administração de Abreu e Lima que diz, textualmente – uma ata de 14 de janeiro de 2010 –, que esses estudos foram aprovados em 2010, e não em 2007. Há aí uma informação desencontrada entre o que a senhora disse aqui e o que está na ata do Conselho de Administração da Refinaria Abreu e Lima.

Portanto, o que eu gostaria muito de saber é quantas vezes V. S^a se encontrou com a Presidente Dilma para tratar de Pasadena, para tratar dessas coisas com relação à construção de Abreu e Lima e também com relação à venda dos ativos da África, que é uma outra negociação que certamente trouxe graves prejuízos para País.

Portanto, Sr. Presidente, cumprindo o Regimento integralmente, eu gostaria muito que a Presidente Graça Foster dissesse se ela se encontrou com a Presidente Dilma para tratar desses três assuntos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – A pergunta está fora do Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nas futuras considerações, a Presidenta vai se manifestar... Até Carlos Sampaio haverá de reproduzir essas considerações.

Eu preciso dos senhores – e senhores sempre não me faltam – para o estrito cumprimento do nosso Regimento. Nós temos as palavras de Líderes. Os senhores conhecem esse Regimento melhor do que eu, sabem que o Líder tem precedência. Por isso que eu dei a palavra ao Líder Imbassahy.

V. Ex^{as}, alguns estão inscritos, e outros estarão como Líder. Eu não posso somar, Onyx, porque, regimentalmente, eu não posso somar tempos. Mas posso garantir o tempo do inscrito e o tempo do Líder; só não posso somar, até porque outras motivações, outras reuniões...

Então, V. Ex^a está inscrito aqui como Líder e, também, como autor. V. Ex^a tem a palavra nos dez minutos ou nos cinco – V. Ex^a vai me dizer como vai usá-lo –, e, depois, em uma reinscrição, eu lhe inscrevo como Líder. O.k.?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Logo depois da minha fala e da fala da Presidente, então eu falaria como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a tem precedência de entrar regimentalmente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas me pedindo para falar como Líder.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sem somar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sem somar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Então já estou pedindo agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Peça-me oportunamente. V. Ex^a vai usar os dez minutos ou os cinco?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Vou usar os dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Intercalados.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Eu gostaria de fazer uma combinação aqui. Eu vou tentar concentrar em três minutos os meus questionamentos de tal forma que a Presidente tenha sete minutos para poder

fazer... Ou melhor, vamos ter que fazer diferente. Vamos fazer três minutos, no máximo, o questionamento, ela teria cinco e eu fico com dois, dividimos o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O tempo de Líder não é tempo de questionar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Eu sei, eu sei. Depois eu vou, logo a seguir, peço tempo de Líder e faço as considerações. É uma forma de dar mais tempo, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

V. Exª vai usar os primeiros três minutos...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Só consulto V. Exª se esse remédio é para todos, porque eu também...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para todos, aqui não tem remédio... O remédio é para todos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Então, já peço a V. Exª que me dê o mesmo tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Totalmente isonômico. Três minutos...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB - PR) – Presidente, só uma informação. Quando fala como Líder um Deputado do mesmo Partido, o Senador também tem oportunidade de falar como Líder?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Claro. A CPI é mista. Se, neste momento, V. Exª estiver exercendo a função de Líder do seu Partido, V. Exª tem o mesmo tratamento do Líder na Câmara. Agora, absolutamente dentro do Regimento e dentro do horário.

Três minutos iniciais para V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, posso ir?

O SR. (Não Identificado) – Deputado Onyx, só uma questão. Sr. Presidente, sei que é prerrogativa, pois todos, aqui, estão usando a palavra como Líder, deles não fazer inquirição e não poderem fazer nenhum questionamento à Presidente Graça. Mas eu gostaria de solicitar a V. Exª se eu posso fazer, num acordo com os Líderes, a intercalação entre o Líder e os inscritos. Tem como ser feito?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aí é negociação de V. Exª com os companheiros, até porque a Liderança tem sempre precedência, V. Exª sabe.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, são 18h25, teoricamente até 18h35, então, vamos aos três minutos iniciais de questionamento.

Presidente Graça Foster, uma preocupação que todos nós temos é fazer com que a Petrobras volte a ser a empresa técnica, competente e desaparelhada que ela foi no passado. Ela hoje é uma empresa altamente aparelhada. No episódio de Pasadena, que houve muitas mentiras não há nenhuma dúvida para nenhum de nós. O problema é – a senhora está aqui como testemunha, eu quero questioná-la – quem está mentindo mais ou menos? E respeitosamente. Porque a Secretaria de Comunicação Social da Presidência disse, numa nota que está aqui, que não havia a cláusula de Marlim, a cláusula de Put Option e, por isso, que foi feito o negócio. Que se tivesse, teria sido diferente, é Presidência da República. Aí, tenho aqui... A senhora fala muito em disciplina e a senhora fala muito em gestão corporativa eficiente. E eu sei que V. Exª é competente. No Estatuto do Conselho de Administração da Petrobras, no art. 31, diz aqui, no inciso II, que as matérias submetidas ao Conselho devem ser instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, área técnica, comitê competente e parecer jurídico. Muito bem. Aí, nos depoimentos dados até agora, a cláusula de Marlim e Put Option não haviam aparecido, e a senhora referenda esse posicionamento. Quero lhe perguntar se a senhora conhece esse documento aqui, que obtive através de funcionários da própria Petrobras, datado de 27 de janeiro de 2006. A senhora conhece o Sr. Carlos César Borromeu de Andrade, que assina esse documento como Gerente Jurídico Internacional da Petrobras? Aqui está, no inciso VII, Presidente, claramente colocado – vou passar à Mesa, Presidente, este documento –, que fala na cláusula de Marlim e na cláusula de Put Option.

Portanto, eram, sim, do conhecimento da diretoria e, por obrigação estatutária do conselho, as referidas cláusulas. Quem está mentindo? A Secretaria de Comunicação da Presidência? A Diretoria da Petrobras? E mais: há um fato grave. A senhora disse aqui que deveria ser feito o documento, que a senhora disse que não foi feito, e a senhora aqui está como testemunha comprometida em dizer a verdade que, lá na CPI do Senado, o Sr. Luis Carlos Moreira da Silva, ex-Gerente Executivo Internacional, afirma, textualmente: “Já tínhamos levado nas reuniões” – isso aqui são notas taquigráficas – “anteriores a questão dessas cláusulas, todas as cláusulas do contrato, seja a cláusula de Put Option, seja a cláusula Marlim já era de conhecimento da diretoria.

E, mais grave ainda: o ex-Presidente Estrela diz o seguinte: “Não, essa cláusula é essencial para a gente poder garantir que vamos processar o petróleo brasileiro”, que nunca foi lá, para os Estados Unidos. Por quê? Porque era para processar o petróleo americano. Então, veja, aí temos várias situações muito complicadas.

E eu queria lhe perguntar uma outra coisa dentro desta mesma linha. O Dr. Nestor Cerveró diz aqui, textualmente, em seu depoimento, também feito aqui, em um documento, na Câmara, que ele distribuiu para

todos que, em 5 de maio de 2005, foi assinado um memorando de entendimento entre a Astra e a Petrobras, no que diz respeito ao *revamp*, que era de até 100 mil barris. A senhora diz no seu depoimento, lá no Senado, que o ideal, seria maravilhoso chegar nos 200 mil, mas com 100 mil eram suficientes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª só tem mais um minuto para concluir os seus cinco minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O.k. Mas serão 10.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim, mas V. Exª ia usar três e, agora, está usando cinco.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O. k. Obrigado, Presidente, pelo apoio.

O que é que acontece? V. Sª disse que com 100 mil já seria positivo. Por que a Petrobras, então, força a Astra a ir aos 200 mil? Porque aí é que está a cláusula do conflito. A Astra tinha o compromisso de ir aos 100 mil. Por que é que forçou os 200, se a senhora mesma diz, em seus depoimentos oficiais, sob juramento, que 100 mil eram suficientes? Será que era para realmente levar para o litígio? Será que, aí, tinha uma vantagem ou uma operação, vamos dizer assim, não muito correta? Esta é a pergunta que quero fazer e quero concluir, trazendo também, reforçando essa pergunta da operação da Petrobras na África. Porque tenho, aqui, o resultado de uma avaliadora...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Excelência, dentro do combinado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O.k.

Tenho o resultado de uma avaliadora que fez uma avaliação dos dois poços africanos, sem dívidas, sem ônus, dizendo que valeriam em torno de US\$6 bilhões. Por que a Petrobras, que podia pegar esse dinheiro, vende para o BTG por US\$1,5 bilhão? Quer dizer, vende pela metade, por que valeria teoricamente três, podia valer muito mais, tudo depende das questões de câmbio e de operação de petróleo no mundo, e ela entrega, no mínimo, três bilhões contra...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...um e meio, sem haver possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O. k.

Com a palavra a Drª Graça.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Então, seriam esses dois questionamentos: a operação na África, que me parece altamente suspeita, e a questão da mentira: quer dizer, quem mentiu o quê.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Drª Graça.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Com relação...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, isentar a Presidenta de responder quem mentiu o quê. Essa é uma pergunta capciosa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Drª Graça.

Por favor, Deputado, ela vai responder.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Deputado Imbassahy, digo aqui que eu digo a verdade. Eu não tenho todos os dados, eu tenho alguns dados.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Só um momento, Presidente, ela tem que responder para mim, é o meu tempo.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, mas estou respondendo pra quem? Desculpa. Eu achei que começava aqui, é para o senhor, desculpa.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Desculpe, Presidente, o tempo é meu. Então, por essa razão...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, mas eu, desculpa, não entendi.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E preciso ouvi-la muito atentamente.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, desculpa, eu, eu...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Quanto ao Deputado Imbassahy, não tem necessidade de responder, ele falou como Líder.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES. *Fora do microfone.*) – Ela não pode ser obrigada a conhecer as regras da Casa!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k, O.k, O.k.

Drª Graça, a senhora responde ao Deputado Onyx, por favor.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – O que é que eu faço? Respondo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ao nobre Deputado Onyx Lorenzoni.

Por favor.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Deputado, então, todas as perguntas... desculpa, eu estava organizando aqui, ao Deputado Imbassahy, eu não respondo, é isso?

Não, não estou dizendo que não respondo. Eu não devo responder, é isso? Dentro do procedimento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não, a senhora pode responder no tempo do PSDB.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – em outra oportunidade a senhora pode.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Desculpa, desculpa, eu não estou aqui. Aqui, só quero...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Aqui são Democratas lhe perguntando.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Já entendi, senhor.

Só quero que a minha memória não falhe, para poder ajudar o máximo a favor da Petrobras. Então, este é o meu grande objetivo aqui.

Eu conheço o Sr. Borromeu. O Sr. Borromeu é o gerente do executivo da área jurídica da Petrobras e foi quem tratou, em grande parte, todas as questões, todas as documentações, desde o início da aquisição dos 50% até o fechamento do laudo arbitral.

E um dos pontos importantes da comissão interna nossa da Petrobras é que existe uma falha entre os documentos que foram anexados ao financeiro – não, desculpa –, ao jurídico. Então, tem o documento do jurídico, que deve ser esse documento que o senhor mostrou, assinado pelo Borromeu. E ele tem alguns anexos. E esses anexos... Eu estou dizendo ao senhor que esse é um dos itens já... São muitos e tal. Esse é um documento que tem anexos. E esses anexos não estavam fisicamente e materialmente presentes na documentação que foi levada à diretoria executiva da Petrobras.

Então, a diretoria executiva da Petrobras tem um documento interno Petrobras. Nesse documento interno, aparecem os anexos. E nem todos os anexos foram levados ao conhecimento da diretoria da Petrobras. Eu não estava na diretoria executiva da Petrobras, eu não era diretora, portanto, eu não participei da reunião em que se discutiu a cláusula de Put Option e a cláusula de Marlim dentro da diretoria, mas os indicativos que temos da rastreabilidade de documentos são que nem todos os documentos anexados a este DIP, a este Documento Interno Petrobras, acompanharam toda a documentação que foi disponibilizada para a Petrobras.

A comissão de apuração interna da Petrobras tem todos esses registros, tem todas as demonstrações da materialidade que eu estou colocando aqui para o senhor.

Com relação ao Gerente Executivo Moreira, eu assisti ao depoimento dele na CPI do Senado. Ele comentou, de fato, sobre o Diretor Estrella, sobre o ex-Diretor de Exploração e Produção. E ele comentou, sim, que – eu me lembro muito bem de ter assistido – o diretor teria dito que aquelas cláusulas eram importantes. Eu não estava na reunião.

O Diretor Estrella fez um depoimento à nossa comissão interna de apuração da Petrobras. O relato dele está nessa comissão interna de apuração e pode ser encaminhado aos senhores sobre o que ele, realmente, teria dito sobre essa cláusula de Marlim.

Com relação ao petróleo pesado que nós teríamos nessa refinaria, ao petróleo pesado a ser colocado na refinaria, nós não poderíamos, prezado e ilustre Deputado, colocar o petróleo pesado naquela Refinaria de Pasadena, porque ela é uma refinaria para óleo leve. Então, como nós não fizemos a *revamp* – nós não fizemos –, ela não teria como receber esse petróleo pesado da Petrobras, só depois que fizesse o *revamp*.

Os 100 mil barris. Essa é uma pergunta muito – me permite dizer – conveniente que o senhor coloca, porque essa é uma discussão grande da comissão interna de apuração. Sem dúvida, pelos estudos de viabilidade técnica e econômica que mostraram o *revamp* de 100 mil, o *revamp* de 200 mil daria um resultado para a Petrobras, do ponto de vista de retorno sobre o capital investido, muito maior.

A relação entre a Petrobras e a Astra, que a gente tem registro... Porque o que eu tenho feito é buscar todos os capítulos desse quadro de Pasadena para poder estar aqui falando para o senhor o que eu tenho de melhor para dizer. Essa é uma questão importante. Eles estavam comprometidos a fazer 100 mil. A Petrobras apresentou 200 mil, porque entendia que era um resultado melhor. Eu relato o que tenho registrado nas comissões. Então, é uma pergunta que nós nos fazemos: se 100 mil já davam um bom resultado, por que fazer 200 mil? A resposta que temos é que 200 mil dariam, no estudo de viabilidade, um valor presente líquido muito melhor. Esse é um ponto de conflito efetivo. Um ponto de conflito efetivo também é a questão de segurança, meio ambiente e saúde. São dois pontos, realmente, efetivos – efetivos. Esse é um ponto. O *revamp* era importante para a Petrobras, o *revamp* de 100 mil.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Duzentos mil seria um resultado muito melhor, mas perdemos o *revamp*.

E a questão da África. Essa é a pergunta do senhor, também.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – É. Por que vender por 1,5 bi o que valia três? E sem dívidas, e sem ônus.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nessa questão de valia é preciso que haja uma proposta firme. A questão da África... Quando nós começamos a discutir o desinvestimento da Petrobras, projetos que

precisaríamos desinvestir, nós tínhamos projetos nos Estados Unidos, logo que eu cheguei à diretoria da área internacional – porque sou diretora da área internacional –, projetos que teriam propostas enormes, muito grandes, em especial nos Estados Unidos. Na hora em que nós consideramos esses desinvestimentos, o proponente, o ofertante, não apareceu. Tipo sete bilhões, oito bilhões, e a gente não desinvestiu porque as propostas que vieram eram muito pequenas. No caso da África, nós tivemos um processo competitivo: 14 empresas competiram. Eu não vim preparada para dar detalhes desse processo, mas eu tenho boa memória de pontos importantes. Se eu não conseguir atendê-lo, eu posso complementar minhas respostas. Nós tínhamos 14 empresas. Dessas 14 empresas com propostas, nós tivemos duas, uma empresa espanhola e a empresa BTG, que foi realmente quem fechou a aquisição conosco. E BTG fez uma proposta melhor do que a empresa espanhola. As outras 12 não compareceram. Elas não formalizaram a proposta.

Um outro ponto que era importante para a Petrobras, para nós, era termos um sócio. Nós precisávamos ter um sócio. Nós não queríamos fazer o desinvestimento total, porque nós queríamos dividir o risco, porque o risco, no Brasil, o risco de E&P do pré-sal é controlável... Senhor?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – *(Intervenção fora do microfone.)*

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, eu estou dizendo ao senhor: o dinheiro que eu tenho aqui, o dinheiro que a Petrobras tem, o recurso que ela tem, ela escolhe os melhores projetos. Então, há uma competição entre todos os projetos da carteira da Petrobras. Eu não tenho um dinheiro separado para a área internacional. Então, os projetos na África têm um risco maior. Até o risco político é muito maior do que o que a gente tem no Brasil. O retorno do capital empregado e do volume de óleo que nós colhemos é muito maior aqui. Nós temos a indústria nacional, que lá é um desafio ainda, e há conteúdo local lá. Então, todo esse conjunto traz para nós uma necessidade maior e uma segurança maior em investir aqui.

Então, nós entendemos – e isso é demonstrável – que a proposta do BTG pactual foi a proposta mais competitiva para a Petrobras. Essa referência de uma proposta de sete bilhões foi desaconselhada pela diretoria financeira da Petrobras, porque ela necessariamente implicaria emissão de ações – emissão de ações. Nós, em 2012, fizemos um trabalho muito forte, junto ao mercado, de colocar, com todas as letras, que a Petrobras não faria emissão de ações. Nós tínhamos feito a capitalização, diluímos os acionistas de Petrobras e não faríamos uma outra emissão de ações. Essa proposta, até onde eu sei – ou até onde eu me lembro –, nunca se tornou firme. Ela nunca foi uma proposta posta em mesa. Eu não tenho certeza deste ponto que eu estou colocando para o senhor aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Mas, por princípio, não seria uma proposta... Eles não teriam chegado com a proposta. Nós tivemos 14 e ficamos com duas propostas.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, conforme combinado, eu queria pedir o meu tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª tem todo o direito de pedir, porque o Líder, regimentalmente, tem preferência. Mas V. Exª sabe que Francischini está imediatamente após, mas se V. Exª requisitar, requerer seu direito, eu lhe dou. Mas lhe peço para não fazer nenhuma inquirição...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não, não vou fazer nenhuma inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... porque, na condição de Líder, V. Exª não pode tecer indagações. V. Exª faz comentários.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor, cinco minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Depois o Deputado Francischini.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, primeiro eu acho muito importante o Plenário desta Comissão atentar que nós assistimos aqui a uma mudança de versão. Até o dia de hoje, nunca se falou que não havia anexação de documentos; sempre se falou objetivamente que não se tinha conhecimento. São coisas muito diferentes. Vou voltar ao ponto, porque pode fazer muitas coisas, quem está no poder, quem está no Governo; não pode mentir.

Volto a dizer: até o dia de hoje, nesse assunto de Pasadena, toda versão construída pelo atual Governo, foi no sentido de que nunca tiveram conhecimento das cláusulas, porque, se tivessem, era diferente. O diretor gerente de área internacional, o responsável pelo jurídico, que fez o parecer, comprova, de maneira cabal, que a informação existia. Aí, hoje, a Presidente, uma pessoa que eu respeito, ela muda a versão e apresenta uma outra versão de não anexação de documento. Essa é a primeira questão, que eu acho imensamente relevante.

A segunda: por que, para os estudos internos, inclusive isso foi dito lá na CPI do Senado pela própria Presidente, se para os nossos estudos indicavam que 100 mil barris já eram uma operação satisfatória para

aquela questão mercadológica da data da aquisição da refinaria. Então, por que a Petrobras tem e tinha uma cláusula, uma acordo entre os acionistas para ir até 100 mil? Por que a Astra resolve aplicar *Put Option*. Porque a Petrobras queria forçá-la a ir a 200 mil. Significaria valores muito maiores, ao que a companhia alegava que estava comprometida, e aí vem o litígio, e o litígio é levado de maneira obstinada pela direção da Petrobras, que determina que se vá às últimas consequências, e as últimas consequências foram um negócio horroroso para o Brasil. Esse é o fato reconhecido hoje corretamente pela atual Presidente da Petrobras.

Então, eu quero chamar a atenção a estas duas coisas: primeiro, que se mudou a versão, e, segundo, que nós temos aqui claramente que quem administrava o empreendimento lá de Pasadena forçou a mão, a Petrobras forçou a mão nos 200 mil, exatamente para que o rompimento acontecesse, e depois todo aquele prejuízo que hoje a Petrobras suporta.

Segundo, não me convencem os argumentos, porque as empresas que avaliaram, as consultorias que avaliaram os dois poços que foram vendidos ao BTG, do ponto de vista formal, é muito parecido com os depoimentos que nós tínhamos aqui na época dos fundos de pensão, ou seja, o fundo de pensão fazia um negócio em que ele perdia 20 milhões, e depois ele usava o seu grande capital para fazer negócios em que ele ganhava 30; aí o sujeito chegava aqui, com a maior desfaçatez, dizendo: "Não, mas nós ganhamos 10." Agora, o fundo perdeu 20, e aí foi para o bolso dos espertalhões, que nós identificamos aqui, na CPI dos Correios. Então, essa questão eu acho que é extremamente importante, e nós vamos ter que focar, até porque assuntos conexos são importantes, e essa operação na África tem que ser esclarecida, porque as informações que chegam de lá é que é uso corrente nas operações africanas um percentual de retribuição, e isto nós vamos ter que descobrir: quem leva o percentual, de quanto é esse percentual e quem é que se beneficia desse percentual, porque ninguém bloqueou US\$23 milhões lá na Suíça. O Ministério Público suíço não bloqueou US\$23 milhões do nada; esse dinheiro saiu das operações da Petrobras.

E, por fim, eu quero aqui, em nome do meu Partido, os Democratas, trazer um assunto que me preocupa muito. A Petrobras tem uma *holding* na Espanha que administra os investimentos na Espanha e na Argentina e que está dando muito prejuízo, pelas informações que nós recebemos. A pergunta é: a Petrobras está trazendo esse prejuízo para o Brasil, dentro daquela linha da contabilidade criativa que se desenvolve aí pelo Secretário Arnold Augustin, que eu conheço há mais de 20 anos, e essa contabilidade criativa, trazendo prejuízo lá da *holding* espanhola, faz com que a Petrobras pague menos Imposto de Renda no Brasil. E aí prejudica a quem? Aos brasileiros.

Então, quando a Presidente fala em gestão corporativa, eu respeito, ela tem um histórico que não tem por que duvidar do empenho dela. Agora, que tem aí um conjunto de mentiras que, lamentavelmente, é um DNA do atual Governo, desde a CPI dos Correios. Isso é inegável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Deputado.

Eu passo direto então ao Deputado Fernando Francischini. Mas, antes, pergunto: o senhor vai usar qual formato? Dez minutos...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu vou fazer as perguntas à Presidente Graça Foster.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem. Dez minutos, então.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu queria, Presidente, inicialmente, registrar o nosso protesto, a nossa indignação, com a estratégia de mais de duas horas de perguntas. Em todas as CPIs que a gente participou, nunca ocorreu isso, mais de duas horas de perguntas de um Deputado só.

Quero também registrar a nossa indignação, e é uma opinião pessoal minha, e tenho um mandato como todos aqui e peço respeito, eu acho que nunca a relatoria poderia estar com o PT, que é quem comanda a Petrobras, que é quem comanda o nosso País. Deveria ter um terceiro partido na relatoria desse caso. Por isso, o nosso protesto e a nossa indignação.

Presidente Graça Foster, eu queria fazer um relato sucinto de todos os órgãos de fiscalização e controle do nosso País em cima da Petrobras nos últimos meses.

TCU, em tudo que vejo no TCU: irregularidades graves, eles citam a Petrobras nas obras das refinarias, superfaturamento, sobrepreço, direcionamento de licitações. É o básico.

Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas da União: fala em gestão temerária, fala em gestão anti-econômica, fala em inabilidade contratual da Petrobras.

O Ministério Público Federal, que fez as denúncias, está conduzindo as investigações junto com a Polícia Federal, quebrou o sigilo bancário, fiscal e telefônico de muitas autoridades e de um ex-diretor da Petrobras, pediu mandados de busca, bloqueio de bens, inclusive, uma das buscas da sede da Petrobras, para buscar documentos. Pediu mandados de prisão de diversas autoridades e de pessoas citadas em investigações, inclusive um doleiro que tinha relação com o ex-diretor da Petrobras.

Mais um órgão, a Polícia Federal: conduziu a Operação Lava-Jato. Está fazendo um inquérito investigando a Refinaria de Pasadena. O relatório do delegado que investiga Pasadena, a senhora deve ter tomado conhecimento, que ele pediu o compartilhamento de provas da Lava-Jato, dizendo o seguinte: “Que a citada Refinaria Pasadena teria sido comprada por valores vultosos, em dissonância ao mercado internacional, o que reforça a possibilidade de desvio de parte dos recursos para pagamento de propina e abastecimento financeiro de grupos criminosos envolvidos no ramo petroleiro”. O delegado vai mais longe – o que investiga Pasadena – e acrescenta-se a isso: “Apura-se possível existência de uma organização criminosa no seio da empresa Petrobras, que atuaria desviando recursos com consequente remessa de valores ao exterior e retorno de numerário via empresas *offshore*”.

A minha pergunta, Presidente, é muito direta. Nós tivemos esta tarde – a senhora viu que vários Parlamentares acusaram o acompanhamento na mídia – uma nova prisão do ex-diretor da Petrobras, Sr. Paulo Roberto Costa, que, no mesmo relatório do delegado que investiga Pasadena, identifica que ele era Conselheiro da Refinaria de Pasadena e Conselheiro da *trading* também de Pasadena, ou seja, ligando a Operação Lava-Jato, indiretamente, com indícios de que ele pode estar envolvido também na compra da Refinaria de Pasadena com talvez uma consultoria. Será o resultado do inquérito que vai nos trazer essas informações.

Mas, Presidente, eu deixo antes dessa pergunta, um pedido para que a senhora investigue, na Petrobras, as empresas ligadas às filhas do Sr. Paulo Roberto Costa. Principalmente, Presidente, licitações de compras de imóveis no novo Cenpes, no Cenpes lá do Rio de Janeiro. As informações e as apreensões que a Polícia Federal fez indicam que a filha do Sr. Paulo Roberto Costa teve atuação direta na venda de milhões de reais numa licitação da Petrobras envolvendo venda de imóveis para a Petrobras.

A pergunta é a seguinte: o que a senhora acha? Há uma organização criminosa na Petrobras? A senhora acha que o Sr. Paulo Roberto Costa, que foi preso novamente hoje e teve US\$23 milhões bloqueados, é um integrante dessa organização criminosa? Há mais alguém na Petrobras?

Talvez a senhora, que veio depois desse caso todo, Presidente – e eu vi, em determinado momento, a sua emoção em defender a empresa, e nós aqui defendemos os funcionários também, pessoas de carreira, de alto nível, chegou a hora de, talvez, a senhora, como Presidente, indicar quem são esses membros da organização criminosa, para que a Justiça possa fazer justiça. E veja que tantos milhões de brasileiros querem e cobram de nós todos.

A pizza eu peço a devida desculpa aos membros dessa CPI, mas foi um meio de protesto – um meio de protesto –, de não querer que isso acabe em uma grande pizza como acabou a CPI a que a gente tanto se dedicou que foi a CPI do Cachoeira.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Com a palavra, a senhora.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Fernando Francischini, o que eu conheço da Operação Lava Jato foi, exatamente, o momento em que eu recebi a Polícia Federal na Petrobras. É só o que eu sei. Recebemos a Polícia Federal numa sexta-feira, de manhã, de forma surpreendente, e estávamos numa reunião de diretoria.

Nossas reuniões de diretoria são às segundas-feiras e às quintas-feiras. Não conseguimos bater a pauta toda na quinta, sexta-feira, de manhã, estávamos lá, e minha secretaria comunicou que a Polícia Federal estava dentro da Petrobras.

Foi algo, assim, realmente, surpreendente, e eu recebi a Polícia Federal, pessoalmente, no 23º andar, que é onde fica a minha sala, a sala dos diretores, e ofereci a minha sala de reuniões para conversar com eles. E eles disseram para mim o que queriam, e me entregaram um documento, que estavam fazendo uma apreensão, motivada pela Ecoglobal, um contrato que nós tínhamos.

Então, naquele momento eu perguntei quanto tempo eu tinha para poder atendê-los, para entregar toda a documentação que eles estavam pedindo e o que mais eu podia fazer. Chamei a equipe da área de Exploração e Produção, à qual o contrato estava vinculado, e entregamos toda a documentação a essa Polícia, que, pela primeira vez, que eu saiba, foi à Petrobras.

Eu só sei isso. Eu não sei mais nada. Eu não sei nada além disso. O que eu sei é o que eu leio, é o que eu escuto, e, todas as vezes em que há indícios, suspeitas, insegurança nossa para lidar com os contratos, a gente abre aquilo que a gente pode fazer, que é uma Comissão de Apuração Interna da Petrobras.

E, assim, nós fizemos, e trabalhamos com afinco para entregar esses relatórios a todos os órgãos de controle que o senhor citou. Eu não tenho a memória para dizer que é tudo isso ou se é só isso, mas grande parte do que o senhor colocou faz parte do meu dia a dia, faz parte da minha rotina, ler, responder, colaborar, porque a Petrobras não compactua disso.

Não compactua – não compactua. A nossa força de trabalho não merece isso. Os acionistas de Petrobras não merecem tudo isso, toda essa questão, toda essa suspeita, toda essa indignação, todo esse receio, porque é um receio de tudo.

Então, eu consumo muito tempo da minha vida, do meu dia, trabalhando para a empresa, há muitos anos, e eu fico, aqui, assim, repetindo, praticamente, uma apresentação. Eu não me canso de ir em duas CPIs que existam.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – A auditoria identificou, Presidente, desvios, irregularidades, ilegalidades?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – No que nós terminamos, a gente não identificou, no caso do contrato específico da Ecoglobal, mas, como eu disse, aqui, Deputado, ilustre Deputado, a gente não se sente confortável com o contrato.

Então, como nós estamos concluindo, o Formigli está aqui, o nosso Diretor, a gente teve uma reunião, hoje, de manhã, nós estamos fechando essa decisão de continuar ou não com esse contrato, porque cria uma insegurança tão grande.

Então...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – A senhora acha que a investigação está errada, Presidente? Que esses órgãos estejam...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, eu não acho que eles estejam errados. Eu não acho que eles estejam errados.

Eu acho que o trabalho que a Petrobras faz, porque...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – É para eu parar aqui?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não. Tem mais um minuto, ainda.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – É porque o trabalho que a gente faz, lá, é passado para os Deputados, para os requerimentos que são feitos, para completar, porque, conhecer os processos da Petrobras é um caminho difícil para quem está de fora da Petrobras, e essa...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Se for constatada, Presidente, esses US\$23 milhões bloqueados na Suíça, vindos dessas consultorias ilícitas, a senhora acha adequada a prisão do Sr. Paulo Roberto Costa ou a senhora é contra a prisão dele?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu não tenho como manifestar através disso.

Eu quero o que é correto para a minha empresa; eu quero o que é correto para os acionistas da Petrobras, para os empregados da Petrobras e para o meu País, porque a Petrobras está aqui neste País. Então eu quero que seja tudo passado a limpo e que seja tudo correto; é isso o que eu quero. E eu tenho a obrigação – obrigação – de colaborar com tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agradeço ao Deputado Fernando Francischini. Passamos então...

O senhor quer fazer alguma consideração, Deputado Francischini? Não?

Há um requerimento – só um minutinho, é que ele pode pedir na condição de Líder de Partido, mas não pediu –; requerimento agora do nobre Deputado Rubens Bueno. V. Exª usa cinco ou dez minutos, nobre Deputado?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Cinco minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, Relator, Srª Presidente da Petrobras, em audiência pública na Câmara, há cerca de um mês, a senhora falou que o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, pelas informações que a senhora tinha à época, ...

(Soa a campainha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – ... o diretor era um homem competente. Agora, pelo que estamos vendo, ele era competente para arrecadar propina, por sua prisão dada hoje. Aí eu pergunto se a senhora acha normal um ex-diretor da Petrobras ter US\$28 milhões na sua conta na Suíça, com os salários que ganham?

Outra questão também: nós estamos aqui diante das propostas indicadas ao Conselho. A senhora falou que não é da responsabilidade do Conselho, que é da diretoria, não sei para que Conselho – honorífico, talvez, ou talvez para dar mais um cargo para algum ministro usufruir de mais um salário extra, talvez seja isso –, mas eu quero só dizer à senhora que, dessas decisões tomadas, como é que a senhora classifica decisões mal embasadas e que tragam resultados, como naquela ocasião, segundo a própria Petrobras, foi uma indicação de que aquele resumo foi prejudicial e não vinham as informações completas, como a senhora mesmo aqui anunciou hoje?

Repetindo a pergunta que eu fiz à senhora na última reunião na Câmara: quais foram as empreiteiras que atuaram em Pasadena após a compra? Porque depois tivemos Deputados do PT que disseram que eu não tinha feito a pergunta, e depois eu mandei um CD da transmissão ao vivo da Câmara para mostrar a eles que havia feito a pergunta, e a senhora até, depois eu perguntei à senhora, e a senhora disse que não houve tempo para responder.

Bom, nós temos também que o Sr. Nestor Cerveró, à época diretor, que esse relatório que ele preparou, de apenas duas páginas e meia, portanto, um resumo do resumo, lá não havia, porque a omissão indicava, as cláusulas que a senhora já citou aqui hoje, a Put Option e a Marlim, e que esse resumo alertava para as dificuldades de conciliar a participação majoritária que exigia a Astra Oil, governança em igualdade de condições, mesmo sendo majoritária. Qual foi a dificuldade encontrada aí para esta dificuldade da Petrobras à época, porque queria a Astra Oil a mesma condição, meio a meio, inclusive a direção da empresa?

Quais foram as justificativas apresentadas pela Astra Oil para o seu pleito de participação igualitária na governança? Essa exigência já não era um indicativo de que a Astra Oil, talvez, não fosse o parceiro ideal para um negócio da estatura de Pasadena? Isso não foi considerado no processo decisório da compra da refinaria? Não houve análise do risco que contemplasse esse fato? Por que isso não foi levantado em nenhuma reunião da Petrobras na ocasião? – porque, até agora, isso não foi falado.

Por outro lado, em artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, a Presidente Dilma Rousseff reclamava do excesso de poder do Sr. Paulo Roberto Costa, que tomava decisões sem conhecimento da diretoria e, sequer, da presidência da Petrobras. O que a senhora tem a comentar a respeito dessas informações contraditórias da gestão da Petrobras: de primeiro, a Petrobras teria feito o investimento, ou projeto, da Abreu e Lima, de US\$2,4 bilhões. Depois, a senhora disse que isso foi apenas uma etapa preliminar. Depois, o Presidente Lula, em 2005, disse que custaria US\$2,5 bilhões. Depois veio a informação publicada no dia 4 de setembro de 2007, pela Petrobras, de que o valor do investimento total seria de US\$4,05 bilhões, e, atualmente, esse valor está estimado em mais de US\$18 bilhões. Pergunta-se: a que se devem tantas inconsistências...

(Soa a campanha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – ... na divulgação desses valores?

Por que na oportunidade da divulgação não foi feita essa ressalva?

Aqui nos custos da Abreu e Lima, há a questão que foi levantada da tropicalização, por isso é que teria elevado, mas a Petrobras não pensou nisso? Não planejou isso? Não fez a tempo? Até parece a questão da Copa do Mundo. Tem sete anos para preparar a Copa do Mundo, quer fazer em três anos, está aí o atropelo de última hora. E aí “não, mas isso é a oposição contra o Brasil, contra a Petrobras”. Nada disso, Sr. Presidente. Fiquei emocionado com a sua emoção.

E acho que isto é para o Brasil, mas Brasil de gente séria, que quer, como os seus 85 mil profissionais da Petrobras, construir um País decente. É isso que a oposição quer no Brasil.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Srª Presidente.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Ilustre Deputado, é uma boa oportunidade para mim encontrá-lo para poder complementar o que eu não pude responder da última vez que encontrei o senhor.

Essa pergunta com relação à responsabilidade sobre a aquisição começa com a responsabilização da Diretoria Executiva da Petrobras, que aprovou por unanimidade. Aprovou um bom projeto à época, os 50%, à luz do que foi apresentado à Diretoria.

E há a responsabilidade unânime do Conselho de Administração, que, como os analistas de mercado mostraram, grandes bancos, grandes analistas reconheceram que, com as informações que eles tinham, os 50% de Pasadena, eram uma boa oportunidade naquele momento.

Então, se a minha resposta não foi completa, Presidente, Relator, na primeira fala que disse sobre a responsabilização, a DE, a Diretoria da Petrobras aprovou o projeto porque considerou devido com as informações que tinha, e o Conselho de Administração também.

Qual foi...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Um esclarecimento, Presidente.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Pois não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Estou falando das empreiteiras que atuaram em Pasadena.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu vou lá agora.

A empreiteira que eu tenho conhecimento de que atuou em Pasadena se chama Odebrecht. É essa a empreiteira que tenho. Não sei se outra local, se outras atuaram. Mas a Odebrecht, nós tínhamos um contrato com a Odebrecht, um contrato que era amplo, que contemplava nove países, e um desses países, Pasadena, e nós tivemos a Odebrecht durante, creio, dois anos, fazendo o seu trabalho. E teve uma grande participação sim, Odebrecht. Não sei se outra, minha preocupação maior.

A questão do parceiro ideal para a Petrobras naquele momento, eu não era diretora da Petrobras, não vivenciei os quase três anos de discussão sobre Pasadena. Eu tenho os relatos. É que a Astra Oil complementava o *expertise* da Petrobras. A Petrobras não é uma empresa de *trading*, ainda que faça, faz bem feito, mas não tinha conhecimento da movimentação de petróleo, derivados, acesso aos *pipelines*, acesso aos contratos, aos terminais que a *trading* tinha.

Em que tivéssemos feito o *revamp* de cem mil barris, se as margens estivessem mantidas, se tivéssemos convivido societariamente com a Astra Oil, poderíamos não estar aqui tratando desse assunto. Poderíamos, em que todas aquelas premissas tivessem se mantido exatamente essas premissas legítimas que foram levantadas à época dos estudos de viabilidade técnica e econômica.

O senhor falou, não sei se eu peguei muito bem, é que foi dito que... o Presidente Lula teria dito que a refinaria era 2,5 bilhões..

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Em 2005.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – ... É mas quem diz para os Presidentes é a Petrobras. Nós é que falamos, somos nós que dissemos: “Olha, vai ser dois, cinco, dez”. Eles não têm a menor responsabilidade. Nós é que falamos, nós a Petrobras. É o diretor que coloca, é a Presidente que coloca, a Presidente Graça. Somos nós que falamos. Eles não têm a menor condição de saber se são 2,5, se são 4,5, se são 7,5. Eles não têm condição.

As inconsistências sobre a RNEST que o senhor estava colocando...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A senhora falou da questão do custo, que o Presidente não podia saber. Mas se a Petrobras deu aquela informação errada, cabia ao Presidente demitir a direção da Petrobras, porque a Petrobras publicou, em 4 de setembro de 2007, o valor US\$4,05 bilhões, o valor total da Refinaria de Abreu e Lima.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Deputado, nós temos uma comunicação anterior a essa ainda, de nós, Petrobras, dizendo que eram US\$2,5 bilhões. Então, a questão da comunicação não pode se dar só numa fase. A questão da comunicação é que eram US\$2,5 milhões, a Petrobras colocou que eram US\$2,5 milhões; e foi feito um trabalho de seis meses. Se nós não temos informação sobre o óleo, se nós temos tantas variáveis típicas ou mais ainda daquelas razoáveis da Fase 1, eu tenho que comunicar a Fase 2, porque eu não sou obrigada a comunicar a Fase 1. Se eu digo que a Fase 1 é 2,5, eu tenho que comunicar que a outra é 4, que a outra é 13, porque passou de 4 para 13.

Então, esse é o entendimento que eu tenho. Eu acho que a gente tem um número para dar, firme, quando nós aprovamos a Fase 3, que significa isto: vá para a implantação. Aí nós temos um número, porque temos um projeto inteiro, temos toda uma variação de sensibilidade. Então, é isso. Agora, é importante que... Não há como saber se é 2,5, se é 5. Quem sabe é a Petrobras o que é.

E a questão da tropicalização. Na Fase 1, Deputado, a gente pode considerar, nas regras, nas regras corporativas, essa questão do preço da refinaria lá no Golfo do México. A gente faz isso em vários projetos. Nós estamos na Fase 1. Quando a gente trás para a Fase... A internacional, os custos, é como se eu pegasse essa refinaria, trouxesse ela para cá. Qual é o custo Brasil de trazer essa refinaria para cá? Nesse caso, a variação da RNEST girou em 20% do valor. É um número que eu estou baixando aqui no meu arquivo e trazendo.

Então, essa não é a questão maior dessa refinaria, dessa diferença de números que a gente teve. A questão maior de todas é exatamente que a gente fez uma análise sem ter o petróleo, sem ter a Venezuela dito: “Eu vou entrar. Está aqui. Vamos participar juntos da gestão. É óleo pesado. Eu tenho conhecimento, a Venezuela, o Brasil também tem a Petrobras.” E essa estimativa de custo baseada em custos unitários de expansão de capacidade e não de um terreno *greenfield*. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem!

Passamos agora a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

Senador Alvaro Dias, V. Exª usar de cinco minutos ou de dez minutos?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Sr. Presidente, acho que não é diferente uma coisa ou outra. Vou fazer as perguntas e aguardo a resposta, então. Os cinco minutos para obter as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – E depois, se houver necessidade, como Líder, eu pedirei a inscrição, se houver necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Sim, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Presidente Graça Foster, em 2009, nós tentamos investigar denúncias de corrupção na Petrobras. Instalamos um CPI no Senado e houve uma operação de guerra para impedir o seu funcionamento. Eu jamais vi festival de publicidade oficial como vi àquela época, exatamente como forma de abafar a CPI. De qualquer forma, nós não compactuamos com o modelo de CPI que estava implantado e protocolamos 19 representações. A oposição protocolou 19 representações, entre elas, Abreu

e Lima, o superfaturamento de Abreu e Lima. V. Ex^a já fez referência a esse superfaturamento, já respondeu a indagações.

À época, o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, afirmava que não cumpria os compromissos com o Brasil porque a obra tinha um superfaturamento exuberante. Portanto, o próprio Hugo Chávez denunciava o superfaturamento da obra. Não ouvi ainda da Petrobras as razões desse acordo com a Venezuela não ter sido efetivado.

À época, os técnicos fizeram uma avaliação com parâmetros em usinas do mesmo gênero em outros países do mundo e chegaram à conclusão de que, já àquela época, a previsão de superfaturamento era de mais de US\$2 bilhões, mas a empresa estava orçada em US\$4 bilhões. Hoje, ultrapassa US\$18 bilhões.

A Getúlio Vargas, a ampliação da Getúlio Vargas em Araucária, no Paraná, o próprio Tribunal de Contas denunciava um desvio de R\$800 milhões.

As outras irregularidades. Foram 19 representações, e não houve nenhuma providência efetiva conhecida da parte da Petrobras e do Governo. Certamente, se providências ocorressem, nós não teríamos hoje esta CPI instalada.

Eu indago: V. S^a não considera crime de responsabilidade fazer postura de paisagem diante de denúncias tão graves e representações protocoladas com substância jurídica enfatizada?

E agora, mais recentemente, contra Pasadena houve uma representação também no dia 21 de dezembro de 2012. Os números conferem, são números expressivos: até hoje, o custo de Pasadena para o Brasil chega a US\$1,934 bilhão, em razão das despesas adicionais para manter o refino do petróleo numa unidade sucateada. Então, chegamos a isso. E o valor de mercado é de 200 milhões. É o que se anuncia. Portanto, do ponto de vista financeiro, não há dúvida nenhuma de que esse é um dos maiores micos da nossa história, e ocorreu, obviamente, com a condescendência do Conselho de Administração.

Infelizmente, eu não posso dar suporte jurídico aqui à indagação que faço, mas o Estatuto da Petrobras impõe responsabilidades a quem preside esse Conselho. Entre essas responsabilidades, a previsão está expressa no Estatuto da Petrobras. A Presidente do Conselho de Administração teria que determinar – e não o fez – a realização de diligências, coleta de informações, oitiva da opinião de especialistas, elaboração de pareceres de *experts*, entre outros, e preferiu decidir sobre um assunto de tamanha importância, de valor exponencial, com base em um resumo de duas páginas.

A indagação. Diante de flagrantes atos de gestão temerária, atos ilegítimos e antieconômicos, dos quais resultaram nesse prejuízo gigantesco, de quem foi a responsabilidade por negócio tão desastroso para a Petrobras?

Eu não indago da Presidente Foster. Eu não indago da empresa, do conjunto da empresa. Qual a avaliação hoje da empresa sobre responsabilidade?

Na sua opinião, a quem deve ser imputado o dever do ressarcimento pelo prejuízo causado? Porque o que a população exige é o ressarcimento em primeiro lugar. A responsabilização civil e criminal, sim, mas, acima de tudo, o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos que foram desviados.

Qual a sua avaliação sobre a declaração do representante do Ministério Público no TCU de que a Petrobras, não fosse pública, já teria quebrado, de que a Petrobras sofre com uma gestão e ingerência política desde 2005?

Não vou me referir à organização criminosa, também é uma expressão cunhada em outra área, em outro poder, porque V. S^a já fez referência a esse fato. E eu retomo a indagação do Deputado Onyx Lorenzoni relativamente ao tratamento fiscal dado pela Petrobras. Ele fez referência a uma *holding* de Madri que faz investimentos na Espanha e na Argentina e, segundo consta, os prejuízos são extraordinários.

A indagação que faço é: qual o tratamento dado pela Petrobras aos prejuízos havidos em operações no exterior? Tais prejuízos estão sendo abatidos do imposto que deveria ser pago aqui no Brasil.

Ou seja, estaria ocorrendo uma relação inversa, a que envolveu a maior parte das brigas da MP 627, enquanto as empresas privadas querem manter no exterior os seus lucros a Petrobras, ao contrário, internaliza os resultados porque são prejuízos monumentais. Assim, pagariam menos impostos aqui.

Se isso é verdade, qual o impacto fiscal sobre a arrecadação aqui no Brasil? A informação é a de que créditos tributários, no exterior, não registrados, chegam a 2,2 bilhões, ao final de 2013, decorrentes de prejuízos fiscais acumulados com operações de extração e refino nos Estados Unidos, que aumentaram desde 2012, e também na Espanha.

Essas são as indagações à Presidente Foster.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra a Presidente Graça Foster.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Ilustre Senador, sobre superfaturamento temos uma comissão aberta, na Petrobras, para avaliar processos, contratos, contratações, aditivos. Não há evidências, nas práticas até hoje implementadas e que antecederam essa comissão de avaliação, de superfaturamento.

Temos estado com o TCU demonstrando o valor de contratos, mudanças em contratos e nas obras decorrentes desses contratos aditivos. Há uma discussão de longa data, mas tenho certeza de que essa comissão, recentemente iniciada na Petrobras para olhar todos esses contratos, que nós vamos nos deparar com atos, com práticas, que precisam ser melhoradas, práticas que já estão sendo conduzidas de uma forma correta. Então, prefiro hoje dizer aqui que estamos avaliando os processos, mas que temos discutido intensamente com o TCU sobre superfaturamento ou não.

O acordo com a Venezuela, por que não aconteceu? O senhor passou, também, uma pergunta sobre... Era muito importante que tivesse acontecido esse acordo com a Venezuela, muito importante. Termos um sócio com experiência no petróleo venezuelano certamente teria dado a essa obra, a esse empreendimento, oportunidades de melhoria, de antecipar essa refinaria. Tenho certeza de que isso teria sido muito bom se tivesse acontecido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Presidente, fiz referência à causa. Segundo Hugo Chávez esse contrato não ocorreu porque a obra estava exageradamente superfaturada.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Senador, ele tinha... O plano, os planos eram que começássemos todos juntos, no primeiro minuto. Então, era muito bom se tivéssemos começado, todos nós.

A PDVSA é uma empresa que tem uma longa história, de anos. Desde que eu comecei na Petrobras que a gente admira a PDVSA. Durante muito tempo, tivemos bons contatos técnicos com a PDVSA. Então, seria muito bom que tivéssemos começado juntos. O fato é que nós saímos na condução da obra e a PDVSA não veio, não veio.

No ano passado, em 2013, num determinado momento, eles colocaram para nós que viriam com uma participação muito menor. Parte dessa participação viria em petróleo e derivados e, depois, a outra parte em recursos, em dinheiro, mas teríamos de discutir o fluxo de caixa. Eu disse assim: chega, parou, não tem mais, não queremos mais. Não é possível.

Então, fizemos a... Para diminuir, encurtar esses processos todos, Senador, nós incorporamos a PDVSA para diminuir essas linhas todas de um processo que acabam existindo quando você tem uma empresa no meio. Então, como eu disse, este País tem as melhores reservas provadas de petróleo do mundo. Dentro das boas práticas da gestão, dentro das boas práticas econômicas, tenho certeza de que nós vamos fazer ainda bons negócios com a Venezuela e com a PDVSA, tenho certeza disso, mas começando no primeiro dia, na primeira hora. Esse é um ponto importante.

Pasadena. A gente quando fala do recurso que colocamos em Pasadena, US\$1,25 bilhão mais os bem lembrados US\$650 milhões que o senhor colocou... A primeira parte para a aquisição e, depois, esse recurso para a *trade inclusive*, para refinaria, e depois para manutenção, não é?

Então, lembro também aqui, eu mostrei no *slide*, está disponível, que em Bahía Blanca a gente precisa colocar é um bilhão, para poder botar aquela refinaria para 30 mil barris em pé, funcionando bem, num mercado muito menor.

Essa unidade sucateada, não há essa declaração, Senador, dos técnicos que emitiram parecer. Não há essa declaração. E nós estamos melhorando, sim, lá em Pasadena. O resumo executivo...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Mas, Presidente, se não tivesse sucateada não seriam necessários esses investimentos de mais de US\$600 milhões.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Mas estava... Eu não chamo, Senador, de sucateada. Nos pareceres, nas diligências que foram feitas, os técnicos colocavam que ela precisaria de investimento. Ela precisava e a gente colocou esses investimentos. Colocamos, mas a gente precisava fazer o *revamp* para 100 mil barris, é importante.

E também, Senador, é muito importante esses dados que eu coloquei. A primeira vez que eu tive a oportunidade de encontrar o senhor no Senado eu não tinha colocado ainda os dados dos analistas, que, com as informações daqueles 50% iniciais, naquele momento da economia mundial, de uns Estados Unidos e as margens altas, os analistas entenderam, e eles são muito críticos, eles entenderam que era um bom negócio naquela época. As duas páginas do resumo executivo é uma prática que ela começou em 1999, porque não tem como o Conselho de Administração receber o volume de documentos que a Diretoria recebe.

Então a confiança é muito importante, bastante importante, nas falas, nas apresentações...

As responsabilidades e ressarcimentos. Muita coisa mudou no entorno de Pasadena. A gente não fez o *revamp*. A gente perdeu as margens. Então o projeto é outro. Não se completou esse projeto. Então eu não sei se nós chegaremos a esse ponto de ressarcimento. Eu não sei. A gente precisa avançar um pouco mais.

Foi colocado pelo senhor também que houve um comentário do TCU, Ministério Público, de que a Petrobras teria quebrado. A Petrobras está muito longe disso, Senador. Muito longe disso, muito... Nós estamos numa fase de muitos investimentos, mas, creia o senhor, a nossa produção está aumentando. Nós estamos fazendo, Senador, de 2007 para cá, 480 mil barris de petróleo por dia só no pré-sal. A gente já passou... No que a Petrobras opera, a produção da Petrobras, a operação da Petrobras, eu posso estar errada aqui no número, que eu peguei hoje, está aqui no meio desses papéis todos, mas nós estamos produzindo 2,15 milhões de barris de petróleo por dia. Nós estamos aumentando a produção. Nós botamos nove unidades de produção. Nós atrasamos unidades construídas no Brasil, atrasamos unidades feitas lá fora, mas nós estamos crescendo a produção. O pré-sal, em seis anos, estamos fazendo muito perto de 500 mil barris por dia. Então esse refino na RNEST é muito importante para a receita, muito, muito, muito importante. São 230 mil barris. Só de *diesel* vai dar 165 mil barris, que é o que a gente importa hoje. Então nós estamos muito longe disso. Muito longe.

E com relação a essa parte final que o senhor colocou, eu, para responder o senhor, do jeito que o senhor merece, eu teria que ler, compreender melhor para poder responder ao senhor corretamente, mas nós temos os auditores da Price, não basta o que eu vou responder ao senhor, mas os auditores nossos, os auditores da Petrobras olham a Petrobras no Brasil, no mundo inteiro, e eles nos auditam e eles assinam o nosso balanço.

Então, nós não temos espaço para fazer qualquer prática contábil que eles não assinem em baixo, não é? Não tem ressalva, mas eu confesso ao senhor que eu precisaria ler um pouco mais para poder responder ao senhor na hora que o senhor quiser, por escrito, do jeito que for.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Presidente, não vou utilizar o horário da liderança todo, mas apenas, preservando inclusive a figura da Presidente da Petrobras, eu quero manifestar o meu inconformismo em relação à postura do Governo de leniência, de complacência diante das denúncias de corrupção.

No caso da Petrobras, superfaturamento e outros desvios que consubstanciaram 19 representações que foram olímpicamente ignoradas pelo Governo, mesmo antes que Graça Foster assumisse a Presidência da Petrobras.

Quando se discute superfaturamento, há um jogo, uma queda de braço entre Petrobras e Tribunal de Contas. Eu fico curioso para saber por que o Governo não adota outros instrumentos para aferir quem está com a verdade, se é o Tribunal de Contas ou se é a Petrobras. Há superfaturamento ou não há superfaturamento?

Os técnicos que nos assessoraram naquela CPI da Petrobras fizeram comparativos de preços e constataram um monumental superfaturamento na Usina Abreu e Lima. Portanto, eu não me conformo. Não há como aceitar essa posição do Governo de cumplicidade.

Quando falam em crime de responsabilidade, quem vai responder pelos desvios dos recursos efetutados, no caso de Pasadena e outros, é porque essa é uma exigência da sociedade. É visível que quem presidiu o Conselho de Administração cometeu um ato de descuido, para não ir além, de irresponsabilidade, de impropriedade administrativa, e isso causou um enorme prejuízo ao País.

Então, alguém tem que responder pelos prejuízos causados, e, neste caso, é visível que foi o Conselho de Administração. Quem presidia esse Conselho tem responsabilidade maior, sem prejuízo da responsabilidade dos demais integrantes desse Conselho.

Se esta CPI chegar a algum lugar, ela terá que apontar aqueles que responderão pelo crime de... que serão responsabilizados civil e criminalmente, e aqueles que serão responsáveis pelo ressarcimento aos cofres públicos em razão do prejuízo que causaram ao País.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Presidente, só uma pequena consideração.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Esse seria o objetivo final de uma CPI como esta.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Eu preciso chamar atenção, Presidente, porque foi rígida, aqui, a discussão hoje.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Gostaria de, neste momento, passar a palavra ao Deputado Sibá Machado. Eu pergunto a V. Exª...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Eu preciso, aqui... Estou pedindo a consideração.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu vou dar a consideração, mas lhe pergunto: o senhor vai usar dez minutos ou cinco minutos?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Eu estou falando, aqui, como Líder. Quem vai falar nesta posição é o Deputado Afonso Florence.

Eu estou pedindo a palavra como Líder, mas um minuto que estou pedindo a V. Exª...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu só queria um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Esclarecimento. Pois não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu, também, sou autor, mas foi escolhido, de cada um dos requerimentos, um para falar como autor. Eu sou coautor, junto com outros.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Está resolvido. Sem problemas.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Se valer essa tese, vale para todos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Eu estou pedindo a palavra como Líder.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Primeiro ponto.

Como segundo ponto eu queria uma constatação:

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sim. Então, peça a palavra. Ele já disse...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – ... quem é Líder e quem foi indicado para estar, aqui, como Líder, e se tem o documento oficial. É a pergunta que faço a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Porque eu afirmar, aqui, que falo como Líder... Cadê a indicação do meu Líder? Essa é a pergunta que faço.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sr. Presidente, eu só espero que...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho. Vou responder.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Eu só espero que a gente não vá, no final da reunião, tumultuar.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho, Sibá.

Deputado Sibá Machado, V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos ou por dez minutos.

O senhor é o autor, primeiro signatário, e a Mesa me informa que não há essa opção de o senhor trocar ou retirar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – V. Ex^a é que tem que fazer as indagações.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Eu estou pedindo a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho. Eu vou ver, agora, a questão do requerimento.

O senhor tem, então, como Líder, cinco minutos, logo após a... O senhor fala, agora, e o senhor fala depois. O senhor fala duas vezes.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu entendi, Sr. Presidente. Só por uma segurança de todos nós, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu quero saber qual o... Se houver o documento, morreu o assunto. Qual o documento que o indica como Líder na data de hoje?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não. Vice-líder é uma coisa. Líder é outra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não. Qualquer Vice-Líder, não. Só o primeiro Vice-Líder.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Ele é o primeiro Vice-Líder?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Ele é o primeiro Vice-Líder.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sibá é o primeiro Vice-Líder?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Nós não queremos cercear a palavra de ninguém.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não, nem eu. Eu só estou querendo saber. Só quero o documento.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Ele é o primeiro Vice-Líder...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Você decidiu?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – ...e eu sou o requerente. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor. É bom...

Não há nenhuma dificuldade. Nós levamos esta audiência com um excelente nível. Todas as perguntas estão sendo esclarecidas. A Presidente está respondendo a todos, não está deixando dúvida.

Então, é muito bom que a gente continue com este bom nível.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Eu só quero chamar atenção, Presidente, porque no início dos trabalhos... Aqui eu estou pedindo a palavra ainda para o esclarecimento que eu pedi para V. Ex^a. É só uma questão de procedimento. Foi feita uma reunião aqui, no começo, muito dura e ficou dito que nós teríamos um tempo que não ultrapassaria porque até...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu deixei, foi eu que deixei o Senador Alvaro Dias ultrapassar quatro minutos. Eu estou bem a par disso, Deputado. Agora, V. Ex^a, Deputado Sibá, por causa

desse interferência de V. Exª criou-se uma confusão desnecessária, mas não tem problema nenhum. Vamos continuar num bom nível.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Não, mas eu não posso deixar de fazer reclamação, Presidente, porque aqui estava tranquilo. E se não estivesse, então? Então, eu só estou chamando atenção porque tem uma regra. A regra tem que ser seguida. É só isso que estou pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – E vai ser seguida, sim, senhor. V. Exª...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Então, eu estou pedindo a palavra como Líder do PT. Pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Mas o senhor fala agora e depois... O senhor agora está inscrito no requerimento. O senhor escolhe: cinco minutos ou dez minutos. Só o senhor pode, não tem essa opção da troca de Parlamentares, conforme a Mesa me orientou. E, logo depois que o senhor fizer suas indagações, o senhor pode falar mais cinco minutos como Líder.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Eu estou como requerente também.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem, mas é só um requerente. É só um requerente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – É só um requerente. É isso que eu estou querendo dizer, Deputado Afonso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não, não é possível fazerem essa troca aqui, da oportunidade e conveniência de cada um aqui, não. Não. Tem regra, o Regimento tem regra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, Presidente, teve Parlamentar de oposição que falou o dobro do tempo. Estão tentando cercear o direito de um requerente falar...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não quero cercear absolutamente nada. O Sibá pode falar como requerente e pode... É o primeiro signatário.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um “minutinho”. Deputado, só um “segundinho”, só um “segundinho”. Nós temos Regimento para isso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Considera-se autor da proposição o seu primeiro signatário, quando a Constituição ou este Regimento não exigem para sua apresentação número determinado de subscritores. Não se considerando, nesse último caso, a assinatura de apoio.

Então, quem fala pelo requerimento é o Deputado Sibá Machado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – V. Exª tem a palavra. Por cinco ou por dez minutos?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Cinco. Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Cinco minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Mas ele é membro. Ele é membro. Sr. Presidente, vamos seguir então. Não é esse o nosso assunto aqui hoje. Agradeço V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Dentro da rigidez que V. Exª me cobrou.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, em 1946 nasce o marco legal do monopólio do petróleo no Brasil, assinado por três Deputados – Bilac Pinto, Artur Bernardes e Euzébio Rocha –, que cria, na Constituição de 1946, que o petróleo é brasileiro.

Em 1953: a criação da Petrobras. E não faltaram aqui interesses internacionais para que essa emenda não fosse aprovada.

Em 1961: o Presidente da República, Jânio Quadros, disse que a Petrobras estava falida, criando uma onda de terror inclusive em desatenção ao presidente da Petrobras, que era um General de Exército da época.

Em 1968: o primeiro poço. Guiricema, em Sergipe. Primeiro poço no mar.

De 1974 a 1979: as portas do inferno. A crise mundial do petróleo. O barril sai de U\$12 para U\$38, o que deixou a empresa em difíceis condições.

Em 1995: a PEC oferecida, na época, pelo governo para quebrar o monopólio da Petrobras. E, em 1997, a Lei 9.478, que cria a regulamentação da PEC.

Em 2005: o pré-sal.

Em 2020: a 4,5 milhões de barris de petróleo/dia a empresa deve chegar.

Então, é muito bom ver inclusive a emoção da nossa Presidente porque eu vi ela contando uma vez a história dela na entrada da empresa. Foi o primeiro emprego. Entrou como uma garota de 17 anos, como aprendiz. E, hoje, preside a maior empresa do nosso País.

Então, falar de seriedade... Estamos diante de uma pessoa que entregou a vida a uma empresa. Então, a gente às vezes se preocupa aqui, no afã da tal da investigação – e eu não estou dizendo aqui para botar panos quentes sobre o nome de ninguém –, mas também nós sabemos dos graves interesses internacionais sobre uma maior riqueza do nosso País e sobre essa empresa desde que se discutiu o petróleo no Brasil, em 1946.

Então, Sr. Presidente, eu queria saber da nossa Presidenta, em primeiro lugar: de tudo que já foi dito, se podia repetir quais foram os principais negócios da Petrobras fora do Brasil. Quais foram os principais negócios da Petrobras fora do Brasil? O grau de sucesso de cada um deles. E como está a previsão para o novo planejamento estratégico da empresa? O que está pensado de novos investimentos para até o ano de 2020?

E, também, nos termos de outras saídas para outros combustíveis. O mundo chama tanto atenção para energias mais limpas, portanto, como anda a Petrobras em relação a combustíveis renováveis? Até que ponto está agora com o anúncio que a Presidenta Dilma está fazendo de elevar, nos próximos períodos para o B 10 do biodiesel brasileiro.

Como está a participação de fornecedores brasileiros para negócios com a Petrobras? Não só naquele cálculo dos chamados insumos de apelo nacional, fornecimento de um modo geral, se além de grandes empresas com grande *know-how*, se estamos estendendo isso a outras possibilidades, micro, pequena e média empresa no Brasil.

Qual o número de funcionários hoje da empresa? É verdade que, no pior momento da Petrobras, a própria categoria de profissionais abraçou a Petrobras, como se abraça a bandeira do Brasil, para salvar a empresa como empresa nacional.

Por fim, Srª Presidente, meus parabéns por cuidar tão bem da Petrobras. Duvido que todos deste Congresso Nacional tenham de fato a vontade...

(Soa a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – ...de abraçá-la, como é dito em muitos microfones, como empresa nacional, defesa de patrimônio brasileiro. Há no nosso entendimento, em algum momento, que a discussão é feita para o esvaziamento da Petrobras. Fiz no início desta CPI uma discussão que me chama muito atenção. Em algum momento, ela foi tentada a ser vendida sim e chegou a ser anunciada como empresa multinacional, perdendo o Bras de Brasil para o Brax não sei de quê.

Como tal é a indagação que faço a V. Sª e parabeno já por ter vindo a esta CPI e ter prestado todos os esclarecimentos que os parlamentares fizeram aqui. Ficaremos o tempo que for necessário, porque está sendo esclarecedora a vinda de V. Exª a esta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Com a palavra a Srª Presidente.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Ilustre Deputado Sibá Machado, prazer vê-lo e poder conversar com o senhor mais uma vez nesse depoimento aqui na Comissão.

Temos muitos bons negócios feitos pela Petrobras fora do Brasil. Temos bons negócios. Temos tido um resultado muito bom no Golfo do México, atuação da área internacional, um trabalho iniciado há oito anos atrás; temos aumentado nossa produção nos Estados Unidos, modesta produção, mas com sinalização positiva. Na África, temos uma expectativa muito boa, também na área internacional. Indo um pouco lá atrás, o gasoduto Bolívia-Brasil, essa decisão de investir na Bolívia em exploração e produção, temos uma grande produção de gás na Bolívia com resultados positivos, na Argentina. Então, essa questão toda de Pasadena procede pelo fato, Sr. Deputado, de que várias premissas se alteraram, mas não se alteraram apenas para Pasadena.

Em geral, os resultados hoje, se olharmos tudo o que fizemos fora do Brasil em refino, o resultado não é alvissareiro, mas não é de Pasadena. As refinarias em geral não traduziram para Petrobras os ganhos que a Petrobras gostaria de ter tido na época que tomou a decisão de investir nessas refinarias.

O gasoduto Bolívia-Brasil é uma decisão importante de governos anteriores, porque são mais de 50 anos de trabalho com Bolívia para montar todos aqueles contratos. Terminamos a construção do Gasbol – eu trabalhei na construção do Gasbol anos atrás – e depois tive oportunidade, como diretora de gás e energia, de colocar todas as estações de compressão no gasoduto, isso em 2005, 2006 e 2007, até 2010, para que trouxéssemos os 31 milhões de metros cúbicos de gás da Bolívia. Então, é uma obra de 20 anos e os resultados foram bastante promissores.

De fato, tenho uma relação quase que pessoal com o biodiesel, porque quando fui Secretária de Petróleo e Gás – e tenho orgulho de dizer – ajudei muitos Parlamentares a introduzirem a medida provisória para

colocação do biodiesel. Tenho esse apego pessoal com o biodiesel, apesar de estar brigando pelo diesel de petróleo, tenho minha relação com biodiesel, com etanol.

Então, de fato, nós vamos subir agora para 7%, foi uma decisão do Governo, evidente, e o Brasil já é o terceiro maior produtor de biodiesel, no mundo – daqui a pouco a gente chega a segundo. Então também é um projeto importante, que contou com vários Parlamentares, com apoio e dedicação muito forte dos senhores.

Conteúdo local. Essa é uma política do Governo, e a Petrobras, como uma empresa controlada pelo Governo, nós temos o conteúdo local como uma aprovação, Deputado, do Conselho de Administração da Petrobras. Não tem como eu ser rebelde e não cumprir o conteúdo local porque eu não estou seguindo uma orientação do Conselho.

Na gestão do Presidente Gabrielli, em dezembro de 2011, foi aprovada, na diretoria, a política de conteúdo local, foi levada, na minha gestão, para o Conselho de Administração, que aprovou a política de conteúdo local, e nós temos que cumpri-la. Evidente que existem flexibilidades, e a gente trabalha essas flexibilidades com o Ministério de Minas e Energia, com a Agência Nacional de Petróleo. Mas nós temos, por exemplo, a retomada da indústria naval e *offshore*, nos últimos dez anos, e ela está contratada, Deputado, para até 2022, a Petrobras já contratou essa indústria naval. Não fizemos 100% do contrato ainda, mas estamos muito próximos disso.

Então, é, realmente, um grande trabalho feito pela Petrobras, pelos fornecedores, a Petrobras não faz sozinha, a Petrobras tem a demanda e os contratos, quem faz é a indústria de bens e serviços do Brasil com as parcerias que vêm de outros países para cá. Não se vai ficar inventando a roda! Então, essas empresas têm os seus estaleiros aqui, as empresas chinesas, coreanas, empregam brasileiros.

A Petrobras, o corpo técnico da Petrobras é valente, é valente. A gente está resistindo a tudo isso que está acontecendo, bravamente, difícil, muito difícil a gente entrar em ambientes – sabe? –, fragilizado, é muito ruim tudo isso. Mas nós somos valentes, nós temos coragem, nós temos uma resistência bastante grande. E mais uma vez a valentia está aqui, para brigarmos pela nossa empresa, porque nós vamos passar por isso, essa turbulência vai passar, eu tenho certeza de que vai, porque nós somos as mesmas pessoas, os mesmos empregados.

É isso, Deputado. Nós estamos resistindo, firmes e fortes. Nós temos projetos muito bons acontecendo. Não é um planejamento. Os projetos de aumento da produção já estão acontecendo, já estão.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Obrigado.

Gostaria de perguntar e informar que os membros, os autores de requerimentos, a ordem foi encerrada; agora, nós vamos passar, a seguir, aos membros titulares, suplentes, e aos não membros.

Como primeiro membro titular inscrito, passo a palavra ao nobre Deputado Carlos Sampaio.

V. Ex^a, da mesma forma que os outros, pode escolher o sistema dos cinco ou dez.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Dez.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Dez minutos então para o nobre Deputado Carlos Sampaio.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, inicialmente, faço o registro de que conheci há pouco tempo a Presidente da Petrobras, por conta da sua atividade como Presidente, mas, tenho para mim que se trata de um pessoa correta, séria, preocupada com a Petrobras, preocupada em desenvolver um projeto que esteja à altura dessa empresa e, portanto, a senhora tem não só o meu respeito como eu tenho a convicção de que talvez se V. S^a estivesse lá desde o início desse Governo do PT, nós não teríamos hoje esta CPI.

Feito esse registro, quero dizer a V. S^a que percebo em determinadas ocasiões, até por V. S^a ser uma pessoa de bem, um certo constrangimento – e me permita dizer – ao defender o indefensável.

Eu vou dar alguns exemplos de coisas que me causam constrangimento, para eu saber se também causam constrangimento a V. S^a, até como cidadã, não só como Presidente, sem nenhum juízo de valor sobre aqueles que se envolveram no episódio.

Diz a Presidente Dilma, em 2008, que o Cerveró tinha, na verdade, omitido duas cláusulas importantíssimas. Consequência, o Conselho demite.

Eu imagino que o Conselho não viva o cotidiano da Petrobras, quem vive são os diretores.

Então a Presidente decide, com mão firme, demitir, demitir porque não gostou de não ter uma informação que causou prejuízo de milhões à época, bilhão hoje.

Demite e faz contar na ata “os agradecimentos pelos relevantes serviços prestados à companhia, ressaltada a sua competência técnica e o elevado grau de profissionalismo e dedicação demonstrados no exercício do cargo”. Fecho aspas. É frase do Conselho, que reconheceu um erro que causou um prejuízo brutal.

Então, não se demite, não se suspende. Daí V. S^a, por equívoco, usou o termo de que ele foi rebaixado. Eu diria que isso se deu por equívoco, porque tirar da diretoria quem causou um prejuízo brutal à Petrobras para

colocá-lo na diretoria financeira da BR Distribuidora só pode ser uma brincadeira de mau gosto. É a Presidente Dilma e o Conselho dizendo para o Brasil o seguinte: “Olha, aqui, você nos deu um prejuízo de US\$1 bilhão. Nós não admitimos isso. Por essa razão, você, a partir de agora, é o diretor financeiro da BR Distribuidora.” Isso só pode ser brincadeira de mau gosto.

Não sei se isso faz mal só a mim ou se isso faz mal a qualquer brasileiro e a qualquer cidadão de bem, mas faço esse registro para saber se V. S^a também se indignou com essa ata em que constaram os relevantes serviços e o rebaixamento para o cargo de diretor financeiro. “Você não sabe o prejuízo que você gerou ao País”, disse a Presidente Dilma, penso eu, na cabeça dela ao exonerá-lo. Faz um voto de congratulações a ele e o remete para a diretoria financeira da BR Distribuidora.

Devo estar louco. Talvez, seja a minha formação, como dizem alguns, meio careta como promotor de Justiça. Mas eu nunca vi alguém ser rebaixado para o cargo de diretor financeiro de outra empresa pública. Não é empresa privada, é pública. É dinheiro público que está em jogo!

Faço a segunda colocação a V. S^a: nesses 32 anos de Petrobras, eu, desde 2009, aqui, no Congresso, ouço falar de histórias do Sr. Paulo Roberto Costa. Nunca fui à Petrobras, nunca visitei a Petrobras. É o que ouço nos corredores. V. S^a, em 32 anos, nunca ouviu falar absolutamente nada ali dentro sobre as vinculações escusas, promíscuas e de quinta categoria do Sr. Paulo Roberto Costa?

V. S^a é uma administradora, uma gestora eficiente e zelosa. Penso que, quando assumiu a Presidência, teve como ato primeiro demiti-lo. Aconteceu. Vamos colocar os pingos nos is: é mérito de V. S^a. Entrou para a Presidência da Petrobras e o demitiu. Demitiu, obviamente, alguém sobre o qual V. S^a ou outros deveriam ter as mais absolutas informações de que alguma coisa existia.

Há o fato de ele ter sido preso de novo hoje com US\$28 milhões no exterior. Assusta-me uma gestora zelosa não saber de absolutamente nada e só ter conhecimento disso no dia em que a Polícia Federal invade a Petrobras. Isso não é possível. Eu tentava aqui, com meus botões, proteger a Petrobras, fazendo conexões. Eu não tenho prova, eu não tenho conhecimento, eu não trabalho na Petrobras. E V. S^a nos disse que nunca ouviu dizer isso. Confesso que esse foi um ponto negativo, em minha opinião, na sua fala. Repito: em minha opinião, V. S^a é uma das pessoas sérias que passaram pela Petrobras.

Quanto à questão do estudo de viabilidade econômica e financeira, apenas eu queria que fosse corrigido ou justificado um erro. Não foi em 2007, como V. S^a afirmou aqui, que o estudo foi concluído. Ele foi concluído em 2010. V. S^a diz: “Quando começamos, já havia um estudo de viabilidade completo, adequado.” Isso não se deu em 2007, mas em 2010. É evidente que não considero isso qualquer tipo de falseamento da verdade. Tenho para mim que pode ter sido um equívoco, e isso é justificável, pois a questão não era, digamos assim, da diretoria diretamente ligada a V. S^a. Não há problema algum.

Com relação à justificativa – aí confesso que percebi certo constrangimento – de que, no caso de Pasadena, era de 100 mil o *revamp*, mas que, para gerar discórdia com a Astra, o pessoal da Petrobras fez uma análise e achou que o montante de 200 mil era até melhor, vou dizer à senhora, sem conhecimento nenhum: acho que o montante de 300 mil é melhor ainda e que o de 500 mil, então, é um absurdo de bom! O que tem a ver isso com o contrato jurídico celebrado? Lá dizia “até 100 mil”. Como pode alguém gerar um prejuízo para a Petrobras de US\$1 bilhão, dizendo “olha, tenho para mim que, com 200 mil, é melhor”? Ah, então, vai para a Justiça. Perde US\$1 bilhão, porque o montante de 200 mil é melhor. É tão óbvio que o montante de 200 mil é melhor, e o de 300 mil também o é. Então, assustou-me este argumento: “Fomos para uma demanda judicial, porque os 100 mil previstos no contrato eram piores do que 200 mil.” Isso me parece o óbvio ululante.

Terceiro, há outro ponto: BTG. Com relação ao BTG, faço uma ponderação a V. S^a, que, de fato, não sei se tem conhecimento.

O banco BTG, menos de oito meses após concretizar a compra de 50% das operações da Petrobras – menos de oito meses – na África, começou a recuperar o capital investido e distribuiu, naquele ano, 150 milhões em lucros aos seus acionistas. Foi o melhor negócio da China! Tudo que tinha de bom lá foi vendido para ele por um valor bem menor do que o outro ofertava.

Custo a crer que tenha valido a pena, mesmo buscando uma parceria, como V. S^a disse aqui hoje: “Queríamos um sócio, queríamos...” Me perdoe. Algo estimado em seis, entregue por um e meio, a metade, sendo que a expectativa era muito maior, e o BTG conseguiu, em oito meses, recuperar o gasto feito? Parece-me que houve erro, mas, mais uma vez, V. S^a não tem culpa de absolutamente nada disso. E falo sem nenhuma ironia, porque não era da sua Pasta.

Eu quero saber o seu entendimento, na verdade, Presidente, quanto à minha indignação, para que eu não leve para casa ou passe para o Brasil que a indignação é só minha, e não é dos brasileiros.

V. S^a, quando aqui expõe a sua emoção, é lógico que nos comove a todos. Ela é sincera, ainda mais de uma mulher, quer dizer, fica ainda mais sincero. Mas tendo também a ter um carinho especial pelo choro de

milhões de brasileiros que perderam dinheiro e muitas vezes tudo o que tinham para investir em ações da Petrobras. Esse choro me comove tanto quanto. Por isso faço estas colocações sobre a minha indignação.

Com relação ao Presidente Lula, quando V. S^a disse: “O Presidente, quando falou 2,5%, ele não sabe de nada. Quem passa para ele a informação são os diretores da Petrobras.” Está corretíssimo. O Presidente só tem uma culpa, que se chama, em Latim, *culpa in eligendo*, que foi ao eleger o Presidente. Aquele Presidente que o informou mal fez mal para o País porque o Brasil o escolheu mal, e quem escolhe é o Presidente da República.

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Portanto, a responsabilidade existe, sim. Faço apenas um comentário. Nem queria ouvi-la sobre isso, porque também não quero causar nenhum tipo de constrangimento.

Por fim, dizer que a PDVSA não veio no primeiro minuto, pergunto a V. S^a: se houvesse um contrato à altura da Petrobras e do Brasil, a senhora acha mesmo que um país sócio poderia não ter vindo desde o primeiro momento? Se não veio, é porque tinha abertura contratual; se não veio e não teve ônus, é porque o contrato foi mal redigido. Se nós tivermos que adquirir, e o Presidente Lula anunciou por 2,5, em que pese primeira, segunda ou terceira fase, não entendo. Eu só tenho uma compreensão: a segurança jurídica é tudo num negócio. A empresa PDVSA poder não participar desde o primeiro minuto, outra coisa que me assusta. Realmente, eu não entendo como é que não havia contrato assegurando, como fez a Astra, que o Brasil não fosse perder dinheiro por uma idiossincrasia qualquer do Presidente Hugo Chávez, dizendo: “Não queremos participar mais. Agora estou fora.” Qual é a consequência? Nenhuma? É mais um ponto que me indignou, e eu queria muito ouvi-la sobre isso.

Finalizo apenas registrando mais uma vez o meu respeito a V. S^a e reiterando: se V. S^a estivesse na Presidência da Petrobras desde o início do Governo do PT, eu tenho a mais absoluta convicção de que não existiria esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Passo a palavra à Sr^a Presidente da Petrobras, Graça Foster.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Deputado Carlos Sampaio, obrigada pelas palavras que me honram. O que nós queremos sempre é que a diretoria toda da Petrobras, a empresa, conte sempre com o seu respeito.

Com relação ao Paulo Roberto Costa, quando fui indicada a Presidente da Petrobras – fui aprovada pelo Conselho de Administração –, era necessário que se fizessem mudanças na Diretoria da Petrobras, e eu indiquei nomes para substituir alguns dos diretores que já estavam na Petrobras há algum tempo.

Alguns haviam manifestado interesse em sair, porque já estavam há bastante tempo na companhia. Sugeri nomes ao Presidente do Conselho, que colocou em votação, e temos a diretoria que já está há dois anos e três meses lutando comigo, e eu lutando com eles, dentro da Petrobras. Então, uma diretoria que está sob a minha responsabilidade. É algo assim que... São nomes de pessoas que eu quis trabalhar com eles, não é? Esse é um ponto importante de tudo isso.

Eu acho que, como cidadã, tudo que está acontecendo hoje, essas revelações todas que os senhores colocam aí, hoje, essa atualização em relação ao ex-diretor, eu não tenho elementos para dizer nada além do que eu disse, a não ser do meu constrangimento com tudo isso. Então, eu tenho, hoje, trabalhando na Petrobras, pessoas na diretoria, porque eu entendi que era importante realmente que a gente ajustasse o perfil da companhia para aquele momento. E são as pessoas que eu tenho, que estão na luta comigo.

A título de esclarecimento, não sei se é isso que o senhor está caracterizando como eu ter cometido um equívoco. Pode ser, pela forma como eu comuniquei. Nós temos na Petrobras quatro fases de projeto. Não é só na Petrobras. Esse é o modelo que as grandes companhias usam, da fase um, fase dois, três, quatro. Em cada fase, a gente tem um estudo de viabilidade técnica e econômica. Tem um valor presente líquido para cada fase. Então, quando o senhor fala que a Fase 3 foi aprovada em 2010, é porque a fase anterior, a 2, e a um também tiveram essa passagem de portão, que a gente chama. Então, na Fase 1, tivemos um valor presente líquido, um estudo de viabilidade técnica e econômica feito. Na fase dois... E isso vai mudando.

E o que aconteceu, por exemplo, quando chegou na fase três da Refinaria Abreu e Lima? A gente se deparou com a realidade dos fatos e do óleo que a gente tinha para processar, das características do nosso petróleo e a característica do petróleo venezuelano, sintético, e vimos que o arranjo de refino era um outro arranjo de refino. E nós tivemos que fazer mudanças, simplificações, que foram feitas pelo abastecimento e pela engenharia, para que a gente tivesse a aprovação da Fase 3. Então, de fato, a cada momento... E depois que termina tudo isso, todos os projetos, em algum momento, nós fazemos o pós-EVTE. Depois de tudo pronto, as receitas... E fazemos, sistematicamente, todo ano, isso é uma imposição pelos auditores, o Teste de Impairment, para a gente ver se a gente vai ter que dar baixa contábil nos ativos que já foram construídos e nos que estão

em construção, a depender da relevância. Então, essa não é a vontade da Petrobras, fazer ou não, os auditores impõem que nós façamos.

E mais uma vez, essa análise do parque de refino, como a Petrobras tem 100% do refino, a gente, com o RNEST, mesmo nesse investimento mais alto, dá um resultado da margem de refino positivo para a gente. Então, a gente passa por esses portões.

Eu não sei se foi exatamente nisso que eu criei essa confusão aqui, mas o que eu estou dizendo é que cada fase tem uma mudança, tem um estudo de viabilidade técnica e econômica. De fato, ilustre Deputado, o verdadeiro EVTE, aquele que você faz lá, aquele pós-EVTE que você faz lá na ponta, não é?

Então... Depois o senhor falou também algo muito importante, que é a questão dos 100 mil, porque... Ou 200 mil, ou 300 mil, 400 mil. Eu nunca vi nenhuma análise de mais do que 200 mil. Mas, também, se o senhor me permite colaborar, não é assim linear. Porque tem um mercado, você começa a perder margem também. Se você faz mais *revamp*, você precisa de mais espaço, aquela unidade não comporta uma expansão maior ainda. Então, tem restrições das unidades de processo que definem o que pode ser feito. Mas o fato é que o que foi apresentado à diretoria da Petrobras foi realmente de 200 mil barris por dia, que seria um resultado melhor para a Petrobras.

E esse é um ponto. O acertado – e eu não sei em que contrato, eu não tenho aqui agora na minha memória –, eu sei que havia uma obrigação de que a Astra e a Petrobras fizessem o projeto básico dos 100 mil barris. Era isso que estava lá. E o tempo todo ele poderia ser questionado, porque, se não desse um resultado positivo... Por exemplo, quando se comprou Okinawa, também se previa fazer um *revamp* lá, e a Sumitomo, que era a nossa sócia, que ficou ainda com 12,5%, tinha o direito de sair, olhando todo ano o resultado, o estudo de viabilidade técnica econômica do *revamp*. E ela chegou e disse: “Olha, eu estou saindo e tal.” Então, essa foi uma cláusula diferente dessa Put Option aí, mas é isso. Então, há um limite, Deputado, para esse *revamp*.

Com relação à questão do contrato, nós não tivemos um contrato efetivo com Pasadena – com Pasadena, não, desculpa –, com a Venezuela, com a PDVSA. Não houve. Houve acordos, postergações, discussões; senta, conversa, e isso foi, foi, foi, foi... E um fato é inexorável: a Petrobras precisava de mais refino no Brasil, e precisa. Então, nós tínhamos que fazer refinaria e o melhor local era Pernambuco, isso aí é um fato. Tínhamos que fazer a refinaria, o melhor local era Pernambuco, a refinaria no Nordeste, e poderia ter saído a um custo menor se nós estivéssemos sozinhos. Mas, naquele momento, também era importante porque... Logo depois veio a descoberta do pré-sal e demandando investimentos absurdos no Brasil. Então, um sócio entrando com 40%... E é um fato. Eu me lembro muito bem da PDVSA, do talento da PDVSA; não era um sócio que não fosse competente. Desde que eu entrei na Petrobras que eu tenho essa admiração pela PDVSA, pelo centro de pesquisas deles, Intevep. Então, é isso. Esse é o ponto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Quanto ao Cerveró e ao BTG?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Quanto ao ex-diretor Cerveró, eu coloquei a palavra “rebaixado”. Eu acho que foi indevido da minha parte, porque, é lógico, por exemplo, um diretor da Petrobras está no mesmo nível do presidente da BR Distribuidora, então... Agora, foi uma palavra completamente fora... Ela foi indevida, não por causa do Cerveró, no meu entendimento. Ela foi indevida porque eu conheço muito bem a BR Distribuidora; eu fui presidente da BR. E eu conheço muito bem a importância da diretoria financeira e a força de trabalho da BR. Foi uma palavra completamente infeliz que eu coloquei, não por conta de quem estava saindo ou de quem estava entrando, mas pela importância que tem a BR e pela importância das pessoas. Eu acho que isso é realmente...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – E ele estava à altura do cargo de diretor financeiro depois do erro que cometeu?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Aí vem uma avaliação minha. Eu tive poucas oportunidades de trabalhar com o diretor Nestor, mas do que eu vi o Nestor fazer – e eu citei aqui realizações muito boas que ele teve nos Estados Unidos... Esse Cascade e Chinook foi todo trabalho que eles fizeram lá. Ele teve uma gerência... Ele atuou muito bem na Bolívia. Então, eu não estou aqui para... Eu acho que a palavra que eu usei foi muito ruim: “rebaixado”. Eu acho que foi ruim não em relação a ele, mas em relação à empresa. Mas ele tem boas histórias. Ele tem boas histórias na Petrobras.

Pasadena, do que eu tenho de informação dentro da Comissão de Avaliação, de apuração interna da Petrobras, é um negócio em que tudo conseguiu sair diferente, as margens mudaram muito. Sabe, às vezes é chato, a gente faz uma apresentação de PowerPoint, cansa vocês, eu sei que – os senhores, desculpa –, mas a gente mostra aquela barriga das margens. Imagina uma empresa fazendo um investimento, e as margens viram assim. E, lá nos Estados Unidos, não se quer saber, o refinador para. Então, as margens viraram. E foi um consumo menor, uma competição maior.

Aí, vem aquilo que dá alegria demais, satisfação, que é o pré-sal, mas, ao mesmo tempo, “espera aí, não vai dinheiro mais para outro projeto”. Então você puxa o freio de mão porque o investimento é muito, muito, muito alto.

Então, é isso. Eu tenho evidências de bom desempenho do Nestor. Eu tenho essas evidências. Mesmo porque eu sou diretora da área de que ele foi o diretor. Então, Pasadena é um caso ruim mesmo, na minha avaliação. É um caso ruim, de negócio ruim, que ficou ruim. Esse é o ponto.

BTG Pactual. Eu não tenho aqui esses números a que o senhor se referiu sobre dividendos, distribuição de dividendos. Eu não estava preparada para responder essa pergunta. Agora, BTG Pactual foi, para nós, a melhor opção que nós tivemos, porque a gente cria a expectativa de que algo vale 5 bi, 7 bi, e na hora em que você monta a carteira de investimento é que você vai ver o valor do ativo, quem vem com uma proposta firme. Então, de 14, passamos para duas empresas. Das duas, uma deu uma proposta ainda menor. E a gente precisa de recursos para investir aqui no Brasil. Mas eu não tenho, Deputado, essas informações que o senhor colocou e posso, se o senhor me permitir, receber o material do senhor para que eu possa ler e responder.

Pode ser assim, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pode ser assim, Srª Presidente.

O Deputado Carlos Sampaio depois encaminha à Srª Presidente e ela lhe responde diretamente, por escrito, se for o caso.

Se o senhor quiser, depois, apresentar para a CPI também as respostas, fica valendo para a nossa CPMI. Agora, passamos, então, ao próximo membro titular, Deputado Júlio Delgado, do PSB de Minas Gerais. V. Exª está com a palavra.

O senhor escolhe qual dos modelos: cinco minutos ou dez minutos?

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Dez minutos.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – O Carlos Sampaio, dos 10 minutos, fez 15, mas tudo bem.

Srª Presidente Graça, diferentemente dos outros, que dizem que até então não a conheciam, eu a conheço, atesto o seu trabalho como diretora de Petróleo e Gás, expansão que fizemos na nossa luta em Minas Gerais. Talvez o seu comprometimento com a questão do etanol, do biodiesel, que foi largado, não sei se por falta de prioridade da Petrobras, que seria uma alternativa e hoje, para a questão energética, deixou de ser... Então, posso atestar realmente o que disse aqui o colega companheiro Carlos Sampaio e tenho certeza de que, se a senhora estivesse à frente da Petrobras desde o início do governo Lula, nós não teríamos feito nenhuma CPI ou CPMI. Mas também lhe confesso, com o mesmo constrangimento que tiveram aqui todos os meus companheiros, que, se não estivesse acontecendo nada neste País, a senhora não estaria no Parlamento pela quarta vez, salvo engano, em menos de dois meses.

Eu prestei muita atenção na fala de V. Sª, nas colocações, na certificação da Petrobras, nos itens constitutivos para a questão de segurança ambiental, na questão da Abreu e Lima e constatei – eu queria que ele estivesse presente –, de certa forma, o constrangimento com que o Relator Marco Maia lhe citou a questão da participação do Governo de Pernambuco, porque eu e a senhora sabemos muito bem que, se tem alguma coisa que não funciona até agora no Complexo de Suape, em Pernambuco, é a Refinaria Abreu e Lima; o resto funciona e bem. Se ele não sabe que tem um impacto socioambiental que a Petrobras tem que ressarcir de investimentos, como faz em todo o Brasil, na área em parceria com governos municipais e estaduais com relação a rodovias, vias, o próprio porto, funcionamento, de vazão, de calagem necessária para funcionamento, das perguntas que ele dirigiu, ao final, à senhora.

Mas eu vou, aqui, tentar abordar assuntos que até então não vieram à tona, que não foram sequer aqui abordados, para que a gente possa esclarecer o motivo pelo qual V. Sª se encontra, pela quarta vez, no Parlamento, nos últimos 45 dias, não é outro também não é outro também de uma gestão, não só em Pasadena, como outras temerárias da Petrobras, com relação ao valor dessa empresa, que, no começo do Governo Dilma, valia cerca de US\$480 bilhões, e hoje vale cerca de US\$180.

É isso que a gente é perguntado na rua, Srª Graça, é isso que as pessoas nos indagam a todo momento. Por que a empresa da qual, com toda economia, o cidadão resolve investir, comprando ações, hoje ele não pode mais tirar, porque elas acabaram, se diluíram, viraram frangalhos, na questão da bolsa, e compromete não só o País, a empresa que já constou entre as dez maiores empresas do mundo e hoje não está entre as cinquenta maiores. A gestão que ocorreu e que levou Pasadena, que levou... Eu queria aqui, já começando a indagá-la, perguntar: quem foi, então, o diretor, o conselho responsável pela Refinaria Nansei, que a senhora acabou de citar, e Okinawa, no Japão, que já está custando quase três vezes do valor inicialmente contratado, inicialmente estipulado em US\$71 milhões, hoje já está nas casa dos 200 e ainda não tem... Quero saber quem é a diretoria responsável por isso.

Eu gostaria de saber quem era o gestor da conta Pasadena dentro da Petrobras, que autorizou um saque, verbalmente, à MF Global, no valor de US\$10 milhões. Quando esse saque foi feito, em fevereiro de 2010, quando foi auditado pela própria Petrobras, em 29/03/11, a empresa já tinha falido. Quero saber quem era o responsável por essa conta, quem tinha autorização de poder fazer para a MF Global.

Eu gostaria de também abordar a questão de Abreu e Lima. De tudo que a senhora abordou aqui com relação à refinaria, o primeiro preço estipulado, de 2,5, o valor aproximado final, de 18,5, e o desejo da Petrobras de ficar em US\$18,5 bilhões, se esse atraso ou toda essa complicação em Abreu e Lima tem a ver, e a senhora interpreta se teria sido feito um acordo verbal não cumprido por parte do governo venezuelano, da PDVSA.

Também perguntar a respeito de algumas empresas que até então aqui não foram colocadas na reunião de hoje. Qual era... Se a senhora tem, ou quem tem, em nome da Petrobras, tratativas com a GB Maritime.

Se a senhora ou já teve tratativas com o Sr. Konstantinos Kotronakis. Se a senhora ou já teve tratativas com o Sr. Georgios Kotronakis. E quem na Petrobras tem a relação com esses homens que têm negócios com a Petrobras.

E por último, talvez não chegando nesse tempo, mas para concluir, e talvez a senhora não vai ter condições de me dar essa informação hoje, se tiver, estou às ordens, eu gostaria de saber quanto a Petrobras gastou com publicidade no primeiro semestre de 2013 e quanto está gastando com publicidade no primeiro semestre de 2014.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr^a Graça.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Deputado Júlio Delgado, por respeitar o tempo.

Agora passo a palavra à nossa Presidente da Petrobras, Graças Foster.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Prezado Deputado Júlio Delgado, é uma oportunidade responder as suas perguntas.

Com relação ao etanol e biodiesel, a Petrobras continua firme, porque a gente só... Nós somos, temos uma empresa, a Petrobras Biocombustível e temos produção de etanol em parceria, produção de biodiesel, então, nós continuamos cumprindo o nosso papel, a favor da complementação das receitas da companhia, em relação às energias renováveis. Esses dois importantes combustíveis, o etanol tem a cara do Brasil, e acho extremamente importante e conveniente que tudo isso cresça e progrida. Nós temos uma referência muito grande – nós que eu digo é o Brasil, não a Petrobras. A prioridade da Petrobras, absoluta e inquestionável, é produção de petróleo, refino, comercialização do gás.

E temos, também, complementarmente, o etanol – o etanol e o biodiesel – e temos uma empresa para isso. Eu espero que a gente separe, porque o Brasil precisa construir e constrói, em termos de políticas energéticas múltiplas, não só o petróleo e gás, mas há toda uma carteira, um portfólio de combustíveis que dão ao Brasil muita segurança energética. Essa multiplicidade é que faz a diferença do Brasil em relação a outros países.

Com relação à Refinaria Nansei, nós fizemos a requisição da Refinaria Nansei em dois mil... Fechamos a segunda parte em 2010. A primeira parte, se não me engano, se me permitir... Bom, esses dados estão na apresentação. Foram em dois tempos: 87,5; depois 12,5 da aquisição. As duas etapas passaram, foram ao Conselho de Administração – as duas.

E nós tínhamos um projeto importante também que passava pela mesma questão da Refinaria de Pasadena. Diferentemente da Refinaria de Bahía Blanca e San Lorenzo e, inclusive, da Bolívia, que eram capacidades muito pequenas – 30 mil barris. E nós, em Nansei, Okinawa, 100 mil barris a capacidade; nós consideramos 50 mil barris, porque o mercado é bem menor na Nansei. E esses investimentos aos quais o Deputado se refere são investimentos necessários e permanentes. Compramos uma refinaria ou construímos uma refinaria, fazemos uma expansão de capacidade e, todo momento, todo ano são 50, 100, 200 milhões.

Bahía Blanca. Eu tenho que fazer 1 bilhão de investimento em Bahía Blanca para 30 mil barris. Essa refinaria está na carteira de investimentos da Petrobras; e nós temos um tempo, evidentemente, para fazer esse investimento, mas esse tempo está indo. Então, a gente não encontrou, em Bahía Blanca, um comprador que minimamente nos remunerasse. Então lá está.

San Lorenzo, nós investimos 500 milhões, 400 milhões – são números, são valores comuns para investimentos em cinco, seis, sete anos; só investimento, sem falar expansão de capacidade.

Então, Okinawa. A gente não tem nenhuma baixa contábil em Okinawa. A cláusula de Put Option de Okinawa foi apresentada ao Conselho. É uma cláusula bastante razoável. É comum a cláusula de Put Option. No caso de Okinawa, é uma cláusula em que a Sumitomo tinha, todo ano, ao final do ano, a avaliação se ela continuaria no negócio ou não. E estudávamos também a *revamp*. Mas, também, pelas mesmas razões: a crise internacional joga as margens para baixo. Nós tínhamos interesse muito grande na tancagem de Nansei, Oki-

nawa, para fazer a importação e a exportação, inclusive, de etanol – como o senhor tão bem começou a colocar. A gente trabalha ainda para ser um exportador de etanol.

Então, em geral, essas refinarias todas – desde 1999 até a presente data – demandam investimentos em refino; demandam investimentos em refino. E foram negócios que nós concluímos. E uma grande empresa de petróleo é isto, como a Petrobras é: são muitos ativos.

O saque de 10 milhões, aos quais o senhor se referiu, da *trading*. Essa foi uma auditoria... A gente tem, na Petrobras, o que a gente chama de auditoria espontânea. Todo ano, a auditoria prova inclusive... Ela tem uma programação; ela é bem independente – a auditoria. Ela tem uma programação dos ativos que espontaneamente ela vai auditar. E há outras em que os gestores das áreas pedem para fazer uma auditoria.

Eu falei aqui – não sei se o senhor ouviu... Nem sei se o senhor estava aqui ou estava em outro lugar, porque, às vezes, os senhores mudam de lugar, e eu fico meio perdida aqui. Mas eu falei que eu fui Diretora de Gás e Energia bastante tempo e eu costumava muito pedir... Como eu tinha muitas subsidiárias, muitas empresas, eu pedia sempre auditorias – que a gente provoca auditoria.

E, em uma dessas auditorias espontâneas, bem recentemente, houve indicativos de que essa autorização teria sido dada por telefone, que ela não foi formal, ela não foi registrada.

Depois, mais recentemente, agora – a gente já estava com Pasadena, com esse processo aberto, esta comissão de apuração –, a surpresa que veio é que essa autorização de movimentação entre contas, que é comum de uma *trading*, foi feita por escrito.

Então, eu acho que tem um ponto aí em que nós mesmos, da Petrobras, erramos, quando nós... A auditoria não erra, mas não apareceu o tal documento que tinha sido respondido ou autorizado materialmente. E essa avaliação apareceu, material.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – (Fora do microfone.) O documento apareceu?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não apareceu; ele tinha sido feito, e não sei por que a auditoria não encontrou materialidade nisso. Então, esse documento estava datado da época e tal. Então, não houve absolutamente nada de errado com essa questão da movimentação de saques de uma conta para outra conta. Mas só o fato de ele não ter aparecido já é uma não conformidade no processo de auditoria. Então, existe uma busca da melhoria do processo para que documentos apareçam quando for perguntado. Esse é o ponto.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – E, quando é feita essa autorização, ou seja, apareceu o documento, verbal ou não – desculpe, Presidente –, ela é feita pela diretoria? Ou ela é feita...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, ela é feita pela Petrobras América, porque é uma operação da Petrobras América, da *trading*, lá nos Estados Unidos. E isso é feito, existe um diretor-presidente, porque a movimentação, prezado Deputado, ela é... A Petrobras é muito, muito grande. Então, há que se ter a responsabilidade dos atos que a diretoria aplica aos negócios da companhia. Só o fato de o documento não ter aparecido naquela auditoria já é uma não conformidade que a gente considera importante que seja resolvida.

Essas empresas que o senhor falou eu não conheço. Eu nem consegui anotar o sobrenome aqui.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – (Fora do microfone.) – GB Maritime.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu não conheço essas empresas.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – (Fora do microfone.) – Os nomes são Konstantinos Kotronakis e Georgios Kotronakis.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu não conheço, Deputado. Eu não conheço.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Nem GB Maritime?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu não conheço. Eu não sei se os diretores outros da companhia que me escutam conhecem. Eu aqui não conheço. Eu não conheço.

Publicidade 2013/2014. Nós temos respondido, e eu vou falhar com o senhor, porque eu não quero colocar um número aqui, mas é algo que a gente, todo trimestre, permanentemente, está reportando quanto nós investimos em publicidade, quanto estava programado. Também é um número que eu quero entregar em suas mãos. Eu não tenho o número aqui. Eu tenho um número na minha cabeça, mas eu estou com muitos números hoje aqui na cabeça. Está bom? (Pausa.)

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – (Fora do microfone.) – Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu peço ao Deputado Júlio Delgado que, logo que for encaminhado a V. Exª, o senhor encaminhe cópia aqui para a CPMI também.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – (Fora do microfone.) – Não, a Presidente pode encaminhar para a CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está muito bem. Está bem. Por favor. E a gente coloca em nosso *site*, e fica público para todos.

Muito obrigado, Deputado.

Agora, peço para fazer uso da palavra o próximo inscrito, o nobre Deputado Lúcio Vieira Lima.

V. Exª escolhe cinco minutos ou dez minutos, Deputado?

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Dez minutos e, se for necessário, mais cinco, pela Liderança do PMDB, para considerações.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem, Deputado.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Eu peço que desconte o tempo, por favor, porque estou aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu vou descontar o tempo de V. Exª.

Vamos começar novamente os dez minutos do Deputado Lúcio Vieira Lima.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Srª Presidenta Graça Foster, eu acho que está havendo aqui uma unanimidade no que diz respeito à senhora, até porque, na verdade, os fatos que estão sendo investigados nesta CPMI não dizem respeito à sua gestão na Presidência da Petrobras. Agora, é fato também que está ficando claro que a senhora, ao tentar defender uma gestão que não era da senhora, termina não sendo clara em alguns pontos.

A senhora, efetivamente, começou bem sua gestão. Basta ver o jornal *O Estado de S. Paulo*, quando declara que “Graça Foster desconstrói gestão de Gabrielli na Petrobras”. Ou seja, deixou claro que era um problema que vinha da gestão anterior. Nessa mesma matéria do *Estadão*, a senhora afirma que – abre aspas –: “É claro, absolutamente claro o não cumprimento integral da sistemática de aprovação de projetos neste caso específico. Uma história a ser aprendida e não repetida, no que diz respeito à refinaria Abreu e Lima.”

Logicamente, a senhora falou que, na Petrobras, tem governança na aplicação, no desenvolvimento de procedimentos. Por esta fala da senhora aqui, estamos vendo claramente que, no período que antecedeu, não havia essa falada governança, tanto é que a senhora diz que são erros que vai aprender para não repetir. E, se houve esses erros, como a senhora declarou aqui, afirmou, logicamente, tem que ver quem foi o culpado por esses erros, quem não cumpriu a sistemática. E, se não cumpriu, foi punido por não ter cumprido? E, se não cumpriu, qual a razão de não ter cumprido? Foi por incompetência? Foi por má-fé? Tem que dizer a razão de não ter sido cumprida essa sistemática.

A mesma coisa no que diz respeito, o que foi muito debatido, ao contrato da PDVSA. Não é possível que uma empresa que tinha governança, uma empresa formada por técnicos competentíssimos – a senhora chegou a se emocionar ao falar; tenho certeza de que a senhora gosta tanto da Petrobras quanto da sua própria família, de sua casa, porque ali, também, é a sua casa –, então, uma empresa com técnicos tão competentes não chegue para dizer: precisamos fazer um contrato, temos que fazer essas exigências, como fizeram com a Petrobras, no que diz respeito à compra de Pasadena, que foi o que provocou a briga com o desfecho da compra dos outros 50%. Então, eu gostaria que a senhora respondesse objetivamente: tem culpado pelo não cumprimento da sistemática? Porque houve um não cumprimento da sistemática. Se tem, quem é esse culpado e se foi punido ou não. Esta é a primeira colocação.

A segunda colocação é que a Presidenta Dilma falou, através da assessoria de comunicação do Palácio do Planalto, que, se ela soubesse da existência das duas cláusulas, ela não aprovaria a compra da Pasadena. Ora, então, a Presidenta Dilma, em outras palavras, disse que era um mau negócio, uma vez que as cláusulas existiam. Então, àquela época era um mau negócio. Depois, o ex-Presidente Gabrielli diz que é um bom negócio. A senhora, se não me engano, chegou a falar que era um mau negócio à época. Finalmente, agora, quando a gente vê a explanação, não sei se era um bom negócio ou se era um mau negócio. Então, eu gostaria, objetivamente, que a senhora esclarecesse ao povo brasileiro se, efetivamente, foi um mau negócio à época, como a Presidenta Dilma declarou, ou se foi um bom negócio, como o ex-Presidente Gabrielli falou. Quero saber quem está com a razão, se a Presidenta, Presidente do Conselho, ou se o ex-Presidente Gabrielli.

Depois, terceira colocação: estava no plano estratégico da Petrobras a internacionalização da empresa, o que não implicava que seria através da Pasadena, certo? A senhora falou que perdeu outras oportunidades que apareceram. O Dr. Cerveró disse que foi oferecida à Petrobras a refinaria de Pasadena. Não entendi, inclusive, quando ele disse que foi feita uma avaliação. Ora, quem oferece, diz quanto quer. Faz-se uma avaliação para ver se o preço pedido é justo ou não. O Dr. Cerveró falou no depoimento dele lá, na comissão externa, que foi feita essa avaliação. Então, não se levou em conta porque, quando se fez a proposta, a gente sabe que o preço, a questão da margem do refino, naquele momento, estava bom, mas você tem um período histórico que acho que deveria ser considerado para se chegar ao preço. Talvez, se levasse o momento histórico em conta, não teria acontecido de hoje continuar sendo um mau negócio.

Então, pergunto: como foi feita essa avaliação? Cadê esse documento que levou à compra disso, à decisão por isso? E por que nós perdemos as outras oportunidades? Foi por lerdeza da negociação? Foi por erro da avaliação? Então, o que é que levou efetivamente a escolher por Pasadena?

Depois, me parece que Pasadena entrou também no plano de desinvestimento da Petrobras. Pelo menos consta no relatório de...

(Soa a campanha.)

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Não acabou, não. Não, dez minutos não acabou.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Falta um.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Não.

Então, entrou na questão do desinvestimento. Por que foi retirado desse plano de desinvestimento? Para que, quando fosse vendida, não aparecesse o prejuízo contabilizado? Porque, quando vende, tem que tirar do balanço, e aí efetivamente apareceria esse prejuízo. Foi por essa razão? E se apareceu alguma proposta à Petrobras de compra de Pasadena, e qual foi o valor dessa oferta.

A indicação do Cerveró. Dois Senadores brigam aqui pela não paternidade. Logicamente, há indicações políticas na empresa. A senhora sabe disso, inclusive tentou demitir algumas indicações e teve dificuldade. A senhora sabe, nas conversas com a Presidenta, quem é o pai da criança, quem foi que, efetivamente, indicou o Cerveró?

Como a Petrobras qualifica seus fornecedores? Há ingerência política nessa qualificação desses fornecedores?

Teria mais, mas acho que me dou por satisfeito, até porque nós temos dificuldade, depois das 139 perguntas do Relator, de achar alguma novidade para perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Deputado Lucio Vieira Lima.

Passo a palavra à Srª Presidente da Petrobras, Graça Foster.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Deputado Lucio Vieira Lima, eu digo ao senhor, com muita satisfação: eu fui da equipe do Gabrielli. O Gabrielli foi o meu Presidente, Presidente da Petrobras. Durante mais de quatro anos e meio, eu sentei naquela sala com o Gabrielli no comando da companhia. Tivemos vários embates, várias alegrias, várias discussões. Então, eu fui da equipe do Gabrielli. Eu fui da equipe do Gabrielli de livre e espontânea vontade. Esse é um ponto que eu faço questão de colocar. Eu tive todo o espaço que um Presidente poderia me dar para trabalhar. E trabalhei pesado para caramba. Foram quatro anos e meio, foram US\$25 bilhões – bilhões! – construindo gasodutos, estação de compressão, passando de um lado para outro, junto com o diretor, Duque. Foi um trabalho vigoroso.

A sistemática de projetos da Petrobras. Eu disse assim: essa é uma lição a ser aprendida, jamais repetida. Existe um procedimento dentro da Petrobras, Deputado, o nome é “sinapse”, é um nome meio diferente, mas, por exemplo, a gente não pode começar um projeto sem baixar as lições aprendidas de um outro projeto. Então, quando você constrói um gasoduto naquela região, naquela área, você tem que baixar o que você aprendeu do outro. Então, para construir RNEST e ter Premium I e Premium II, para construir, necessariamente, obrigatoriamente, o tempo todo, em cada fase, tem que baixar as lições aprendidas. É para ser aprendida, e não repete. Não repete. Então, essas fases de projeto devem ser seguidas. Por exemplo, na área de exploração e produção, a gente faz antecipação de fases, porque o valor presente líquido dos projetos em várias áreas, por exemplo, do pré-sal, é de bilhões. São 500 milhões, 1 bilhão, 2 bilhões. É bilhão. A área de produção de petróleo é isso. Então, há uma segurança de fazer uma antecipação de fase, de fazer uma encomenda antecipada, porque o VPL aguenta. Ele é parrudo. Então, não é proibido que se façam antecipações. Agora, é preciso ter muita disciplina para fazer. Esse é um ponto importante.

Nós revitalizamos o comitê de investimentos da Petrobras. Antes de levar para a diretoria, esse projeto tem que passar no comitê de investimentos, porque, não sei se felizmente ou infelizmente, mas prefiro dizer infelizmente, faz dois anos e quatro meses que sou Presidente, e nós aprovamos, fora da área de exploração e produção, um projeto. É um rigor muito forte na aprovação dos projetos. Agora, nós temos uma carteira de projetos que estão sendo concluídos também muito grande. Então, nós vamos ter espaço para mais projetos muito em breve, mas dentro do mesmo rigor.

Na comissão de Pasadena, que é a que está mais avançada, em que a gente está há mais tempo, em que a gente passa horas trabalhando, Pasadena, eu particularmente... E eu queria fazer aqui, se o senhor me permite, Presidente, quando o Deputado colocou – o Deputado Júlio Delgado, eu acredito que tenha sido – o desinvestimento na África, só um parêntese: ele foi feito na minha gestão. Então, eu devo responder por África, com clareza e com todas as informações. Eu só queria dizer isso, porque eu ia comentar e acabei não falando de desinvestimento de África, Presidente.

Então, em Pasadena, nós não temos evidências de má-fé. Nós não terminamos a comissão. A Petrobras é absolutamente limitada na sua atuação. Então, não há evidências onde nós atuamos de má-fé.

O negócio, para mim... Hoje, eu deixei um eslaide, com toda clareza, que fala do negócio Pasadena. No conjunto, Deputado, de tudo isso, hoje, olhando daqui, para Pasadena foi um mau negócio. É preciso deixar

isso muito claro, porque, hoje, é o passado presente. Eu tenho todos os dados, o mercado, as opções de botar esse recurso não aqui, mas colocar ali em outro projeto. Eu não tenho dúvidas disso. Quando você tem uma baixa no resultado de US\$560 milhões e essa baixa do resultado acontece logo cedo, não é um bom negócio. Agora, existem possibilidades de se recuperar, de virar esse resultado negativo para positivo. Então, nós temos uma refinaria em que botamos US\$650 milhões de investimento depois da compra.

Olha, Presidente, é uma refinaria premiada. Essa refinaria de Pasadena recebeu dois prêmios importantes pela comunidade, pelas empresas que trabalham em refino nos Estados Unidos. Para nós é muito importante tudo isso. Então, é uma refinaria que está com um óleo leve. É um óleo descontado, porque, nos Estados Unidos, tem esse óleo leve, não convencional, e *pipeline* para escoar tudo isso. Existem ainda alguns gargalos, porque o óleo fica preso em determinadas regiões. Então, a gente está tendo um preço de óleo bom para dentro da refinaria. Todo esse *hub* de refino, eles estão fazendo um resultado bastante bom ali.

Com relação às propostas que nós fizemos para a compra de outras refinarias, eu não estava, na época, nem na diretoria da Petrobras. Eu nem estava dentro da Petrobras. Eu estava em outras atividades, como, por exemplo, na BR Distribuidora. Então, eu não tenho muita informação sobre como foi esse processo competitivo, porque, em geral, como nós fazemos na Petrobras, quando vamos fazer um desinvestimento, você chama as empresas. E elas se apresentam, entram no *data room*. Elas fazem propostas. Eu não sei exatamente como foi. Só sei que perdemos várias propostas que fizemos de refino nas adjacências e tal.

A questão de tirar do balanço. Imagina a minha situação aqui, mais difícil ainda, porque é difícil baixar tudo isso aqui para conversar com os senhores, se nós tivéssemos vendido Pasadena. Seria muito difícil. Porque, pelo menos, hoje, a gente tem a refinaria.

Ela lá está e recebe visitas, eventualmente, dos senhores em algumas comissões. Eu não sei se foi implementada uma das comissões que foi criada para fazer uma visita a Pasadena, eu nem sei se ela aconteceu de fato. Mas nós temos os ativos.

De fato, as propostas que nós recebemos antes desse óleo leve foram muito baixas.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Mas ela entrou no plano de gestão...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Entrou. E por que tiramos? Todo esse questionamento em torno de Pasadena. Então, além de vender abaixo, além de ela estar sendo perguntada, questionada, pelos órgãos de controle, nós entendemos que não faria diferença, no balanço da Petrobras, no caixa da Petrobras, que a gente fizesse esse desinvestimento em Pasadena. Então, entendemos que era conveniente não fazer, além do que as margens sinalizavam para a recuperação. E esse óleo leve, que é esse óleo não convencional, que não estava presente dois anos atrás, por exemplo, e que está presente, os Estados Unidos estão produzindo um volume enorme desse óleo. Então, estamos com um resultado positivo no primeiro trimestre.

A recuperação de todo o dinheiro que colocamos em Pasadena é de baixa probabilidade, mas está dando um caixa positivo para a companhia. Então esses são pontos importantes.

A qualificação de fornecedores da Petrobras é outro assunto e nós temos bastante orgulho disso tudo, porque nós temos um cadastro e um trabalho de desenvolvimento de fornecedores em que nós não teríamos chegado aonde chegamos nas atividades *offshore* se não fosse esse trabalho de desenvolvimento de fornecedores que a Petrobras faz há muitos anos, mas há muitos anos; eu nem sei quantos, acho que mais de 20 anos. Com certeza, há mais de 20 anos que a gente faz esse trabalho, e ele vai se aprimorando gradativamente. E é por isso que a gente atua, a *offshore*, do jeito que nós atuamos.

A indicação do Nestor Cerveró eu desconheço. Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Sim, concedo a V. Exª, até na condição de Líder.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Eu quero registrar que realmente eu não me senti totalmente atendido nas respostas da presidenta Graça Foster. No estilo dela, acho até que ela pode pleitear um cargo eletivo de deputada ou de senadora, porque ela está pegando o jeito dos políticos. Dá volta, dá volta, mas não estou me sentindo respondido...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Desculpe.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Pelo menos em umas duas ou três questões. Certo?

Quando a senhora diz, por exemplo, que incluiu no desinvestimento a Pasadena e que tirou por causa dessas denúncias, ora, então seria um bom negócio incluir no plano de gestão para vendê-la? Deixou de ser um bom negócio porque houve as denúncias? Então, realmente não entra na minha cabeça. Não dá para entender.

Eu confesso que também a questão do mau negócio ou bom negócio, ela foi mau negócio, pelo que estou vendo, agora e à época.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Pelo que entendi, foi isso. Mas tudo bem.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Depende para quem.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Não, não. Aí a questão não é essa.

A questão de que vai retirar o prejuízo desse investimento malfeito, eu lhe confesso que não tenho os dados, porque a Petrobras, quando faz o seu balanço, ela bota por área, ela não bota por empreendimento. Então, eu não sei qual é a rentabilidade e qual é o lucro que está dando Pasadena. Mas eu lhe confesso que, pelo preço que foi comprada, pelo investimento que foi, ela não vai tirar esse investimento mais nunca. Tanto não vai que, no plano de desinvestimento, se colocou ela à venda. Se fosse tirar, não estaria colocada à venda. Perdoe-me, como leigo, mas entendo assim.

No mais, quero dizer que a senhora lamentou tanto ter usado a palavra “rebaixado” para Cerveró, e eu lamento a senhora ter retirado esta palavra, porque pelo menos ele teria uma punição que foi rebaixado. Porque é responsável por esse negócio de não mostrar as cláusulas na reunião. Deveria ser demitido. Não deve ter sido por questões, com certeza, de apadrinhamento político, porque, se não tivesse... Nessas horas, a corda estoura logo, vai para a rua. Até logo! Passe bem!

Então eu até fiquei lamentando muito a senhora ter tirado o “rebaixado”, porque eu tinha ainda para mim que o rebaixamento dele era pelo menos uma mínima punição para servir de exemplo. Já que não foi, eu, então, fico muito triste que ele não tenha tido nenhum tipo de punição, e, na verdade, uma manutenção no mesmo *status quo* mesmo depois, tendo feito o que fez.

Muito obrigado. Dou por encerrada a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agradecendo ao Deputado.

Terminamos os membros titulares.

Vamos passar aos membros suplentes.

Há uma ordem de inscrição. O primeiro suplente inscrito é o nobre Deputado Izalci Lucas; o segundo é o Deputado Afonso; o terceiro é o Deputado João Magalhães.

Informo ao Deputado Afonso que continuará em segundo, mas existe uma permuta feita com o Deputado Izalci. Se assim concordar, Deputado Afonso, o Deputado João Magalhães está pedindo, porque tem problema de voo.

Está concedido, então.

Tem a palavra S. Ex^a, o Deputado João Magalhães.

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB - MG) – Obrigado, Afonso, obrigado, Izalci.

Vou usar apenas um minuto, porque é o último voo a Belo Horizonte, amanhã os voos estão todos lotados...

Sr^a Presidente, ouvi a exposição da senhora. A senhora falou sobre afretamentos e construção de sondas. E pude perceber que é altamente favorável para a Petrobras os afretamentos. Por que ainda a Petrobras continua construindo se o processo de afretamento é altamente favorável para a Petrobras?

A segunda pergunta, Presidenta: como são licitados os contratos de sondas e arrendamentos de plataformas *offshore* para a Petrobras, por carta-convite, por licitação, como são feitos os contratos?

A terceira pergunta: quem controla o valor desses contratos? Eles normalmente são efetuados com empresas estrangeiras sem domicílio no Brasil. Como são feitos esses contratos? Quem faz esses contratos? Qual a referência de valores para a contratação dessas plataformas no exterior?

Quarta pergunta, Presidenta: em qual diretoria são assinados esses contratos de afretamento de plataformas, de navios e de sondas?

E a última pergunta: por que uma empresa que já foi demasiadamente investigada pela Câmara, pelo Senado, pelo TCU, pela CGU, que é o caso da Construtora Schahin, e por muitos outros órgãos de fiscalização do Governo Federal... A Schahin Oléo e Gás pode ter dez bilhões de contratos de arrendamento de plataformas de navios com a Petrobras. Neste caso específico, a contratação se deu por carta-convite ou por licitação?

Essas eram as minhas perguntas, Sr. Presidente. Obrigado ao Izalci e ao Afonso mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A Presidência também lhe agradece, nobre Deputado João Magalhães.

Passo a palavra à Presidente da Petrobras, Graça Foster.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Deputado João Magalhães, nós, como mostrei, temos, quer dizer, no mundo, são 96 plataformas, unidades de produção, e mais ou menos a metade afretada e outra metade de própria. Na Petrobras também não é muito diferente. A gente tem um equilíbrio entre próprias e afretadas.

Nós, hoje, nos utilizamos do afretamento por conta de que a gente pode fazer mais pagando mais tarde o uso dessas unidades. Quando a gente faz as próprias, a gente começa a ter que investir desde a fase de projeto. Então, é conveniente à Petrobras hoje que a gente tenha menos capex e mais opex, e esses afretamentos são importantes, porém de forma equilibrada, porque nós temos que manter as equipes nossas operando as nossas unidades próprias. É muito importante para a Petrobras que a gente tenha o traquejo da operação, em

especial, na produção. Então, nós temos um equilíbrio e ficamos bastante atentos a isso, para que a gente tenha equilíbrio entre o afretamento e as unidades próprias.

Com relação aos valores, o senhor tem na apresentação uma unidade de produção, nós estamos falando na cidade de Ilha Bela, US\$5 bilhões, uma unidade de produção. São US\$27,7 bilhões que a gente tem contratado com a SBM. Então, tem que ter muito cuidado mesmo com tudo isso. Quem aprova é a diretoria.

Quem propõe. Até um ano atrás, a grande parte, aliás, a totalidade dos afretamentos estava na Diretoria de Exploração e Produção, antes ocupada pelo Diretor Estrella, agora pelo Diretor Formigli. Nós fizemos uma revisão na organização da companhia, e tanto construção de sondas próprias quanto afretamentos, hoje, há um ano e pouco atrás, não tem dois anos ainda, nós passamos tudo isso para uma mesma área, a área que cuida dos afretamentos, afretamento e construção de unidades próprias, que é do Diretor Figueiredo. Mas esses diretores não têm poder de fazer os contratos; eles levam para a diretoria, para o colegiado, e o colegiado aprova ou não.

Como é que se dão esses contratos? Quando é uma unidade própria, 100% Petrobras, como eu mostrei a P-62, a P-58, esse “P” é de própria, Petrobras, a gente tem essa unidade, ela é uma unidade em que é 100% Petrobras, nós temos, passamos, contratamos no âmbito do Decreto nº 2.745, que foi aprovado em 24 de agosto de 1998. Então, esse é o decreto. A gente tem que trabalhar, no mínimo, com três propostas, obrigatoriamente.

Quando nós temos sócios, que nós chamamos de JOA, é um processo em que a tradução é acordo de operações conjuntas entre nós e a ABG, a Galp, por exemplo, numa determinada unidade, entre a Petrobras, a Repsol e a Galp, nessa cidade, Ilha Bela, nós temos um rigor também bastante grande, em que a gente trabalha sempre para que a gente tenha pelo menos três preços. Não há uma obrigação, porque pelo JOA, esse contrato, o Decreto nº 2.745, a gente não pode impor aos nossos sócios no Brasil que eles estejam sobre as mesmas condições do 2.745. Então, a gente tem mais flexibilidade, mas tem uma cobrança gigante do sócio, porque o sócio quer resultado, ele quer resultado o tempo inteiro. Então, esse é o processo.

Com relação à diretoria, eu já comuniquei e estou informando ao senhor que a diretoria é que aprova. Quem apresenta o documento interno à Petrobras é o diretor hoje, o diretor de engenharia. Agora, quem trabalha com o diretor de engenharia é o diretor de AIP, porque o diretor de AIP... Essas unidades de produção são feitas para aquele reservatório. Uma sonda de perfuração, como, por exemplo, a Schahin tem, em parceria, contratada por Petrobras, uma sonda de perfuração para lâmina d’água de 2 mil metros de lâmina d’água. Ela atua aqui, ali e lá. Agora, uma unidade de produção, ela é específica, ela é para aquela alocação que ali está, que tem mais H₂S, mais CO₂ ou menos CO₂, menos H₂S. Então, tem as características do óleo que a gente vai estar produzindo. A Schahin é uma empresa que tem sondas de perfuração que nós contratamos e tem uma performance excelente como operadora de sondas de perfuração.

Esses contratos todos, essas empresas sócias nossas, BG, Galp, elas trabalham no mundo inteiro, e, além disso, existem métricas internacionais. Então, o diretor de exploração e produção, quando ele apresenta a pauta para a diretoria, e o diretor de engenharia, eles têm que dizer, em relação às métricas, quanto é que está sendo feito no mundo, aqui, ali, lá.

Essas são as respostas que eu tenho para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agora o próximo inscrito, o nobre Deputado Izalci Lucas. V. Ex^a escolhe cinco minutos ou dez minutos, nobre Deputado?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Dez minutos. V. Ex^a tem os dez minutos.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Bem, primeiro eu quero, mais uma vez, reforçar com o nosso Relator a importância de criarmos a sub-relatoria. Poderíamos estar aqui discutindo apenas um item, e não quase quatro pontos, não é? Se tivesse hoje discutido Pasadena, com certeza, nós teríamos um resultado melhor.

Eu quero primeiro dizer da minha admiração pela Presidente da Petrobras, Graça Foster, mas eu quero afirmar hoje que V. S^a está sendo usada pelo Partido dos Trabalhadores, pelo Governo. E vou dizer por que V. S^a está sendo usada. Eu sou auditor de formação, tenho um *feeling* com relação à auditoria. Eu não li ainda o relatório do Tribunal de Contas, porque o acordão ainda não foi concluído. Teremos oportunidade de vê-lo. Mas quando o delegado afirma que na Petrobras, nessa operação Pasadena, havia uma quadrilha operando – isto é uma afirmação do delegado, lida aqui pelo Deputado Francischini, e eu tive acesso a esse documento –, eu quero lembrar, eu ia perguntar aqui mas V. S^a já respondeu, como é que foi feita essa oferta da refinaria de Pasadena à Petrobras, se houve recomendação de alguma consultoria ou se foi algum negócio ofertado por alguém.

E aí a gente se depara com o Sr. Alberto Feilhaber, que é o Vice-Presidente da Astra e que, coincidentemente, era funcionário da Petrobras de 1976 a 1995. Então, quem levou a proposta de Pasadena para a Petrobras comprar foi o ex-funcionário da Petrobras, que provavelmente conhecia Nestor Cerveró. E na prática, esse mesmo Sr. Alberto Feilhaber é que também, quando indagado pela auditoria, técnicos da Petrobras que foram verificar, foram oito técnicos, uma equipe de oito técnicos da Petrobras visitou as instalações de Pasadena para

verificar a questão do ativo que foi oferecido pela Astra, a resposta dada a esses auditores foi que, segundo o CEO – quem é o CEO? Feilhaber –, em termos de mecânica, a refinaria estava muito boa, faltando, entretanto, algumas instruções de controle. Mas, na prática, os oito técnicos da Petrobras que estiveram lá identificaram vários equipamentos com corrosão externa, pintura deficiente, presença de detritos de material de sucata deixados sobre o piso, pouca sinalização. Uma série de observações foram feitas pelos técnicos e depois ele também afirma que praticamente não há nenhum incidente, nenhum acidente aconteceu na ... E depois começou a acontecer muita coisa quando a Petrobras assumiu.

Então, fica muito claro para nós... E eu acho que o Governo deveria assumir essa questão de Pasadena como realmente um mau negócio para a Petrobras, um mau negócio para os brasileiros e um ótimo negócio para esses três que fizeram o negócio, porque Paulo Roberto Costa, Cerveró, Gabrielli, todos eles estavam na cerimônia de assinatura desse acordo, e o próprio Paulo Roberto Costa é exatamente o representante do comitê da Petrobras lá nos Estados Unidos. Então, fica muito claro que essa operação foi montada dessa forma, com a participação de Paulo Roberto Costa, Nestor Cerveró e Alberto Feilhaber, que é o ex-funcionário da Petrobras, que é o Vice-Presidente da Astra.

E aí fizeram essa operação e todo o processo seguinte foi toda uma coisa planejada nesse sentido. Por exemplo, de março a dezembro de 2010, houve o descumprimento, por parte da Petrobras, das sentenças arbitrais. Lá nos Estados Unidos a sentença arbitral tem decisão. Você só recorre se você tiver realmente provas contundentes de que houve fraude ou alguma coisa nesse sentido. O que fica muito claro no processo, e está escrito lá no processo arbitral, dá para verificar isso, é que, na prática, não havia nada que justificasse você ir para a Justiça. A alegação que fizeram para entrar na Justiça foi imediatamente contestada e provado que a Petrobras tinha o seu representante e que, com relação a todas as operações de óleo acontecidas na refinaria, a Petrobras recebeu, de fato, toda a documentação referente a essas operações. Então, não caberia questionar. Tanto é que perdeu depois, novamente, por duas vezes.

E aí o que eu gostaria de perguntar é: houve o descumprimento por parte da Petrobras de sentenças arbitrais que foram por duas vezes confirmadas na Justiça comum. Em decorrência do não cumprimento, houve um pagamento extra de US\$181,4 milhões.

Não há justificativa legal para tal descumprimento, que acarretou grave dano aos cofres públicos. Segundo as notícias, a decisão de não cumprir a obrigação arbitral foi da Presidenta Dilma, que à época era Presidente do Conselho. Como se explica essa decisão irresponsável tomada pela Presidenta Dilma Rousseff?

Um dos sócios majoritários da Astra, o Sr. Alberto Feilhaber, que é um homem milionário da Bélgica, que tem 68% da Tractebel Energia, maior geradora privada de energia no Brasil – tem mais de vinte empresas –, doou, na campanha da Presidenta Dilma, 1 milhão, e outros 550 mil foram repassados ao Comitê Financeiro do PT. Alberto Feilhaber, inclusive, possui 4% de participação na Petrolífera Total, que ganhou os direitos de exploração do campo de libra do pré-sal. V. S^a manteve alguma relação com dirigentes da Tractebel Energia ou da Total ou com o Sr. Alberto Feilhaber? Participou de alguma reunião formal ou informal?

Bem, com relação ainda às negociações da Astra, está aqui, nos relatos da corte com relação à questão arbitral, que houve, por parte da empresa, a oferta da recompra dos 50%. Foi aqui, como está na ata, em 2008 e 2012. O Sr. Zamin afirmou que a primeira oferta foi feita por telefone ao Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, em agosto de 2007, e a segunda, pessoalmente, numa reunião realizada com Gabrielli e Nestor Cerveró, o qual, na ocasião, ocupava o cargo de diretor internacional. Foi na Dinamarca aquela reunião da qual se falou aqui hoje. Segundo a *Folha de S. Paulo*, em outro depoimento, o Presidente da Astra, também presente à reunião lá na Dinamarca, confirmou a versão de que Gabrielli se recusou a vender de volta a participação e insistiu que a Petrobras deveria comprar a participação da Astra. Diante disso, eu pergunto: há registro, nas atas de reunião do conselho de administração, no ano de 2007, da deliberação do órgão sobre a proposta de recompra da participação da companhia na refinaria Pasadena, feita pela Astra?

Estas são algumas indagações com relação a Pasadena.

Mas quero também, Sr. Presidente, embora o tempo seja curto, indagar com relação à questão da Abreu e Lima.

No Plano de Negócios da Petrobras de 2012/2016, que foi apresentado por V. S^a dia 25 de junho de 2012 – aí vem a questão da obra de Abreu e Lima: 2,3 bilhões; depois, 4,1 na segunda etapa; depois, 17,1 bilhões; chegando a US\$20,1 bilhões em 2012 –, V. S^a elenca dois motivos principais para o atraso de mais de três anos e o valor dez vezes maior do que o inicial de 2005. V. S^a diz, primeiro, “não cumprimento integral da sistemática de aprovação de projetos” – era uma causa –; segundo, “falhas no acompanhamento físico-financeiro”. Pergunto, então, a V. S^a, com mais objetividade, o que V. S^a quis dizer com essas duas colocações? Alguém não cumpriu as suas obrigações de forma idônea? Houve análise de responsabilização? E quais as providências que foram tomadas?

A diretoria da empresa decide de forma colegiada. Como foi possível passarem por toda uma estrutura de diretor, gerente executivo, assistentes, com tamanha frequência e amplitude de revisões, prazos de custos? Nós vimos aqui a quantidade não só de aditivos, mas também de valores que foram adicionados. E nos causa estranheza que não tenha havido documentos, cartas geradas pelas empresas denunciando esses desvios. Então eu perguntaria a V. S^a...

Vou pedir a V. Ex^a para me reinscrever depois do último inscrito – acho que é regimental – para que eu possa falar. Tenho aqui mais algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Com a palavra a Presidente da Petrobras, Dr^a Graça Foster.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Deputado Izalci, o fato que é colocado aqui traz, mais uma vez, essa palavra bastante ruim: “quadrilha”, algo muito ruim... (*Fora do microfone.*)

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu sei. Lógico. Estou repetindo o que foi colocado pelo delegado. Já expliquei que isso é algo que a gente jamais poderia imaginar ouvir. Mas entendo que existe todo um processo de apuração por todos esses órgãos de controle, que a Polícia Federal está cuidando do caso.

Com relação a sucata, a acidentes, entendo que, pelos registros que nós temos – e também conto esses eventos, eu passo esses eventos com os senhores aqui –, foi feita uma proposta da Astra, uma carta para a Petrobras, fazendo uma proposição para uma parceria, para uma avaliação, para uma potencial aquisição. Se o senhor me perguntar aqui quem assinou essa carta, não tenho aqui o nome dessa pessoa. Essa carta chegou à Petrobras, está registrada, não tenho o nome de quem a assinou, da Astra. Sucata, acidentes... Sucata, não; uma refinaria que demandava investimentos relevantes. Isso foi apresentado pelo corpo técnico que a avaliou. Acidentes de maior proporção felizmente não houve, mas muitas paradas operacionais por conta de um tratamento indevido do ativo, do *hardware* da refinaria.

Acompanhei o Diretor Zelada, que foi o diretor da área internacional, que me antecedeu. O Zelada colocava a necessidade de investimentos para fazer as melhorias operacionais e a Petrobras aplicava esses recursos.

A decisão da segunda parte da refinaria. O conselho de administração não deliberou sobre essa segunda parte. Ele recebeu a proposta da diretoria sobre a aquisição da segunda parte, e o conselho não deliberou, ele postergou, ele chamou de novo para uma apresentação de mais detalhes do projeto. Voltou à pauta. Não houve uma deliberação. A diretoria da Petrobras informou ao conselho que nós entraríamos num processo arbitral para chamar a Astra à mesa para retomar a aplicação de recursos e a gestão da companhia. Então, esse foi um trabalho que nós fizemos.

Com relação à participação da Total, tenho uma aproximação com a Total, com a empresa Total, há muitos anos, como diretora da área de gás e energia e como Presidente da Petrobras, especialmente no Campo de Libra. Então, houve um consórcio da Petrobras, um consórcio com as chinesas, com duas empresas chinesas, a CNOOC e CNPC, e a Total. Então, nós fomos, em quatro, e participamos de um processo. Chegamos à liderança da Petrobras: a Petrobras com 40% e a Total com 20%. Então, eu tive, sim, contato com a alta diretoria da Total, com níveis intermediários aqui no Brasil, com o Presidente da Total no Brasil. Então, tenho, sim, contato com a Total.

Essa oferta para recompra das ações da Petrobras aparece, sim, nas avaliações, nos processos de Passadina. De tudo o que eu sei, do que eu sei, não houve uma proposta de valor. O senhor pergunta se nós levamos esse assunto à diretoria, a recompra das ações e, depois, ao conselho de administração. Não há registro em ata de que esse assunto tenha ido à diretoria e não há registro, evidente, porque a diretoria não deliberou sobre isso, ao conselho de administração, para recompra das ações. Mas existem registros em cartas de que essa recompra tinha sido proposta à Petrobras, mas nunca aparece os valores. Então recompra a que valor? É um ponto também importante de nós considerarmos.

Quanto à refinaria Abreu e Lima, à sistemática de projeto, a sistemática de projeto é muito importante, sem dúvida nenhuma. Ela é uma regra importante e, como eu disse, na área de exploração e produção, com VPLs, com a alta competitividade que nós temos nas atividades *offshore* no Brasil, nós temos uma robustez muito grande nas atividades de exploração e produção. Então, com autorização do diretor na área de exploração e produção e depois trazendo para o colegiado, para a diretoria executiva, nós estamos sempre fazendo antecipações na área de exploração e produção, não mais em áreas que o VPL é menor. A gente precisa, senhor, fazer os projetos de refino, os projetos no gás e energia, porque nós produzimos petróleo e gás e a gente precisa dar destino ao gás. Então, na área de gás e energia, muitas vezes os VPLs são muito pequenos, comparados com a área de exploração e produção, mas não adianta só produzir o petróleo, porque o Petróleo vem com gás e corretamente a ANP proíbe, cada vez mais é mais restritiva em relação a isso, a queima de gás natural. E os VPLs são pequenos. Então, a gente precisa cumprir a sistemática.

Agora, a diretoria pode deliberar de forma diferente. Ela pode deliberar antecipações em quaisquer áreas. Nós temos sido muito, muito restritivos na nossa gestão por conta de que nós temos US\$156 bilhões para

investir na área de exploração e produção. Esse é o ponto. Então é preciso ser, de fato, restritivo na questão da sistemática. É importante. As chances de sucesso são maiores quando a gente segue à risca a sistemática.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, volto ao penúltimo. O senhor não vai fazer mais perguntas. Então, o senhor tem uma réplica sim, senhor.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não quero sair do Regimento, afinal de contas, eu já estou aqui há sete horas.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, o senhor não tem réplica agora, por favor.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Tirei o dia e a noite por conta.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem, muito obrigado. Muito obrigado, Deputado Izalci. Para mim é um prazer sempre atendê-lo.

Eu gostaria então de passar a palavra ao Deputado Afonso Florence.

V. Ex^a usa cinco ou dez minutos?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Dez.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Dez minutos, por favor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente em exercício, Senador Gim Argello, Vice-Presidente desta CPMI; Deputado Marco Maia, Relator; Presidente Graça Foster, primeiramente, Presidenta, quero parabenizar por essas sucessivas vindas à Casa e, em particular, por esta; parabenizar o Senador Vital pela iniciativa de precipitar esta sua vinda; parabenizar o Deputado Marco Maia pela extensão, profundidade e acuidade do roteiro de perguntas que certamente vai balizar esta CPMI. Quero parabenizar também o Senador Gim, sempre muito tolerante com o tempo. O Deputado Izalci vai entender, houve Parlamentares que usaram o dobro, quase o triplo do tempo e isso vai permitir que esta sessão de hoje seja concluída com uma profundidade de abordagem, me parece, muito importante para a Comissão.

Presidenta Graça, foi dito aqui que a senhora tem vindo sucessivas vezes ao Congresso Nacional. Eu queria destacar que, certamente, três grande dinâmicas ocasionaram esse processo. Primeiro, obviamente, a disputa político eleitoral que está em curso no País. E é por isso que Parlamentares ficam o tempo todo tentando atacar o PT, tentando atacar o Presidente Gabrielli, o Presidente Lula, a Presidenta Dilma, o Presidente José Eduardo sem encontrar fato determinado para isso.

O segundo grande tema, obviamente, é a compra de Pasadena, que já está suficientemente esclarecida, mas está inserida num ambiente político contaminado pelo processo eleitoral. É do jogo da democracia. Então ele propicia a existência da CPMI.

O que ocasiona a CPMI não é somente a compra de Pasadena, porque... E aí a Petrobras, todo o seu corpo técnico está de parabéns, porque o Tribunal de Contas da União, a AGU, a Polícia Federal, o Ministério Público, todos têm encontrado, como é de regra, a legislação brasileira, e nós defendemos isso. O Presidente Lula implantou a CGU com autonomia, deu autonomia à Procuradoria-Geral da República. No mandato do Presidente Lula, a Procuradoria-Geral da República deixou de ser “engavetadora-geral da República” e a Polícia Federal teve autonomia para investigação. Portanto, estas duas grandes dinâmicas se combinam, obviamente: a dinâmica eleitoral e, obviamente, os interesses de esclarecimento sobre o tema compra de Pasadena.

Um outro tema importante, uma outra dinâmica muito importante são os interesses globais de mercado em relação ao petróleo brasileiro. Não é à toa a criação da Petrobras, em 1953, a definição pelo monopólio estatal do petróleo, a controvérsia em torno da Emenda Constitucional nº 9, de 1995, e da Lei nº 9.478, de concessão. Não é à toa que, no Governo FHC, o movimento sindical petroleiro, uma resistência histórica em defesa de um patrimônio brasileiro, não só do movimento sindical petroleiro, do movimento sindical brasileiro dos trabalhadores da Petrobras, teve que ter a sua coluna vertebral quebrada, porque aquela decisão era uma decisão típica de um governo que tinha compromissos com outra lógica que não apenas com a gestão estatal da maior empresa brasileira. A decisão do Presidente Lula de implantar o regime de partilha feriu grandes interesses internacionais no setor e outros interesses nacionais, distintamente do Brasil, de países eventualmente co-irmãos em outras áreas, mas nessa área, também, concorrentes. E não é à toa que tanto ataque à Petrobras pode repercutir, todo mundo sabe disso, na sua imagem, e que é feita a defesa, e foi dito aqui hoje que, se não fosse uma estatal, seria de outra forma. Então, essas são as três dinâmicas que circunscrevem essa sua sucessiva vinda ao Congresso Nacional.

Gostaria de fazer as seguintes perguntas.

Qual é a sua opinião sobre o marco regulatório da Petrobras, do petróleo, da cadeia de petróleo e gás, hoje, no Brasil? Qual é o seu balanço da política de conteúdo local? E qual é a sua expectativa em relação às respostas apresentadas pela Petrobras aos apontamentos feitos pelo TCU, mesmo que eu, aqui, por exiguidade de tempo, não me proponha a pormenorizá-los?

Outra pergunta: na avaliação da senhora, como Presidente da Petrobras, quais são os ensinamentos que nós podemos tirar da experiência da P-36? Podemos dizer que, a partir da decisão do governo do Presidente

Lula, nós temos a definição de nacionalização, temos uma presença maior da indústria brasileira na produção de plataformas? E qual é o balanço da Petrobras com relação às garantias de segurança? Nós estamos, as nossas empresas estão preparadas para garantir, preencher as normas internacionais de segurança?

Em relação à refinaria de Bahía Blanca, a refinaria Ricardo D. Elicabe foi adquirida em 2001, da ibero-argentina Repsol, e está sendo investigada por diversos órgãos para apurar denúncias de negócios que teriam dado prejuízo de US\$2,5 bilhões à Petrobras. Qual é a avaliação da Petrobras sobre o impacto desse negócio malfeito? Foi um bom negócio? Que governo tomou essa decisão? Há formas, também, de responsabilização dos gestores que tomaram essa decisão?

Outra pergunta: a senhora tocou, rapidamente, de passagem, a partir de uma pergunta feita pelo Relator Marco Maia, na SBM. A pergunta é: houve contratação sem licitação da SBM? Se houve, quando ocorreu? E por que e por quem foi feita essa contratação?

Finalmente, a última pergunta, para ser sucinto e rápido. Voltando àquela dinâmica do mercado, a Petrobras monitora a evolução dos seus ativos, do preço das ações e do impacto dessa atuação política tentando atingir a imagem da empresa? Em que dimensão é possível identificar se empresas internacionais do setor de petróleo se beneficiam dessa verdadeira guerra de ataque à Petrobras com objetivos políticos? Qual é a repercussão da Operação Lava-Jato em relação à imagem da Petrobras?

Cumprindo rigorosamente o meu tempo, dando sobra, muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agradecemos.

Agora, passo a palavra à Presidente da Petrobras, Dr^a Graça Foster.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Deputado Afonso Florence, minha opinião, uma opinião técnica, minha posição sobre o marco regulatório no País. Hoje, a Petrobras vive, harmonicamente, com três marcos regulatórios: a concessão, muito bem-sucedida, certamente; partilha, o primeiro resultado foi muito positivo para a Petrobras, uma participação com uma grande empresa, a Shell, a Total e as chinesas. Então, vivemos bastante, de forma... O marco regulatório é muito claro. Ele é claro, e todos que investimos tanto, nós precisamos ter clareza do marco regulatório. Então, nós vivemos a concessão, temos uma grande experiência. O Brasil tem a Agência Nacional do Petróleo, tem um alto nível de maturidade e conhecimento sobre a condução desse processo no País. E tem a Petrobras cessão onerosa. Então, são os três marcos com os quais a Petrobras convive, e não há conflito entre eles.

Eu não tenho dúvida de que o pré-sal é uma diferença mundial, e que não caberia ao pré-sal, em que nós temos 100% de índice de sucesso... Tivemos, até então, no ano passado, nos poços que perfuramos no pré-sal, descobertas de hidrocarbonetos. Então, realmente, é algo, assim, que não poderia ser um marco regulatório o que nós temos. Em outras situações, esses marcos convivem.

Então, é importante para nós que investimos tantos bilhões a clareza do marco regulatório. E o nosso País, o Governo Federal, o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional do Petróleo, com a modesta colaboração da Petrobras e da indústria de petróleo, do instituto do IBP, conseguimos ter harmonia entre esses três marcos.

A condição, a obrigação do conteúdo local trouxe muitas vantagens, Presidente, Relator, para a nossa indústria de bens e serviços. Eu costumo dizer, principalmente para o Formilho e para o Figueiredo, que eu gosto muito de sair de uma reunião, pegar um carro e chegar em um estaleiro em Inhaúma e rodar a baiana no estaleiro, porque está atrasado, porque está... Isso, se não tiver trânsito, dá quarenta, cinquenta minutos. Vai para o Estaleiro Atlântico Sul, vai para o estaleiro no Rio Grande. Está tudo aqui. Então, isso tem vantagens. Evidentemente que há desafios, também, de custos, de produtividade. A indústria naval precisa investir, cada vez mais, em produtividade para que, cada vez mais, possa competir com outros grandes estaleiros fora do Brasil.

As expertises vieram para o Brasil. Foi uma exigência da Petrobras. A gente não pode estar, aqui, inventando, porque não dá tempo. As oportunidades são muito grandes. E vieram várias. Eu não vou citar porque quando eu esqueço uma delas, acaba que dá uma ciúmeira, mas o fato é que grandes estaleiros vieram para o Brasil se juntar a brasileiros, empresas brasileiras. E a gente briga muito, mas está indo tudo bem. E pode ficar muito melhor.

TCU. Todo o questionamento do TCU pode parecer para os senhores uma coisa modesta, mas é de grande efeito. Nós temos um padrão na Petrobras de atendimento ao TCU. É um padrão Sinpep; nós criamos um padrão Sinpep.

Os nossos gerentes executivos...

(Soa a campanha.)

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – ...eles têm metas para atender. O desempenho deles está em atender, no tempo e no prazo, o Tribunal de Contas da União.

A P-36 é uma marca muito forte em nós, o afundamento da P-36, que se deu no ano de 2001, e ninguém esquece. É impossível esquecer o afundamento da P-36. Foram 11 mortes, violentas mortes, e a perda de um

ativo que representava para nós um momento importante, firmando a nossa marca Petrobras em nível mundial. Finalmente, nós, felizmente, conseguimos superar tudo isso, e a Petrobras investe pesado em segurança. Então, o caso da P-36...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Qual foi o prejuízo, nesse caso?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – O prejuízo? Se a gente coloca o ativo, a perda de óleo, sem falar das vidas, mas de tudo, nós tivemos que atender às famílias, dá mais de US\$2 milhões de perda.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Mi?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Mi! Bi, desculpa; US\$2 bilhões de perda; US\$2 milhões não é nem o parafuso da porta, mas um pouco mais de US\$2 bilhões. Então, são perdas muito grandes. Eu falei para os senhores...

Mas há uma marca, é muito marcante a perda, o afundamento daquela plataforma. Foram cinco dias que a gente torceu tudo o que pôde, mas ela afundou.

Bahía Blanca. O negócio refino, de forma geral, ele não se sustenta isoladamente. Então, aqui no Brasil é importante, porque senão todo mundo só fazia petróleo, petróleo, petróleo – eu mesma tenho que me cobrar muito isso o tempo todo... Mas Bahía Blanca não foi um bom negócio, definitivamente não foi. São investimentos enormes os que nós temos que fazer. Tentamos, trabalhamos para produzir investimento, valores, propostas muito baixas, e realmente não é bom.

Estou terminando, Presidente.

SBM. O senhor me perguntou sobre SBM, e eu não me lembro. Eu escrevi SBM, mas não lembro o que eu escrevi.

As ações da Petrobras...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Dispensa de licitação. Por quê? Quando? Por quem?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Ah, sim. A P-36 afundou, a gente precisava voltar com a produção do campo de Roncador, e houve, lá atrás, ainda no ano de 2001, por inexigibilidade, a contratação do FPSO Brasil, da SBM. Então, foi uma contratação direta, sem nenhum processo.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Qual foi o prejuízo da P-36, que a senhora colocou? O prejuízo da Petrobras?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nós temos aí, em perda de tributos, prejuízos, nós tivemos US\$2,2 bilhões, porque tem a questão do Repetro, que a gente perdeu, a gente deixou de pagar impostos, mas perdemos a plataforma. Então, depois você tem que...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não tinha seguro isso?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Tinha seguro, mas, mesmo assim, nós tivemos que pagar os tributos, não é? Nós pagamos. Esse não é um valor sem uma memória de cálculo; ele tem uma memória de cálculo. É a questão do Repetro, em que a gente não paga todos os impostos do Governo Federal, então, a gente perdeu US\$2 bilhões de fato.

E depois, Bahía Blanca. Também uma operação...

Bom, SBM eu já falei para o senhor.

E as ações da Petrobras. Eu não tenho a menor dúvida de que a gente tem uma desvalorização muito grande das nossas ações, isso é um fato. Hoje mesmo, em uma reunião que tivemos de manhã, na contabilização de ativos, a gente tem ativos hoje, do que a gente tem em construção, do que a gente tem em operação, mais de 300 bilhões em ativos. Existe um endividamento por conta de tomada, contratação de dívida para continuar investindo, mas, se a gente fizer uma conta muito dura, a gente pega 300 bilhões, desconta 140, 150 bilhões, ainda assim o valor de mercado da Petrobras hoje está baixo. Ontem estava US\$104 bilhões. Então, a gente tem hoje, no mínimo, em ativo, pagando todas as dívidas, mais de 150 bilhões. Então, há uma diferença, mas eu tenho absoluta certeza de que, com o crescimento da nossa produção, a entrada de RNEST e, depois, Comperj, a gente vai crescer em valorização das nossas ações.

E a Operação Lava-Jato é isso tudo de ruim que acontece, essa grande questão. A gente quer passar por isso, quer que isso tudo seja investigado, que tudo seja cobrado. Nós não temos a menor paciência para lidar com esse assunto dentro da companhia; não há paciência para isso, não há. Eu não sei nem que palavra eu uso aqui, mas não somos solidários a nada que diga respeito a essa situação constrangedora que a gente vive, que a gente escuta. Isso é muito ruim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um “minutinho”, Deputado Izalci. Asseguro que V. Exª se reescreveu novamente, usando o nosso Regimento. Da mesma forma, coloco a V. Exª que dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do depoente, ou dez minutos, intercalando...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não; prefiro dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – ...intercalando com as respostas. Então, os seus dez minutos...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Prefiro usar os dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – ...vão ser intercalando. Vou lhe alertar quando o senhor o fizer, porque ela vai responder dentro dos dez minutos.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não quero a resposta. Só dez minutos pra mim é suficiente.

Primeiro, eu quero deixar muito claro que... Queria que V. Exª me garantisse a palavra. Posso falar, não?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu lhe garanto a palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Não interrompi V. Exª.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quero dizer a V. Exª, primeiro, o seguinte: eu perguntaria se essa prisão, hoje, do Paulo Roberto é questão eleitoral. É política? Essa é a indagação que eu faço.

Não tem nada aqui político. Nós estamos aqui falando tecnicamente. E vou aproveitar, Sr. Presidente, esse tempo para mostrar para os leigos o que é Pasadena, de uma forma mais didática, para as pessoas entenderem.

A Crown estava vendendo a Pasadena desde 2002, 2003, 2004, e não vendia para ninguém. Aí, o vice-diretor da Astra, que é um ex-funcionário da Petrobras, vai lá na Crown e compra a Crown. Evidentemente que já tinha conversado com Cerveró, Paulo Roberto, etc. Compra e, depois, manda uma carta – quem assinou a carta foi o vice-presidente da Astra – para o diretor Cerveró. Foi indicado para o Cerveró. Tudo combinado. E compra, depois de um mês. Um mês. Eles levaram quatro anos para vender, porque a Petrobras, segundo V. Sª disse aqui no início, a Petrobras estava buscando refinarias para compra. Será que a Petrobras... Aí, V. Exª disse que não interessava porque tinha questões ambientais, questões trabalhistas, e a Petrobras não quis comprar. A Astra foi lá, um ex-funcionário da Petrobras, foi lá e comprou. Fez um investimento mínimo. Deve ter dado uma maquiada, porque, depois, vendeu para a Petrobras, um mês depois. E essa mesma pessoa, esse mesmo diretor, Cerveró... Já fizeram o contrato sabendo que a opção de compra não seria exercida pela Astra. Já foi combinado isso, basta ver o processo da arbitragem.

E o mais grave. A CVM, que é a Comissão de Valores Mobiliários, chegou a fazer uma auditoria, dizendo... Porque quem assinou uma carta, e não poderia assinar, pelo Estatuto da Petrobras, o Cerveró não poderia ter assinado uma proposta de venda; aliás, no caso da... O Cerveró fez uma carta assinada por ele, por ele, fazendo uma oferta de compra para a Astra. Ele não poderia ter feito isso, mas fez. E a CVM apurou isso. E, aí, serviu de parâmetro para, depois, as negociações.

E, por incrível que pareça, quem analisa o processo arbitral – está claro, claríssimo, não precisa ser juiz para isso – foi provocado para entrar na Justiça para a Justiça questionar a decisão arbitral. Foi uma decisão em que não precisa ser advogado para ver que perderia, porque estão lá os documentos. Os argumentos são fraquíssimos. O argumento para entrar na Justiça foi de que a Astra estaria vendendo, apropriando o lucro do refinamento antes de vender para a Petrobras, antes de vender para a companhia sócia da Petrobras. E tem um representante. A Petrobras tinha um representante no conselho. Recebeu tudo isso, mas alegou no processo que não tinha recebido. Na perícia, foi constatado que recebeu e que tinha conhecimento.

Portanto, essa operação Pasadena foi um teatro e quem pagou isso, quem vai pagar isso é o povo brasileiro. O prejuízo é imenso, basta verificar que a própria Petrobras reconhece e coloca no seu balanço um prejuízo de US\$530 milhões. Foi dado baixa nesse sentido.

Agora, depois de vários anos, quando vem o questionamento, aí vão apurar por quanto é que a Astra comprou realmente a Crown, quanto é que a Astra pagou para a Crown. Agora, para justificar para a CPI ou para a Polícia Federal ou para alguma coisa que o valor pago é um valor razoável. E não é.

Então, evidente que nós não vimos ainda os documentos da Operação Lava-Jato. E eu até pediria, não sei se já foi feito, mas diria para o Relator, Sr. Relator, para quebrar o sigilo telefônico. Basta quebrar o sigilo telefônico do Alberto Feilhaber, que é o ex-servidor da Petrobras e Vice-Presidente da Astra, mais o do Nestor Cerveró e do Paulo Roberto. Se quebrar o sigilo telefônico deles neste período, vamos ver exatamente os diálogos dessa negociata que foi feita. Por isso, a Polícia Federal, não tive acesso a isso, mas a conclusão da Polícia Federal é exatamente isso que ele quis dizer. Esse grupo – ele chamou de quadrilha –, esse pessoal se apropriou de Pasadena nessa operação e isso é muito claro.

Quero aproveitar os poucos minutos para fazer algumas indagações. Já sabemos, Srª Presidente, que V. Sª tem uma relação muito próxima com a Presidenta Dilma já há muitos anos, desde 1999, no Rio Grande do Sul. Nesse processo de Pasadena, V. Sª se reuniu com a Presidente e a Presidente conversou com V. Sª formalmente ou informalmente, foi feito algum alerta sobre essa questão de Pasadena? Pergunto a V. Exª.

Com relação à questão de gestão, quero fazer duas colocações: primeiro, foi colocada aqui a questão das ações da Petrobras. Quero dizer que, em 2010, as ações da Petrobras sofreram uma desvalorização de mais ou menos 26%; em 2011, a desvalorização superou 35%; em 2012, caiu mais ou menos 15%; em 2013, 18%,

mas, calma, em janeiro de 2014, a desvalorização chegou a 15%. Tenho aqui um relatório da Agência Nacional de Petróleo que apresenta um grande número de autuações feitas em relação à Petrobras. Somente a Superintendência de Participações Governamentais da ANP procedeu a 26 autuações, desde 2009, sendo muitas delas por prestarem informações inverídicas, o que reputo da maior gravidade. Como pode uma empresa do governo, patrimônio de todos os brasileiros, prestar informações inverídicas?

Além do mais, existe uma multa que ainda está *sub judice* de cerca de 369 milhões por não efetuar o pagamento de *royalties*. Ora, se pegarmos outros setores da ANP, verificamos o enorme número de autuações pelos mais diversos motivos, que vão desde a ausência de comunicação de incidentes até operar acima da capacidade. Ora, reputo da maior gravidade a forma como a Petrobras está sendo gerida com relação a isso, sendo que própria ANP, a partir de suas autuações, demonstra que a gestão de fatos relevantes não está sendo informada para a sociedade e muito menos para ANP. Indago a V. S^a a explicação dessas multas com relação à ANP.

Gostaria ainda de perguntar, primeiro, a V. S^a: V. S^a é filiada a algum partido político? Se foi, em qual período? No período em que antecedeu o governo Lula, quais foram os cargos ocupados por V. S^a na Petrobras? A senhora só passou a ocupar os cargos de alta direção da companhia após a Presidenta Dilma assumir o cargo? No tempo em que V. S^a trabalhou com a Presidenta Dilma, no Ministério de Minas e Energia, chegou a ser nomeada retroativamente para o cargo de confiança de gerente da unidade de gás natural, companhia de gás do Rio, empresa na qual a Petrobras detém participação via Gaspetro. Solicito que V. S^a esclareça o ocorrido e informe se recebeu ou não alguma vantagem em decorrência dessa nomeação.

Gostaria também de perguntar, já foi perguntado na Câmara, mas não entendi a resposta: foi noticiado que a senhora levou uma nota que seria apresentada para imprensa pela Presidenta Dilma relativa à compra... (*Soa a campanha.*)

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ...de Pasadena e órgãos da imprensa noticiaram que a Presidenta Dilma rasgou a nota confeccionada por V. S^a e escreveu de próprio punho a nota que foi vinculada à Secretaria de Comunicação da Presidência, na qual relatava que a aquisição realizada pela Petrobras baseou-se num resumo técnico e jurídico falho. Esse fato é verdadeiro? Qual o teor da nota produzida por V. S^a? É habitual que grandes operações sejam aprovadas com base em meros resumos executivos?

Essas são as indagações que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Presidente Graça Foster, V. S^a pode escolher se responde ou não, tendo em vista que venceu o tempo do último inscrito. Se a senhora quiser responder, fique à vontade, senão, vamos encerrar a reunião.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Só quero complementar dizendo o seguinte: é evidente que, como nós não tivemos acesso ao relatório do Tribunal de Contas e nem da Operação Lava-Jato, evidente que o requerimento de convite – eu não sei se é convite – da Presidenta continua em aberto, porque, é evidente, após receber o relatório do Tribunal de Contas ...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor pode reapresentar.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ... precisaremos fazer outras indagações.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Presidenta.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu gostaria de responder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Responder? Então, por favor, a senhora tem oito horas que está respondendo, mas, por favor.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Muito rapidamente.

Eu conheço, sim, a Presidenta Dilma desde 1999, época em que eu era gerente na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil, na época da construção do Gasoduto Bolívia Brasil. Esse Gasoduto cruzava e cruza o Sul do País – São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande –, e a Presidenta Dilma era Secretária. Ela era secretária de energia e eu era gerente na Petrobras já com longa data. Eu passei por todas as gerências da Petrobras e quando eu conheci a Presidenta era gerente de uma área nessa transportadora que tem 51% de Petrobras, 49% de vários sócios, dentre eles Shell e outras empresas. Eu venho progredindo na minha carreira técnica assim como todos os diretores nossos, da Petrobras, vêm galgando essas posições desde as mais simples, como coordenador de área, até hoje meus amigos, colegas diretores da Petrobras.

Com relação às ações da Petrobras, eu não estou aqui com, eu tenho... Os números que o senhor coloca me parecem todos muito razoáveis. O senhor certamente deve ter um gráfico aí que eu não tenho aqui; devia ter. Mas também, na nossa reunião hoje pela manhã, aqui em Brasília, nós estamos aí... Nos últimos três meses, as ações da Petrobras subiram 52%. Então, a nossa produção sobe, a proximidade, com a entrada da RNEST, também, e nós trabalhamos firme, sim, discutimos permanentemente questões relativas a preços. E nós acreditamos fortemente que vamos recuperar os valores de nossas ações.

Com relação à Agência Nacional de Petróleo, nós temos um respeito imenso pela agência, desde a sua constituição, lá em 1997. A Petrobras trabalhou muito com a agência para termos a agência que temos hoje, até por que somos as únicas, à época, a grande operadora. Então temos muitos colegas lá na agência e temos um respeito enorme por eles. O número de interdições e de questionamentos da agência é crescente, crescente. Isso vem do amadurecimento da agência e do número enorme de atividade que nós temos, porque, quando há atividade, a exposição é muito maior. O número de unidades de produção: temos 126, 40 sondas de perfuração, várias empresas operando no Brasil. A gente não quer ser interditado, mas é o que tenho sempre dito – e tenho certeza de que o Diretor Formilho comunga da mesma avaliação –: uma interdição muitas vezes faz bem. Faz bem porque você fica melhor. Não tem uma interdição em que você fique pior depois. Você sempre fica melhor. Então, a gente quer produzir, produzir, produzir, produzir, e tem que tomar muito cuidado mesmo. E sempre ficamos melhores depois das interdições. Trabalha para não ter interdição, evidentemente, mas o número de atividades é muito, muito grande. Então, proporcionalmente, a gente fica com uma exposição muito maior também.

Eu sou afiliada ao PT. Isto tem quatro anos: que eu tomei uma decisão de me afiliar ao Partido dos Trabalhadores. Eu sempre trabalhei com carteira assinada. Então, eu acho que, tudo bem, é o Partido a que me afiliei.

Cargos, eu já coloquei.

Se a Presidenta rasgou ou não a nota que eu fiz. Não é a nota que eu fiz. Nós, como controlados pelo Governo, temos que manter o Governo informado do que fazemos. Então, a essa questão de: rasgou a nota, não rasgou a nota, eu não sei responder, mas atendemos a Secretaria de Comunicação em todas as demandas que são feitas para nós.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas a nota divulgada foi a que V. Ex^a apresentou? A que foi divulgada?

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu não apresentei essa nota que foi divulgada.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Foi divulgada uma nota.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Foi divulgada uma nota.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – É a mesma que V. Ex^a apresentou a ela?

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não é a nota que eu, que nós elaboramos. Tem toda uma equipe que trabalha comigo e encaminhamos a nota. Agora, a gente não tem a pretensão de que a nota que a gente encaminhe não passe por sucessivas revisões. Esse é o ponto. Nem sei se a nota chegou à mão da Presidenta. Muito provavelmente não, porque a discussão dessa nota vem com a assessoria de comunicação da Presidenta e não com a Presidenta. Não discuti esse assunto elaborando uma nota. Não sei se foi feita de próprio punho. Não sei disso. Não tenho nem como falar, porque não sei.

Agora, é isso. A gente trabalha muito forte para que essas ações tomem o valor justo para o nosso controlador e para os acionistas da nossa companhia.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Presidente, só antes de encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Desculpe, Deputado Izalci...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ... quero dizer à Presidenta que ficamos muito felizes. A tendência das ações da Petrobras é subir cada vez mais. Quanto mais a Presidenta Dilma desce nas pesquisas, mais aumentam as ações da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Deputado Izalci.

Queria agradecer a presença de todos. Foram oito horas de depoimento da Presidenta Graça Foster. Quero agradecer pela seriedade, pelo compromisso com o País, pela competência e dizer a todos vocês o meu muito obrigado.

Não havendo mais nada a tratar, convido para a próxima reunião administrativa, quarta-feira, dia 18, às 14h30. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

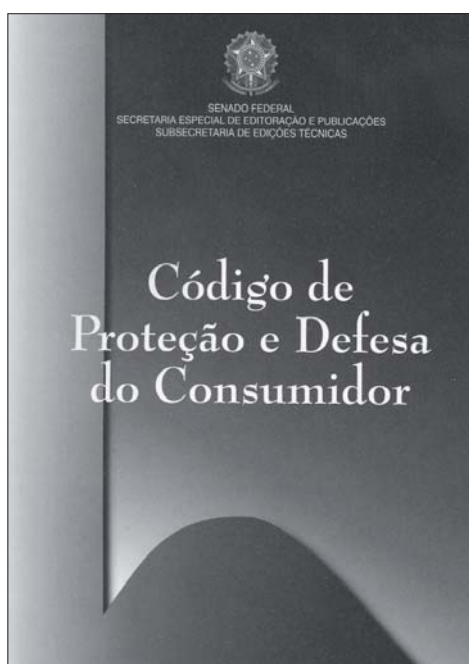
Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 50 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 80 páginas
(O.S. 13762/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

